

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO  
CONTEMPORÂNEO**

**O COMPORTAMENTO MONETÁRIO NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA  
ENTRE OS SÉCULOS XVII-XVIII:  
A CONTRIBUIÇÃO DA PERIFERIA ATLÂNTICA SUL**

**ALUNA: MIRIAM KAMINISHI**

**FLORIANÓPOLIS  
2006**

**MIRIAM KAMINISHI**

**O COMPORTAMENTO MONETÁRIO NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA  
ENTRE OS SÉCULOS XVII-XVIII:  
A CONTRIBUIÇÃO DA PERIFERIA ATLÂNTICA SUL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia

**ORIENTADOR: PROF. NILDO D. OURIQUES, Dr.**

**Florianópolis, agosto de 2006**

## AGRADECIMENTOS

Ao preparar esta dissertação, muito me beneficieei da ajuda e do apoio de colegas e de amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Primeiramente, aos meus pais e aos meus irmãos, e ao Christopher pela paciência, compreensão e bom humor durante esta caminhada.

Em especial, ao professor Claus Magno Germer (UFPR) pelo encorajamento, incentivo acadêmico e atenção sempre presente.

Ao orientador, professor Nildo Ouriques, pelo grande apoio e paciência com que soube conduzir a orientação.

Aos meus professores do curso de Mestrado da UFSC pelo conhecimento adquirido, em especial aos professores Wagner Arienti, Lauro Mattei, Pedro Vieira e Hôyedo Lins; assim como ao professor Celso Weydmann e ao coordenador Roberto Meurer.

À Evelise Elpo da Silveira, secretária do PPGE/UFSC, pelo apoio institucional e incentivo constante; e ao estagiário Rodrigo pela disposição e atenção.

Aos professores, alunos e funcionários da Faculdades ESUCRI pelo incentivo constante durante a permanência nessa instituição, em especial a Cristiane Bittencourt e a Mariesa Toldo.

Aos meus queridos amigos Aparecida, Vitor, Wanir e Maura pelo apoio e companheirismo.

Aos colegas da UFSC, Vinícius, Lairton, Samya, Fábio e Felipe, que fizeram com que o curso se tornasse mais divertido.

*The best teachers are not those who create in their own image a crowd of uncritical acolytes and followers, obediently parroting whatever they say or write. The best are those who stimulate and help people with less experience in and exposure to a subject than themselves to develop their own ideas and to work them out by means of wider reading, more informed discussion and more disciplined thinking.*

*Susan Strange*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar a forma pela qual o comportamento das relações comerciais e políticas anglo-portuguesas na economia-mundo capitalista, no período entre os séculos XVII-XVIII, influenciou na formação do sistema monetário internacional. A partir da constatação de que a consolidação do padrão-ouro, como padrão monetário internacional, sob comando hegemônico britânico, celebrado em 1870, é apenas parte da evolução do capitalismo histórico, cada vez mais novas abordagens ganham espaço, tanto em aspectos econômicos e sociológicos, como históricos e políticos, abrindo então uma nova perspectiva de estudo pouco explorada: os pressupostos da consolidação do padrão-ouro internacional sob a ótica do Moderno Sistema Mundial. O resultado desta pesquisa identifica que a consolidação do padrão-ouro internacional, sob a égide da Inglaterra, ocorreu em função da consolidação da economia-mundo capitalista caracterizada por uma divisão axial do trabalho, geograficamente distribuída em regiões centrais, semiperiféricas e periféricas, ligadas a uma lógica mercantilista de acumulação de capital.

Palavras-chave: comportamento monetário, economia-mundo capitalista, periferia atlântica.

## ABSTRACT

The present work investigates the way the behavior of Anglo Portuguese commercial and political relations in the capitalist world-economy, in the period between the centuries XVII-XVIII, influenced in the international monetary system's development. Since it is understood that the consolidation of the gold-standard, as the international monetary standard, under the British hegemonic command, celebrated in 1870, is only part of the evolution of the historical capitalism, each time new approaches gain space, as much in economic and sociological aspects, as historical and politicians, opening then a new perspective of study few explored: the consolidation's precedents of the international golden-standard under the optics of the Modern World System. The result of this research identifies that the consolidation of the International Gold-Standard, under the British influence, occurred as a result of the consolidation of the capitalist world-economy characterized by an axial division of the work, geographically distributed in central, semi-peripheral and peripheral areas, connected to mercantilist logic of capital accumulation.

Keywords: monetary behavior, capitalist world-economy, Atlantic periphery.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	- Ciclo Sistêmico de Acumulação (CSA).....	45
QUADRO 1	- O comércio entre a Inglaterra e Portugal: 1698-1775.....	89
QUADRO 2	- Os principais têxteis ingleses exportados para Portugal: 1700-70.....	90
QUADRO 3	- Vinhos portugueses importados por Inglaterra: 1698-1770.....	91
QUADRO 4	- Cálculo da produção de ouro do Brasil no século XVIII: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.....	96
QUADRO 5	- Chegada do ouro em Portugal proveniente do Brasil: 1699-1755.....	99
QUADRO 6	- Cunhagem de moedas de ouro em Londres e em Lisboa.....	100

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	8
<b>CAPÍTULO 1: MODERNO SISTEMA MUNDIAL: UMA BASE PARA A COMPREENSÃO DO COMPORTAMENTO MONETÁRIO NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA</b>	12
1.1 Considerações Contextuais: argumento geral	12
1.2 Delineamentos Teórico-metodológicos	16
1.3 Marco Teórico: Moderno Sistema Mundial	30
1.3.1 Delineamentos Conceituais: quadro genealógico do sistema-mundo	31
1.3.1.1 Sistemas Históricos: a economia-mundo capitalista	31
1.3.1.2 Cadeias Mercantis e Trocas Desiguais: traços peculiares de uma economia-mundo	34
1.3.1.3 Ciclo Sistêmico de Acumulação: a contribuição de Giovanni Arrighi	41
<b>CAPÍTULO 2: O COMPORTAMENTO MONETÁRIO INTERNACIONAL NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA</b>	44
2.1 Considerações Contextuais: argumento geral	44
2.2 Delineamentos Conceituais Inerentes ao Dinheiro (Ouro) e às Funções do Dinheiro a Partir de Marx	45
2.3 Pressupostos do Comportamento Monetário Internacional: o papel do ouro na prática comercial	51
<b>CAPÍTULO 3: A FORMAÇÃO HIERÁRQUICA ENTRE OS ESTADOS NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA</b>	59
3.1 Considerações Contextuais	59
3.2 Delineamentos Conceituais: a origem e as características do Estado sob a perspectiva da economia-mundo capitalista	59
3.3 Relações Hierárquicas entre o Centro, a Semiperiferia e a Periferia na Economia-mundo Capitalista	67
<b>CAPÍTULO 4: A TRANSFERÊNCIA DE OURO PELAS CADEIAS MERCANTIS DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: A RELAÇÃO ANGLO-PORTUGUESA E A CONTRIBUIÇÃO DO BRASIL</b>	76
4.1 Considerações Contextuais	76
4.2 A relação Anglo-portuguesa e a Participação da Periferia Atlântica Sul	76
4.3 A relação Anglo-portuguesa e a Transferência de Ouro da Periferia Atlântica Sul	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	102
<b>REFERÊNCIAS</b>	105



## INTRODUÇÃO

Em uma economia-mundo capitalista a moeda é o objeto que ativa as trocas de caráter econômico e social. As transações comerciais, a partir da intermediação monetária, permitem um sistema de trocas indiretas, possibilitando a agilidade nas operações comerciais de compra e venda, e, portanto, de integração e de socialização. Com o advento do comércio internacional e, mais tarde, da revolução industrial, a moeda passa a exercer um papel importante no cenário internacional, caminhando para uma “sistematização” monetária entre os Estados. A expressão Sistema Monetário Internacional refere-se a um conjunto de regras, convenções e práticas que direcionam as relações econômicas entre os Estados.

Contudo, este padrão de comportamento nem sempre foi assim na economia-mundo capitalista. Houve, durante os séculos XVI e XVII, com a descoberta de ouro e prata na periferia atlântica, um grande influxo destes metais preciosos na Europa que condicionou a uma crescente monetarização das economias nacionais, aumentando a utilização destes metais nas atividades econômicas internacionais. Essa prática acelerou a “substituição” de uma diversidade de padrões de “commodities” ou moedas-mercadoria para um padrão com base em metais preciosos, como o ouro e/ou a prata.

O ouro torna-se a base do sistema monetário internacional a partir da segunda metade do século XIX, a rigor, em 1870. O uso de moedas de ouro na economia-mundo capitalista e a consolidação de um padrão monetário de caráter internacional, no final do século XIX, são apenas partes de um capítulo da história do sistema monetário internacional, descrita por tantos autores conhecidos. O que de fato não é muito claro é o caminho que se precisou percorrer para que este episódio se tornasse realidade.

Presume-se que muito antes do ouro se tornar padrão monetário aceito internacionalmente, alguns elementos foram essenciais para a sua realização. A delimitação temporal aqui sugerida compreende os séculos XVII-XVIII. Trata-se do período que corresponde ao Ciclo do Ouro na periferia atlântica colonial, sobretudo no Brasil. Durante este período as relações anglo-portuguesas e a descoberta do ouro brasileiro contribuíram amplamente ao processo de acúmulo de capital na Inglaterra que posteriormente favoreceu a consolidação do ouro como padrão monetário internacional.

Acredita-se que tais acontecimentos fazem parte da evolução do capitalismo histórico<sup>1</sup> que correspondem a algumas regras tendenciais características de uma economia-mundo capitalista, tais como: uma divisão axial do trabalho e da produção distribuídas em cadeias mercantis que abarcam os Estados do centro, da semiperiferia e da periferia, e que expressam as relações desiguais existentes entre estes Estados. Essa relação interestatal que denota as trocas desiguais se torna cada vez mais polarizada e funcional na medida em que o capitalismo histórico se desenvolve.

As trocas desiguais demonstram as transferências de excedente e lucros da periferia para um núcleo orgânico, criando uma estrutura estratificada no sistema interestatal. Este processo se intensificou a partir da expansão e da integração de novas regiões geográficas ao sistema capitalista. Os múltiplos sistemas políticos, que fazem parte da economia-mundo capitalista, são formados por Estados nacionais com forças assimétricas, tanto militar como política, que, muitas vezes, interferem nas cadeias produtivas com o objetivo de concentrar a maior parte do excedente da produção mundial.

A partir destes posicionamentos seria possível fazer algumas indagações: Que fatores foram determinantes e contribuíram na formação do padrão-ouro internacional? Que relações existiam entre a Inglaterra e Portugal que favoreceram na consolidação do padrão-ouro internacional? Houve realmente a participação da periferia atlântica, sobretudo o Brasil, na consolidação de um padrão monetário internacional? O fenômeno da consolidação do padrão-ouro internacional pode ser explicado a partir da teoria do Moderno Sistema Mundial? E por que seria esta a teoria a melhor indicada para explicar a consolidação do padrão-ouro internacional?

Neste sentido, compreende-se a necessidade de uma rediscussão e de uma nova investigação acerca da formação do sistema monetário internacional. A idéia dessa investigação advém da inquietação da escassa abordagem dos principais autores da teoria do Moderno Sistema Mundial – Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi – sobre a influência dos Estados periféricos e semiperiféricos, sobretudo os da periferia atlântica – o Brasil –, na consolidação do padrão-ouro como padrão monetário internacional.

---

<sup>1</sup> O capitalismo para Wallerstein não se restringe apenas a riqueza acumulada, mas como lógica de acumulação incessante de capital. Para tanto o autor utiliza o termo capitalismo histórico como “*locus* concreto – integrado e delimitado no tempo e no espaço – de atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante de capital; esta acumulação é a ‘lei’ que tem governado a atividade econômica fundamental, ou tem prevalecido nela” (2001, p. 18). Neste sentido, o capitalismo histórico é um sistema social com objetivo de auto-expansão.

Para tanto, o objetivo geral é investigar a forma pela qual o comportamento das relações comerciais e políticas anglo-portuguesas na economia-mundo capitalista, no período entre os séculos XVII-XVIII, influenciou na formação do sistema monetário internacional.

Esse objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Validar e estabelecer em que consiste a teoria do Moderno Sistema Mundial, no qual o conceito de “economia-mundo capitalista” está inserido.
- Delinear o conceito e as funções inerentes ao dinheiro e investigar o comportamento monetário internacional.
- Apontar e ordenar a formação hierárquica entre os Estados na economia-mundo capitalista.
- Identificar a relação anglo-portuguesa e a contribuição da periferia atlântica colonial – o Brasil –, entre os séculos XVII-XVIII, relacionando-a à formação de um padrão monetário internacional.

No primeiro capítulo serão abordadas as opções metodológicas e teóricas que orientarão a elaboração deste trabalho. A construção do primeiro tópico elucidará as escolhas que foram feitas e os caminhos a serem seguidos no que se refere aos delineamentos teórico-metodológicos. Em seguida, será realizada a fundamentação dos conceitos acerca da teoria do Moderno Sistema Mundial que serão utilizados no decorrer da pesquisa e que servirão de orientação para o presente trabalho monográfico.

No segundo capítulo, apresenta-se, em primeiro lugar, o conceito e as funções do dinheiro em Marx. Esta colocação permitirá uma melhor compreensão da consolidação do ouro como padrão monetário internacional. No tópico seguinte, os pressupostos do comportamento monetário internacional sob aspecto conjuntural. Esta abordagem servirá de suporte aos capítulos subseqüentes.

Não basta, contudo, delinear apenas os conceitos inerentes ao dinheiro, trata-se também de ordenar a formação dos Estados na economia-mundo capitalista uma vez que sem a participação dos Estados a observação conjuntural estaria incompleta. No terceiro capítulo, portanto, serão apresentados os delineamentos conceituais acerca da origem e das características

dos Estados centrais, semiperiféricos e periféricos, a partir do qual será possível identificar a formação hierárquica entre estes Estados.

No último capítulo, encontrar-se-á o estudo das relações anglo-portuguesas no decorrer dos séculos XVII e XVIII, procurando relacioná-las à formação do sistema monetário internacional. Neste caso será levantado, no primeiro item, as relações comerciais e políticas anglo-portuguesas, sendo que no tópico seguinte será realizado um levantamento da transferência de ouro de Portugal à Inglaterra, indicando a real participação da periferia atlântica sul, sobretudo o Brasil.

Por último, serão desenvolvidas algumas considerações finais, com o objetivo de sistematizar os resultados da análise do presente trabalho que possui relevância à medida que trata de um tema que é a base histórica para a compreensão da evolução do capitalismo histórico. Este trabalho vem contribuir para a compreensão, através da teoria do Moderno Sistema Mundial, da formação de um importante capítulo do sistema monetário internacional.

## **CAPÍTULO 1 – MODERNO SISTEMA MUNDIAL: UMA BASE PARA A COMPREENSÃO DO COMPORTAMENTO MONETÁRIO NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA**

### 1.1 Considerações Contextuais: argumento geral

A discussão na Economia Política acerca da origem e do caráter do sistema capitalista tem se tornado extenso e seus desdobramentos conceituais e analíticos caminhado a uma visível diversidade teórica. A começar pela extensa abordagem nas ciências humanas que fragmentada buscou a especialização em suas especificidades. Esta forma fragmentada, ao invés de ampliar a pesquisa científica social causa certa limitação quanto à investigação do objeto de pesquisa<sup>2</sup> (ou da realidade social a ser pesquisada) negligenciando alternativas históricas reais ou concretas. O quadro agrava-se na medida em que novas teorias explicam determinada realidade social apenas como um acontecimento isolado, ora omitindo a conjuntura que está por trás, ora mantendo uma postura ideológica em termos de uma defesa ou sobrevivência “partidária”<sup>3</sup>.

Percebe-se que as ciências em geral, fruto do iluminismo, período em que se acreditava que as sociedades e seus fenômenos eram estruturas mecânicas – fragmentação e racionalização que facilitaria a capacidade de compreensão e o seu controle –, nos deixaram um discutível legado, qual seja, o de que é possível analisar determinada realidade social a partir de cenários distintos – o político, o econômico, o sociocultural etc – e intransponíveis uns aos outros.

Este fato ocorre, pois, em meados do século XVII, a filosofia e a ciência, que formavam um campo racional único, separaram-se em novos campos de ação do conhecimento. As ciências passaram a fornecer explicações acerca do universo físico, da constituição dos organismos e da estrutura da sociedade e do comportamento do homem; formularam explicações

---

<sup>2</sup> Neste sentido, o objeto de pesquisa que se menciona diz respeito à realidade social tal como a origem e o caráter do sistema capitalista. Parte-se do princípio que esta realidade social existe não cabendo ao presente trabalho discutir sua validade, questão esta que pertence a uma discussão metafísica.

<sup>3</sup> Esta postura partidária diz respeito a certa falta de neutralidade no conhecimento científico das ciências em geral, sobretudo nas ciências sociais. Seria possível, mas não prudente, pois, não é esta a intenção do presente trabalho, iniciar a discussão a partir da diferença entre ciências naturais e ciências sociais, tendo em vista a questão da neutralidade nas ciências. Contudo, será abordada a postura partidária, a questão entre o sujeito e o objeto, na pesquisa científica.

organizadas conforme um método científico, nas quais originaram as ciências naturais. Já a filosofia, desprovida de um método de verificação de suas proposições, passou a abranger setores mais restritos da realidade. Seu objetivo não se valida na explicação metodológica de leis ou teorias, mas o de questionar o já sabido e o estabelecido<sup>4</sup>.

O percurso da investigação de determinado objeto de pesquisa nas ciências sociais, na medida em que prossegue uma investigação multidisciplinar, esbarra em questões de caráter epistemológico e metodológico indispensáveis para o conhecimento dos pressupostos que norteiam as concepções de uma pesquisa. As dificuldades que surgem têm a ver com o fato de que muitas vezes as ciências sociais tendem a caracterizar-se por intermináveis querelas cujas propostas teórico-metodológicas vão de encontro às realidades do sistema social ou, no mínimo, retratam apenas um momento, de forma fragmentada, da realidade do sistema social.

Este descompasso entre a realidade social e a teoria diz respeito à ausência ou à falta de aproximação de um modelo de compreensão capaz de captar a complexidade dos aspectos fenomênicos do sistema social sob a perspectiva científica. É fato que este processo de compreensão é árduo visto a infinidade de explicações existentes nas ciências humanas, cada qual com maior ou menor grau de persuasão. Trata-se, acima de tudo, de um processo de acercamento à verdade de determinado fenômeno social.

Neste sentido, percebe-se que em cada época há um esforço na adoção de um modelo de compreensão científico da realidade social cuja visão sistemática peculiar incide de aspectos históricos, sociológicos e psicológicos. São modelos de compreensão vistos como teorias, fatos e noções científicas aceitos na prática científica real; são modelos das quais nascem as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica. Trata-se, na acepção de Kuhn, de paradigmas<sup>5</sup>. Na ciência “normal”, como se refere este autor, o cientista conduz sua pesquisa para a articulação de fenômenos e de teorias com base em dados já fornecidas por realizações científicas anteriores e reconhecidas, durante algum tempo, por alguma comunidade científica específica a fim de proporcionar fundamentos para uma prática posterior<sup>6</sup>.

Para Kuhn, o cientista é sempre guiado por um paradigma ao tentar compreender um problema, seja ele sob a perspectiva da ciência natural ou social. As mudanças de concepção em relação ao paradigma vão surgindo pela própria pesquisa orientada pelo paradigma. Se um novo

---

<sup>4</sup> MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

<sup>5</sup> KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 30.

<sup>6</sup> KUHN, T. Op. cit., p. 24.

acontecimento surge, este não será considerado completamente científico até que se faça sua adaptação à teoria, uma vez que esse acontecimento faz parte da descoberta científica. Enquanto isso, a ciência prevalece em “estado de crise”, condição para o surgimento de novas especificidades na área de estudo.

O surgimento de uma “crise” não descarta o paradigma em questão, pois fatos novos formam ou reforçam esta “crise”. Quando uma nova tendência emerge de forma incontornável, com eventos que rejeitam ou entram em conflito com as práticas vigentes, a ciência entra num período de “revolução”. As “revoluções científicas” caracterizam-se por episódios de renovação e desenvolvimento não cumulativo e não contínuo<sup>7</sup>. Os paradigmas, segundo Kuhn, são incomensuráveis. Eles progredem a partir de estágios iniciais para uma compreensão cada vez mais refinada e detalhada do objeto de pesquisa, e, por consequência, caminham para o aprimoramento da verdade científica.

Neste sentido, vale a pena questionar em que medida essas considerações podem favorecer à compreensão de determinada realidade do sistema social, tendo em vista a especificidade de cada área nas ciências humanas e a incompatibilidade entre os paradigmas.

Compreende-se que se o sistema social for caracterizado como um sistema com vida em grande medida auto-contida com uma dinâmica de desenvolvimento interna<sup>8</sup>, do qual a realidade social é parte integrante, sendo um sistema “orgânico” e abrangente, então, seria necessário buscar uma inter-relação entre as diferentes especificidades nas ciências humanas a fim de ampliar a investigação do conhecimento no campo social.

Um dos traços similares pelo qual a inter-relação favoreceria a investigação do conhecimento encontra-se nas obras de Capra<sup>9</sup>. Argumenta este autor que determinados problemas, tais como referentes à economia, à política ou às categorias sociais e às ecológicas, não podem ser entendidos no âmbito de uma metodologia fragmentada, pois são problemas sistêmicos interligados e interdependentes cujo significado encontra-se distante da percepção estreita da realidade<sup>10</sup>. Defende então a necessidade de um novo paradigma, uma nova concepção da realidade que remeta à formulação de conceitos e modelos interligados e compatíveis entre si.

---

<sup>7</sup> KUHN, T. Op. cit., p. 25.

<sup>8</sup> WALLERSTEIN, I. **O moderno sistema mundial**: agricultura capitalista e as origens da economia. Porto: Edições Afrontamento, 1974, 1 v., p. 337.

<sup>9</sup> **O ponto de mutação**. 25.ed. São Paulo: Cultrix, 2005; **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

<sup>10</sup> CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982. p. 23.

Capra sugere a transferência da visão mecanicista da ciência cartesiana-newtoniana para uma visão holística<sup>11</sup> de mundo. Para ele “a nova visão da realidade, (...), baseia-se na consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial a todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais”<sup>12</sup>. Deste modo, concebe o mundo como um todo integrado associando-o à concepção sistêmica de unidade orgânica; “os sistemas são totalidades integradas, cujas propriedades não podem ser reduzidas às de unidades menores”<sup>13</sup>.

Seria então a abordagem holística do sistema social a solução para captar em sua totalidade o objeto de pesquisa, a realidade social? Possivelmente, mas não qualquer totalidade, como se pretende mostrar mais adiante. E mesmo sendo esta uma resposta satisfatória, faltaria ainda questionar a validade da postura metodológica nas ciências humanas, pois, a pesquisa no campo social, o posicionamento de atitudes, valores e condicionamentos sociais e históricos das idéias precisam-se manter com certa objetividade no “emaranhado” de posições e visões distintas da ciência, e esquivar-se do problema do relativismo<sup>14</sup>.

Não se trata aqui de buscar a legitimidade em um conhecimento agnóstico, ou a instituição de uma nova ciência, ou mesmo buscar através de uma abordagem eclética entre as contraposições paradigmáticas que expliquem a origem e o caráter do sistema capitalista.

Pretende-se neste capítulo, validar a teoria do Moderno Sistema Mundial (MSM) como marco teórico para o presente trabalho. Para tanto, em um primeiro momento nos delineamentos, serão abordados sucintamente os pressupostos teórico-metodológicos oriundos de três grandes correntes do pensamento contemporâneo ocidental. Abordar-se-á, de um lado, a concepção positivista da ciência adotada amplamente pela Economia que tem como princípio o individualismo metodológico, *démarches* e a abstração; de outro, a articulação historicista como método eclético e interpretativo da realidade social, contrária à base filosófica positivista; e, em oposição a estas duas correntes, mas com estreitas ligações, encontra-se a dialética marxista.

---

<sup>11</sup> O termo holístico vem do grego “*holos*” ou “totalidade” cujo significado relaciona-se com a compreensão da realidade em função de totalidades integradas sem que haja a redução das propriedades em unidades menores. Ver: CAPRA, F. Op. cit., 1982.

<sup>12</sup> CAPRA, F. Op. cit., 1982, p. 259.

<sup>13</sup> CAPRA, F. Op. cit., 1982, p. 260.

<sup>14</sup> Relativismo é a concepção filosófica que afirma que as verdades (morais, religiosas, políticas, científicas, etc) variam conforme a época, o lugar, o grupo social e os indivíduos. Então, uma verdade hoje poderá não ser uma verdade amanhã, ou vice-versa. Esta posição conduz a um problema grave, qual seja, a de que cada um tem a sua verdade e a sua mentira, não existindo de fato um conhecimento real. O relativismo poderia assim caminhar para uma perspectiva infinita de posições.



Esta primeira parte, portanto, estará reservada à abordagem acerca da segmentação nas ciências sociais a partir das teorias do conhecimento e a relação destas com a teoria do Moderno Sistema Mundial de sorte que os resultados se aproximem de condições que favoreçam a compreensão das expectativas levantadas acima: a inter-relação, a abrangência totalizante e a superação da postura “classista” na investigação do conhecimento de dada realidade social.

## 1.2 Delineamentos Teórico-metodológicos

Certamente, a polêmica advém do tipo e do campo de pesquisa em que se quer avançar, pois, por exemplo, nas ciências naturais supõe-se a sociedade regida por regras estabelecidas por regularidades, que suprimem a subjetividade, assim como o fenômeno humano que possui elementos irredutíveis às características da realidade exata e natural. A solução para isto não seria adotar uma postura extremista nas ciências sociais, mas, de qualquer modo, escolher um caminho para que se possa explicar e assegurar a objetividade dos enunciados e a validade reivindicada pela ciência, que Nagel<sup>15</sup> define-a, com caráter inequivocamente positivo, como um corpo de conhecimento organizado e classificado, ou então, melhor aceito, como “processo de produção do conhecimento da verdade”, de acordo com Löwy<sup>16</sup>.

As três teorias do conhecimento levantadas acima tiveram forte influência sobre a ciência econômica<sup>17</sup>. Contudo, não se pretende neste trabalho, embora muitas vezes seja necessário, abordar minuciosamente o desenvolvimento intelectual que deu origem ao positivismo ou ao historicismo ou mesmo à dialética marxista, assim como seus desdobramentos filosóficos. Pretende-se concentrar na noção básica dessas correntes de pensamento e a forma pela qual a teoria do Moderno Sistema Mundial, como linha de pensamento adotada também na Economia Política, absorve estes conhecimentos e supera o impasse metodológico levantado anteriormente.

---

<sup>15</sup> NAGEL, E. **La estructura de la ciencia**. Buenos Aires: Paidós, 1974.

<sup>16</sup> LÖWY, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1988. p. 110.

<sup>17</sup> A abordagem a partir dessas três correntes segue as subdivisões que foram adotadas por Michael Löwy, nas obras citadas, com exceção da explicação da terceira corrente, a dialética marxista.

A ciência econômica, de acordo com Prado<sup>18</sup>, sofreu grande transformação na passagem da Economia Política à Economia, em meados do século XIX. Foi durante esse período e a partir do desenvolvimento do marginalismo que a Economia caracterizou-se como ciência positivista. A análise na Economia Política como teoria clássica era fundamentada na visão de sociedade e de sua evolução histórica enquanto a teoria neoclássica, agora denominada apenas Economia (*Economics*), representou o afastamento entre o conteúdo social e os conceitos econômicos. A transição do método objetivo ao subjetivo produziu o abandono da base histórico-social da doutrina clássica<sup>19</sup>.

Desde então, a Economia juntamente com os seus inúmeros modelos matemáticos e generalistas, “comprováveis” empiricamente, segue a característica positivista da ciência. O positivismo que aqui se abordará não tem sua lógica firmada apenas no filósofo francês August Comte (1798-1857), fundador do positivismo<sup>20</sup>, mas também pela abordagem neopositivista<sup>21</sup> da ciência. Em breves palavras, o positivismo defende que a sociedade é regulada por leis naturais, invariáveis, que independem da vontade e da ação humana, e que regulam o funcionamento da vida social; ou seja, pressupõe-se a distinção entre julgamentos de fato dos julgamentos de valor. A ciência deve se apoiar em realidades empíricas passíveis de observação e valer-se de linguagem sem finalidades e interesses, como na matemática, evitando assim a subjetividade e a interferência do pesquisador<sup>22</sup>.

Neste sentido, o mais seguro para os cientistas e a própria ciência seria adotar um modelo abstrato, objetivo e neutro, tal como na física ou na química, das ciências naturais, com validade universal cujo controle empírico dos enunciados tornaria a orientação segura para compreender os fatos sociais. Tal procedimento decorreria da observação empírica e não a partir de critérios de compreensão metafísicos ou subjetivos, surgindo daí a validade de uma teoria.

---

<sup>18</sup> PRADO, E.F.S. **Stuart Mill e o homem econômico ir-racional**. In.: BIANCHI, A.M. (org.). *Questões de método na ciência econômica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986. PRADO, E.F.S. **Economia como ciência**. São Paulo: IPE/USP, 1991.

<sup>19</sup> ROLL, E. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972. p. 293 e seq.

<sup>20</sup> Comte foi amplamente influenciado por Condorcet (1749-1794) e Saint-Simon (1760-1825), precursores do pensamento positivista.

<sup>21</sup> O neopositivismo é a concepção positivista de ciência com pressupostos metodológicos mais definidos. O neopositivismo foi consagrado nas décadas de 20 e 30, do século XX, por diversos filósofos da ciência que se reuniram fundando um grupo do Circulo de Viena com o propósito de analisar, fundamentar e classificar as ciências. Para uma análise detalhada sobre o neopositivismo na Economia ver: BLAUG, M. **A metodologia da Economia, ou, como os economistas explicam**. 2.ed.rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

<sup>22</sup> LÓWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 8.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

Neste aspecto, argumenta Löwy que “a idéia fundamental do método positivista é de que a ciência só pode ser objetiva e verdadeira na medida em que eliminar totalmente qualquer interferência [de] preconceitos ou prenoções [que neste caso é o conjunto de valores ou de opções ideológicas, tais como: classes sociais, posições políticas, valores morais, ideologias, utopias e visões de mundo]”<sup>23</sup>, fazendo claramente uma distinção entre o objeto e o sujeito.

A crença do positivismo de que a sociedade é regida por leis invariáveis implica na recusa de que fatores como a cultura ou a história possa interferir nos resultados de acontecimentos do meio social e considerar, sobretudo, que há a possibilidade da construção de leis gerais nas ciências sociais. No entanto, isso significa ignorar os precedentes históricos, culturais e temporais, e admitir que não há diferença entre ciências naturais e ciências sociais.

Em aspecto distinto ao exposto acima, posiciona-se o historicismo<sup>24</sup> que diverge de algumas perspectivas fundamentais em relação ao positivismo. A primeira delas é a compreensão de qualquer objeto fenomênico ocorre dentro do processo histórico havendo, portanto, recusa à abstração e à concepção a-histórica argumentada pelo positivismo. Segundo Fausto, “o historicismo se caracteriza pela tendência a identificar o tempo da teoria e o tempo da história ‘concreta’”, ou seja, quer-se à “história ‘concreta’ a dimensão de uma história teórica”<sup>25</sup>.

Já neste sentido verifica-se uma segunda característica inerente ao historicismo, trata-se da diferença entre as ciências naturais e as sociais, defendida por Dilthey, um dos representantes mais significativos do historicismo, estudado por Löwy. Para Dilthey não há distinção entre sujeito e objeto, eles são idênticos visto pertencerem ao mesmo universo histórico, tornando inseparáveis os juízos de valor e os juízos de fato. Para este autor, o que caracteriza as ciências sociais “é a sua necessidade de não apenas explicar os fatos sociais, mas também de compreendê-los”<sup>26</sup>. A compreensão a que ele menciona está relacionado com a questão da interpretação do objeto pelo sujeito, pois para compreender o fato social o pesquisador precisaria, além de uma descrição técnica do fenômeno, compreender o seu significado.

Esta posição implica em admitir que as ciências sociais são produtos historicamente condicionados, limitados e relativos. Mesmo que o conhecimento do social tivesse validade ele

<sup>23</sup> LÖWY, M. Op. cit., 1988, p. 36.

<sup>24</sup> Serão abordados os pontos em comum entre as concepções do romantismo historicista, considerada a primeira fase do historicismo, e a segunda fase do historicismo, conhecida como relativista, que deram origem ao desdobramento teórico mais recente do historicismo, a Sociologia do Conhecimento. Ver: LÖWY, M. Op. cit., 1988, 2003.

<sup>25</sup> FAUSTO, R. **Dialética marxista, historicismo, anti-historicismo**. In: FAUSTO, R. Marx: lógica e política. São Paulo: Ed. 34, 2002. p. 230.

<sup>26</sup> LÖWY, M. 1988, p. 73.

seria apenas uma dimensão da realidade, parcial e unilateral, sendo, impossível ter uma visão que abrangesse todas as dimensões da realidade. Para Löwy, esta postura é uma solução fraca e falsa do problema do relativismo. Para este autor, não é simplesmente juntar as partes de verdade e preparar uma “salada eclética” de todos os elementos e assim a verdade surgirá.

Para Löwy, isto não passa de uma ilusão, pois

Em primeiro lugar, a razão já mencionada por Max Weber: as soluções intermediárias não são em nada mais objetivas que as soluções extremas. O monarquista constitucional não é mais objetivo na ciência política do que o monarquista absoluto, ou o republicano, não há razão alguma para considerar a solução intermediária, eclética, que faz a média entre os extremos, como mais objetiva que as soluções extremas.

Outra crítica que se poderia fazer ao ecletismo desse tipo é que **as soluções intermediárias, as sínteses, são infinitas**. Basta mencionar as tentativas de síntese entre o positivismo e o marxismo, existem dezenas, centenas talvez. Além do que, que tipo de síntese? Entre que tipo de teorias? Existe uma quantidade infinita de sínteses possíveis entre os vários pontos de vista, as várias visões de mundo, as várias teorias. Então, em lugar de se ter três, quatro ou cinco teorias fundamentais, ter-se-iam três, quatro, cinco, dez, vinte tentativas de síntese, diversas entre elas, cada uma delas pretendendo ser a melhor<sup>27</sup>.

Nestas condições, Dilthey admite que a ciência social atravessa por essa contradição, mantendo certa angústia diante dessa posição, sem, contudo, poder solucioná-la.

Löwy reconhece com admiração a postura franca de Dilthey diante disso. Porém, critica-o mostrando que seu discurso historicista é “desprovido de densidade social”, acrescenta Löwy que “as épocas históricas (ou as culturas nacionais) são os únicos enquadramentos que ele leva em consideração, enquanto as classes sociais são pura e simplesmente ignoradas”<sup>28</sup>. Neste sentido, Mannheim condiciona o aspecto subjetivo de posição de classe do sujeito do conhecimento como resposta alternativa ao historicismo relativista, representado por Dilthey.

Mannheim, em resposta ao historicismo relativista representado por Dilthey, é quem condicionará o aspecto subjetivo de posição de classe do sujeito do conhecimento. Este autor, fundador da sociologia do conhecimento, argumenta com base na posição social determinada do pesquisador e da posição de classe que é possível verificar a leitura de um período particular da história e descobrir a “perspectiva resultante de uma conjuntura histórica especial”<sup>29</sup>; pois,

Enquanto a afirmação (para citar o caso mais simples) de que dois vezes dois é igual a quatro não oferece qualquer indicação a respeito de quando, onde e por quem foi formulada, é sempre possível, no

<sup>27</sup> LÖWY, M. 1988, p. 77. Negrito acrescentado.

<sup>28</sup> LÖWY, M. 2003, p. 75.

<sup>29</sup> MANNEHIM, K. **A sociologia do conhecimento**. In. GARDINER, P. (org.) Teorias da história. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 295.

caso de uma obra do domínio das ciências sociais, dizer se foi inspirada pela “escola histórica” ou pelo “positivismo” ou pelo “marxismo”, e a que fase do desenvolvimento de cada um destes corresponde, cronologicamente. Em afirmações deste tipo podemos falar de uma “infiltração da posição social” do investigador nos resultados do seu estudo e da “relatividade situacional” (*Situations-gebundenheit*) ou da relação destas afirmações com a realidade subjacente.<sup>30</sup>

Essa tese é uma grande contribuição ao historicismo relativista, pois se aproxima do marxismo. Entretanto, Mannheim corre o risco de conduzir novamente ao relativismo uma vez que não se encontra facilmente a verdade objetiva diante de tantas teorias cada qual com uma posição social, um ponto de vista unilateral e parcial. Este autor, então, esclarece que a solução seria identificar, como mostra Löwy, “uma síntese dinâmica dos vários pontos de vista, um centro dinâmico entre os extremos” e “mutuamente complementares num todo compreensivo”<sup>31</sup>.

A base social conciliatória para essa “síntese das perspectivas” seria um grupo social, sem vínculo com alguma classe social, ao qual Mannheim denomina: “intelectuais desvinculados” ou “intelectuais flutuando livremente”, *Freischwebende Intelligenz*<sup>32</sup>. Mannheim acredita que esse grupo social, representado pela “*intelligentsia* sem vínculos”, poderia realizar um meio termo eclético entre as diferentes concepções de mundo em conflito.

Ao delegar aos “intelectuais sem vínculos” a responsabilidade de um termo médio entre as diferentes visões de mundo, Mannheim admite que o conhecimento esteja ligado a uma classe social, questão inerente à concepção de Marx<sup>33</sup>; mas, por outro lado, admite existir limitações ideológicas do próprio conhecimento, tese que originou a sociologia do conhecimento. A sociologia do conhecimento permite mostrar “o caráter limitado, socialmente condicionado, de todos os pontos de vista” sendo capaz de “submeter-se a uma ‘análise autocrítica das suas

<sup>30</sup> MANNEHIM, K. Op. cit., p. 295.

<sup>31</sup> LÖWY, M. Op. cit., 1988. p. 83.

<sup>32</sup> Neste sentido, as razões que Mannheim adota são as seguintes: a) trata-se de uma camada sem posição de classe e “desprovida de vínculos sólidos com o espaço social e à margem da produção”; b) “no meio intelectual, composto de indivíduos de origens as mais diversas, todos os pontos de vista contraditórios se confrontam de forma permanente, favorecendo assim o avanço de uma visão de conjunto”; c) o ponto de vista do intelectual é determinado pela comunidade educacional e cultural; d) os intelectuais que “têm liberdade de escolha, que examinam todos os pontos de vista antes de tomar posição, são precisamente os que podem chegar a uma visão global e formular uma síntese verdadeiramente dinâmica”. Cf. LÖWY, M. 2003, p. 86-7.

<sup>33</sup> Segundo Marx “cada nova classe que toma o lugar da classe anteriormente dominante, é forçada, para atingir os seus objetivos a identificar os seus interesses com o interesse geral de todos os membros da sociedade; para nos exprimirmos conceptualmente: a dar às suas idéias uma forma de universalidade e a representa-las como as únicas idéias racionais e universalmente válidas...” MARX, K. **Concepção materialista da história**. In.: GARDINER, P. (Org.) **Teorias da história**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 161.

motivações coletivas inconscientes’, chegando assim a um autocontrole e a uma autocorreção e, portanto, a um conhecimento científico objetivo”<sup>34</sup>.

Mannheim, a partir da colocação da sociologia do conhecimento, intenta buscar uma solução não-relativa a um problema que já de início é relativo (e que, portanto, tenderia a soluções infinitas). Em outras palavras, almeja uma solução com um elemento invariável para os diferentes fenômenos sociais, indo ao encontro de uma postura positivista, recuando, portanto, à posição que tanto rejeitou inicialmente. Como bem lembra Nagel

para que la dificultad en consideración pueda ser resuelta por las fórmulas de traducción sugeridas para hallar los ‘comunes denominadores’ de conclusiones provenientes de perspectivas sociales divergentes, esas fórmulas no pueden, a su vez, estar ‘determinadas situacionalmente’ (...). Pues si esas fórmulas estuvieran determinadas de tal modo, surgiría nuevamente la misma dificultad con respecto a ellas. (...) En consecuencia, al reconocer que la búsqueda de tales invariantes en las ciencias sociales no está condenada necesariamente al fracaso, los defensores de la tesis considerada abandonan la que era al principio su tesis más radical<sup>35</sup>.

Trata-se de um paradoxo que o historicismo parece não conseguir superar. Neste sentido, observa-se a necessidade de um momento dialético na construção de um modelo de objetividade específica às ciências sociais<sup>36</sup>; pois, a discussão em questão refere-se a fenômenos sociais que se desenvolvem e se interagem com o sujeito.

A palavra dialética, como se conhece atualmente, advém de Hegel (1770-1831) que defendia uma visão da história como obra humana, ou seja, como realizações dos homens e para os homens num movimento em totalidade<sup>37</sup>. Trata-se de um movimento fruto de um processo dinâmico em que as coisas não se encontram determinadas, mas em constante contradição e que gera a mudança na história. Para Hegel esta mudança ocorre através da formação da consciência crítica, é a partir dela que se pode entender o processo histórico, seu sentido e sua direção, para, só então, poder transcender o seu momento determinado.

---

<sup>34</sup> LÖWY, M. 1988, p. 86.

<sup>35</sup> NAGEL, E. Op. cit., p. 452.

<sup>36</sup> LÖWY, M. 2003, p. 92.

<sup>37</sup> A questão da totalidade a que Hegel se refere foge do conceito de totalidade (absoluto) desenvolvida por Friedrich Schelling (1775-1854). Este filósofo defende o projeto de um idealismo absoluto, fundado na possibilidade da apreensão filosófica do absoluto através da intuição intelectual que permite superar os limites do conhecimento teórico. Essa apreensão imediata do objeto surge como forma de verdade revelada ao sujeito. Em crítica a esta postura, Hegel se refere à filosofia da identidade imediata e à concepção de totalidade como absoluto de Schelling “como uma noite em que todas as vacas são pretas”. Cf. HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do espírito**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 12. Coleção os Pensadores. Schelling é também um dos precursores da teoria holística na filosofia moderna, corrente seguida por Capra.

O processo da formação da consciência se caracteriza por três dimensões defendidas por Hegel: a) a partir das “relações morais”; b) da linguagem ou dos processos de simbolização; e c) através do trabalho, da forma como o homem interage com a natureza para extrair os meios de subsistência<sup>38</sup>. A unidade de autoconsciência só é concebida através de um processo de desenvolvimento dessas três dimensões. Isto é, as relações morais explicam o papel do outro na formação da consciência do ser. Este só se torna sujeito na medida em que é reconhecido por outras consciências que, por sua vez, depende do seu reconhecimento. O trabalho mostra a formação da consciência a partir do modo como o homem interage com a natureza, considerando-a como objeto pelo qual se pode extrair seus meios de subsistência. E os processos de simbolização nomeiam e identificam os objetos. Assim, a objetividade do mundo toma forma na linguagem.

Neste sentido, a experiência que a consciência tem diz respeito ao momento histórico, e o progresso da consciência é resultado da evolução histórica. Essa experiência tem uma estrutura dialética que se caracteriza como superação dialética ou *Aufheben*<sup>39</sup>, cujo significado em português aproxima-se de suspender, de supressão (negar conservando). Para Hegel, um conceito contém o seu próprio oposto que pode ser deduzido dele provocando a diferença. Pode-se dizer que a posição de Hegel se move entre teses opostas: só há identidade se houver a diversidade e só se tem consciência do idêntico a partir do não-idêntico. É a partir desse estágio que a consciência comum passa por um processo de saber absoluto.

Não se trata apenas em conhecer a realidade; a realidade, por sua vez, muda dialeticamente. A própria história é dialética e cada momento só pode ser apreendido como um momento, pois faz parte de um processo em transformação, sendo, assim, melhor compreendido em um movimento amplo da história. Desta forma, toda apreensão de diferença, de passagem, de vir-a-ser, ocorre pelo pensamento, pelas idéias. O processo dialético, portanto, é idealista para Hegel.

O materialismo histórico<sup>40</sup>, proposto por Marx, surge em reação à concepção idealista da história, da filosofia hegeliana<sup>41</sup>. Marx incorpora a noção da dialética hegeliana, mas critica a

<sup>38</sup> MARCONDES, D. Op. cit., p. 216 e seq.

<sup>39</sup> *Aufheben* possui três significados diferentes: o primeiro sentido é negar, anular, cancelar; o segundo, conservar, guardar; e elevar, levantar.

<sup>40</sup> Löwy acredita que não há uma única maneira de definir o método inaugurado por Marx. Para ele, limitar a definição do marxismo apenas aos conceitos de materialismo histórico e materialismo dialético seria empobrecedor. Para tanto, utiliza-se outros conceitos que ilustram o método marxista, são eles: dialética marxista, método dialético,

concepção idealista da totalidade em que o momento é gerado pelas idéias. Para Marx, o movimento da história é realizado por homens, seres materiais, que fazem uma história real com objetivos práticos e não teóricos como afirma Hegel. Para Marx, seu

método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento, - que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de idéia, - é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para [ele], ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado<sup>42</sup>.

Marx argumenta que o homem surge em um mundo natural, num processo em que se mantém alienado aos objetos. Ao reproduzir a vida nessas condições naturais, o homem regula sua relação material com a natureza através do trabalho e, dominando as forças naturais, passa a “humanizar a natureza”. As sociedades evoluem pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela forma como o homem domina as técnicas, as condições materiais de produção e de suas relações. E em cada estágio no qual o homem domina essa força produtiva corresponde a um regime social de produção, a uma divisão social do trabalho e ao papel que desempenham as classes sociais.

Neste sentido, percebe-se desde já a diferença que Marx ressalta entre a história humana e a história natural. A história humana é produto social da ação dos homens, pela ação transformadora, pela *práxis*; o movimento dialético da natureza é objetivo, as transformações ocorrem por obra da natureza<sup>43</sup>. Embora, muitas vezes, quando marcada indiscriminadamente pela ação do homem acaba se voltando contra o próprio homem. Compreende-se então que o objeto, a realidade social, é produto social da ação transformadora do sujeito.

Observa-se que, para Marx, a história é *práxis*. A *práxis* como processo de transformação, como prática crítica articulada à teoria. O momento determinante desse processo

---

filosofia da práxis. Este último introduzido por Gramsci. Cf. LÖWY, M. Op. cit., 1988. p. 25. O método que Marx emprega, a dialética marxista, não foi sistematicamente organizado e publicado. É possível verificar sobre a “dialética” a que propõe em obras como o Capital, a Ideologia Alemã etc.; através da leitura dessas obras é possível verificar o método dialético marxista em seu “estado prático” e não teórico. Cf. GERMER, C.M. **A relação abstrato/concreto no método da economia política**. In: CORAZZA, G. (Org.) Métodos da ciência econômica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Contudo, como se verificará no presente trabalho, Engels considerava uma condição prévia para que existisse a dialética da história humana, encontrada na dialética da natureza, são elas: a) lei da passagem da quantidade à qualidade (ou vice-versa); b) lei da unidade e luta dos contrários; c) lei da negação e ultrapassagem. Cf. ENGELS, F. **Dialética da natureza**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

<sup>41</sup> Marx discordava apenas da posição idealista hegeliana, mas não totalmente de suas idéias, pois considerava-se um hegeliano de esquerda. Cf. MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2.ed.3.tir. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

<sup>42</sup> MARX, K. **O capital**. 13.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. Posfácio da 2ª edição do Capital. 1 v. p. 16.

<sup>43</sup> LÖWY, M. Op. cit., 1988, p. 15.



diz respeito ao momento do próprio trabalho de transformação, que insere em uma estrutura específica, ao mesmo tempo, homens, meios e um método técnico de utilização dos meios. Para Marx, como lembra Löwy, “aplicando o método dialético, todos os fenômenos econômicos e sociais, todas as chamadas leis da economia e da sociedade, são produto da ação humana e, portanto, podem ser transformados por essa ação”<sup>44</sup>.

Sob este aspecto, percebe-se que o ser social é histórico. Muda com a história ao mesmo tempo em que é modificado por ela. As condições nas quais o homem faz a história são imediatas, e não foram escolhidas; ao mesmo tempo em que a ação individual pode alterar o todo e este todo, ao mudar, muda com ele o indivíduo. A mudança ocorre pela contradição, através do antagonismo entre as classes sociais. Esta contradição entre as relações de produção e as forças de produção move a história<sup>45</sup>.

Para Marx, a história universal é a história da produção do homem pelo trabalho. A natureza é transformada pelo homem e essa transformação corresponde a um modo de produção. A cada nova dominação da condição material de produção surge um novo modo de produção<sup>46</sup>. Os homens produzem materialmente sua história assim como a modificam materialmente. Para este autor, a vida humana tem bases materiais porque são as categorias materiais e econômicas as responsáveis pela sua produção e reprodução. Existe, portanto, uma relação dialética entre a sociedade e a natureza, a matéria em contínua transformação, pois as relações dos homens dependem do modo como ele “humaniza” a natureza pelo trabalho, sendo a natureza a provedora dos meios para os homens sobreviverem.

Neste sentido, o homem torna-se produto social dos meios de subsistência. A produção social implica em determinadas relações sociais que dependerá, por sua vez, da evolução dos modos de produção da sociedade, construindo, assim, a estrutura econômica de uma sociedade. No modo de produção capitalista, segundo Marx, a mercadoria não é apenas usada ou consumida. A mercadoria é resultado de um trabalho social uma vez que a sua produção não fornece apenas consumo imediato, necessidade natural, mas necessidades criadas pela sociedade<sup>47</sup>.

---

<sup>44</sup> LÖWY, M. Op. cit., 1988, p. 15.

<sup>45</sup> MARX, K.; ENGELS, F. Op. cit., 1998.

<sup>46</sup> MARX, K.; ENGELS, F. Op. cit., 1998.

<sup>47</sup> MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 207 e seq.

Qualquer produção mercantil é parte integrante de uma rede ampla da divisão social do trabalho. O valor de cada “etapa” da divisão do trabalho é medido pelo tempo de trabalho gasto na produção e o trabalhador vende parte de sua força de trabalho ao capitalista. Neste aspecto, a força de trabalho também se torna uma mercadoria e o seu valor dependerá da quantidade de trabalho necessária para produzi-la, ou o modo como o trabalhador dispõe seu sustento ou o seu trabalho. Todo trabalho que excede o suprimento destas necessidades produz a mais-valia. Esta parte do valor da mercadoria não é inserida no salário do trabalhador, servindo de base para a produção capitalista e esta, por sua vez, é reservada para a troca com aumento da riqueza e acúmulo de capital<sup>48</sup>.

É sob este aspecto que a dialética como método científico, apresentado no pensamento marxista, surge como superação da dicotomia existente na distinção entre o sujeito e o objeto, e como referencial teórico para compreender a realidade social. A dialética indica que para apreender a realidade, o objeto, é preciso se movimentar pelo desenvolvimento desigual das contradições. Marx argumenta que a cientificidade é conhecer a realidade dos fatos, mas o fato empírico não é critério e nem resultado do conhecimento imediato dos objetos; pois, este conhecimento pode vir mediado pelo sujeito condicionado pela situação social em que se encontra.

Portanto, como perceber se a realidade em si não é mera interpretação do homem de uma “*praxis* utilitária imediata”<sup>49</sup>, para utilizar a expressão de Kosik, ou de um senso comum? Este autor sugere que ambas as formas de interpretações “colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a *compreensão* das coisas e da realidade”<sup>50</sup>. Para tanto, propõe alcançar a percepção das coisas e da realidade através da dialética da totalidade concreta, interpretação acerca do método de Marx.

Neste caso, de acordo com Kosik, o todo concreto (a realidade em si) não é imediatamente reconhecível ao homem. Para que se torne cognoscível a ele, tornar-se claro e acessível, o homem precisa fazer um *détour*, ou seja, fazer a passagem de um plano concreto compreensível através da mediação do abstrato e vice-versa<sup>51</sup>. Kosik nomeia o complexo fenomênico que habita o ambiente cotidiano e a atmosfera da vida humana como a

---

<sup>48</sup> MARX, K. Op. cit., 2003.

<sup>49</sup> KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>50</sup> KOSIK, K. Op. cit., p. 10. Itálico do autor.

<sup>51</sup> KOSIK, K. Op. cit., p. 30.

pseudoconcreticidade, pois este se apresenta imediatamente à mente causando a impressão de ser coisa natural.

O aspecto fenomênico do objeto é considerado como a essência mesma, e a diferença entre o fenômeno e a essência do objeto, ou seja, o núcleo interno essencial e o seu conceito correspondente, desaparecem. Por isso, Kosik compreendeu com clareza Marx quando assinalou que “o mundo que se manifesta ao homem na *práxis* fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real, embora tenha a ‘consistência’ e a ‘validez’ do mundo real: é ‘o mundo da aparência’. A representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas *petrificadas*”<sup>52</sup>.

Essa projeção, de acordo com Germer, corresponde ao concreto sensorial (percepção sensorial) que

segundo a concepção materialista, constitui a representação, mediada pelos sentidos, do mundo material na mente. Mas esta representação não é entendida por Marx como uma relação sujeito-objeto de tipo individual e contemplativo, nem é uma relação linear contínua, que se inicia com a sensação e termina com o conhecimento. É um processo de repetição contínua, que integra o processo contínuo de intercâmbio do ser humano com a natureza, através do trabalho, na produção dos seus meios de vida. Ao produzir, isto é, ao transformar os materiais naturais, o ser humano interpreta continuamente os efeitos da sua ação sobre a natureza e, com isso, interpreta a própria natureza, sua estrutura dinâmica, e testa continuamente a sua interpretação, ao observar os efeitos positivos e negativos da sua ação baseada na interpretação anterior. Com base nesta observação, reformula e refina as suas interpretações, que é o que constitui o processo de elaboração do conhecimento. Neste sentido é que se diz, na filosofia materialista, que **o critério da verdade é a prática**<sup>53</sup>.

Neste caminho lógico é preciso refletir criticamente, realizar um *détour*, partindo da realidade empírica imediata (concreto figurado, pseudoconcreticidade) à determinação abstrata (em forma de teoria, reflexões, elaborações do pensamento) e de posse deste retornar ao concreto (real pensado, totalidade concreta). Este curso de correlação espiral, cujos conceitos movimentam-se reciprocamente, alcança a concreticidade, pois “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade”<sup>54</sup>, totalidade.

Um aspecto especial da perspectiva esboçada a respeito da posição da totalidade, merece destaque: segundo Kosik, a posição de totalidade não significa abarcar “todos os fatos” ou analisar sob a perspectiva da totalidade absoluta (crítica de Hegel à Schelling, ver nota 37). Totalidade “compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a

<sup>52</sup> KOSIK, K. Op. cit., p. 15. Itálico do autor.

<sup>53</sup> GERMER, C.M. Op. cit., 2003, p. 71. Negrito acrescentado.

<sup>54</sup> MARX, K. Op. cit., 2003, p. 218.

casualidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias”<sup>55</sup>, revelando a unidade. Totalidade concreta não tem similaridade com a totalidade holística, organicista neo-romântica

que hipostasia o todo antes das partes e efetua a mitologização do todo. A dialética não pode entender a totalidade como um todo já feito e formalizado, que determina as partes, porquanto à própria determinação da totalidade pertencem a *gênese* e o *desenvolvimento* da totalidade, o que, de um ponto de vista metodológico, comporta a indagação de como nasce a totalidade e *quais são as fontes internas de seu desenvolvimento e movimento*. A totalidade não é um todo já pronto que se recheia com um conteúdo, com as qualidades das partes ou com as suas relações; a própria totalidade é que se concretiza e esta *concretização não é apenas criação do conteúdo mas também criação do todo*<sup>56</sup>.

Desta forma, compreende-se que a abordagem das relações sociais de produção é um processo que envolve a totalidade dos fenômenos sociais. Contudo, a origem e o caráter do sistema capitalista não é cognoscível em sua essência se se intentar compreendê-los a partir de sua realidade empírica imediata, a pseudoconcreticidade, em que se manifesta, mesmo sendo ela o ponto de partida. Assim, existe a necessidade de um movimento circular, como descreve Marx, que tem como ponto de partida uma representação abstrata do todo, por não conhecer o que o compõe, passando, em seguida, pelo processo analítico para então proporcionar a compreensão em sua essência da realidade, da totalidade concreta. Como bem argumenta Kosik,

A realidade, em certo sentido, não existe a não ser como conjunto de fatos, como totalidade hierarquizada e articulada de fatos. Cada processo cognoscitivo da realidade social é um movimento circular em que a investigação parte dos fatos e a eles retorna. (...) O conhecimento da realidade histórica é um processo de apropriação teórica – isto é, **de crítica, interpretação e avaliação de fatos** – processo em que a atividade do homem, do cientista é condição necessária ao conhecimento objetivo dos fatos. Esta atividade que revela o conteúdo objetivo e o significado dos fatos é o método científico<sup>57</sup>.

<sup>55</sup> KOSIK, K. Op. cit., p. 33. Ainda segundo este autor, “existe uma diferença fundamental entre a opinião dos que consideram a realidade como totalidade concreta, isto é, como um todo estruturado em curso de desenvolvimento e de autocriação, e a posição dos que afirmam que o conhecimento humano pode ou não atingir a ‘totalidade’ dos aspectos e dos fatos, isto é, das propriedades, das coisas, das relações e dos processos da realidade. No segundo caso, a realidade é entendida como o conjunto de todos os fatos. Como o conhecimento humano não pode jamais, por princípio, abranger todos os fatos – pois sempre é possível acrescentar fatos e aspectos posteriores – a tese da concreticidade ou da totalidade é considerada uma mística. Na realidade, totalidade não significa *todos os fatos*. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”. KOSIK, K. Op. cit., p. 35. Itálicos do autor.

<sup>56</sup> KOSIK, K. Op. cit., p. 49. Itálico do autor. Ver ainda nota de rodapé 27 da obra de Kosik: “As geniais intuições do jovem Schelling sobre natureza como unidade de produto e de produtividade ainda não foram suficientemente apreciadas. E no entanto já naqueles anos no seu pensamento se afirma um texto de 1799: “... se em cada todo orgânico tudo se sustém em um apoio recíproco, assim esta organização entendida como um todo devia preexistir às suas partes: não era o todo que podia surgir das partes, mas as partes, do todo”. Schelling, Werke, Munique, 1927, Zeiter Hauptband, pág. 279”.

<sup>57</sup> KOSIK, K. Op. cit., p. 45. Negrito acrescentado.

Neste aspecto, portanto, percebe-se que a concepção dialética da totalidade concreta permite pensar a reconstrução da realidade social a partir de um processo crítico sob perspectiva histórica, sob uma história em processo. Esta concepção histórica, segundo Fernandes, “é a história dos homens, o modo como eles produzem socialmente a sua vida, ligando-se ou opondo-se uns aos outros, de acordo com sua posição nas relações de produção, na sociedade e no Estado, e gerando, assim, os eventos e processos históricos que evidenciam como a produção a sociedade e o Estado se preservam ou se alteram ao **longo do tempo**”<sup>58</sup>.

A concepção histórica adotada por Marx em suas obras<sup>59</sup>, como argumenta Fernandes, ressalta não apenas a história da vida cotidiana, no discurso explícito, mas também, no discurso implícito, em uma “rede (ou redes) da causação histórica, associando reciprocamente as transformações das relações de produção às transformações da sociedade e das superestruturas políticas, jurídicas, artísticas, científicas, religiosas, etc”<sup>60</sup>, buscando reconstruir uma situação sob uma perspectiva histórica total, uma história universal. Marx e Engels, segundo Fernandes, defendem a concepção unitária de ciência e representam a história como uma ciência de síntese<sup>61</sup>.

Sob esta mesma tendência verifica-se a perspectiva histórica de “longa duração”, de Fernand Braudel<sup>62</sup>. A história para Braudel surge como narração da “pluralidade do tempo social”. A definição de tempo social que se adota não segue uma ordem cronológica linear, que estabelece divisões a partir de datas fixadas; mas, uma partição de tempo com ritmo próprio e múltiplo, ou seja, um tempo utilizado como meio de observação, que permite identificar as condições necessárias para a construção de uma “realidade como um todo estruturado, dialético” e racionalmente compreensível.

<sup>58</sup> FERNANDES, F. (Org.). **Karl Marx e Friedrich Engels**. São Paulo: Ática, 2003. p. 47. Grifo acrescentado.

<sup>59</sup> De acordo com Florestan Fernandes: *As lutas de classes na França de 1848 a 1850; O 18 Brumário de Luis Bonaparte; e A guerra civil na França*. Op. cit., p. 47.

<sup>60</sup> FERNANDES, F. Op. cit., p. 51.

<sup>61</sup> FERNANDES, F. Op. cit., p. 10.

<sup>62</sup> Fernand Braudel pertence a segunda geração da Escola dos Annales, herança deixada pelos historiadores March Bloch e Lucien Febvre. Esta segunda fase concentra-se mais no aspecto econômico, privilegiando o poder das forças econômicas como o principal objeto da história. A vida econômica não seria apenas marcada pela presença do capitalismo. Mas, este como parte, em menor ou maior grau, na estrutura do cotidiano da vida humana. A economia para Braudel é dividida em três fases hierarquizadas, são elas: a economia de mercado, com realidades nítidas na qual abrange os mecanismos de produção e da troca ligadas às diversas atividades; abaixo desta economia, encontra-se uma zona infra-econômica, denominada vida material; logo acima da economia de mercado aparece uma terceira zona, “uma zona de opacidade”, esta é para Braudel o “domínio por excelência do capitalismo”, é onde se “falseiam a troca em proveito próprio, fazem vacilar a ordem estabelecida; voluntária e até involuntariamente, criam anomalias, ‘turbulências’, e têm maneiras muito suas de tratar dos seus assuntos”. Ver: BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 1 v. Introdução.

Por esta ótica, Braudel adota a perspectiva histórica como “dialética das durações”, concepção acerca da pluralidade do tempo. Entre as inúmeras temporalidades, Braudel identifica três durações: um tempo geográfico, um tempo social e um tempo individual<sup>63</sup>.

Para este autor, uma das principais deficiências na abordagem de dada realidade social, da história tradicional, encontra-se justamente em reconstituí-la no tempo decorrido, situando-na entre diferentes acontecimentos. Em muitas ocasiões, uma reconstituição leva apenas em consideração o episódio em si, como se ele fosse apenas uma fotografia isolada dentro de um álbum de acontecimentos não conexos uns com os outros. A análise por esta perspectiva se desfaz no tempo na medida em que a sua sustentação não ocorre em uma lógica mais complexa ou dentro de um comportamento conjuntural.

Esta prática de análise, no dizer de Braudel, é comumente encontrada na narrativa da história tradicional ou ocorrencial (*événementielle*) que está “atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao evento, [e] habituou-nos há muito tempo à sua narrativa precipitada, dramática, de fôlego curto”<sup>64</sup>.

Além de identificar o fenômeno de “fôlego curto”, como propriedade da história tradicional, Braudel verifica que existe um quadro social de ritmo mais lento que articula os episódios desvendando a história social “dos grupos e dos agrupamentos”<sup>65</sup>. Trata-se da história das conjunturas, cíclica, que é a história das civilizações, da sociedade, do Estado e dos ciclos econômicos. Por trás dessa história conjuntural, encontra-se uma “história quase imóvel”, de longa duração (*longue durée*), da relação do homem com o tempo geográfico. Neste sentido, o esforço sistemático que visa captar a “coisa em si” não se manifesta imediatamente, a estrutura oculta do fenômeno é possível através da “dialética das durações”.

Percebe-se que Braudel<sup>66</sup>, assim como Marx, ao descrever este comportamento estrutural espaço-temporal capta em um movimento dialético a totalidade concreta do fenômeno social, transformando a história no instrumento unificador das ciências sociais. As características da abordagem braudeliiana, assim como a dialética marxista, influenciariam Immanuel

<sup>63</sup> BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 15.

<sup>64</sup> BRAUDEL, F. Op. cit., 1992, p. 44

<sup>65</sup> BRAUDEL, F. Op. cit., 1992, p. 14.

<sup>66</sup> Para uma análise mais detalhada sobre “convergências e divergências”, entre o pensamento de Fernand Braudel e o materialismo histórico, verificar obra de: AGUIRRE ROJAS, C. A. **Construir la historia: entre materialismo histórico y annales**. 1v. México: Facultad de economía UNAM, 1993.

Wallerstein<sup>67</sup> que proveria uma perspectiva conceitual contemporânea face à origem e ao caráter do sistema capitalista: a economia-mundo.

Naturalmente, ao situar o objeto de análise em um tempo social e este a uma temporalidade que expressa a expansão geográfica, o sujeito das investigações é instigado e, posteriormente, condicionado à reconstrução dentro de uma transformação mais significativa no âmbito das ciências sociais, qual seja, o despontar do Moderno Sistema Mundial, questão que será abordada em seguida.

### 1.3 Marco Teórico: Moderno Sistema Mundial

Os principais articuladores acerca do Moderno Sistema Mundial têm sido Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein<sup>68</sup>. Este publicou na década de 1970 duas obras que deram origem ao debate em questão: *The rise and future demise of world capitalism system: concepts for comparative analysis* e *The modern world system I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*; aquele com três tomos da obra: *Civilisation materielle economie et capitalisme*. Com estas publicações, Braudel e Wallerstein inspiraram vários autores<sup>69</sup>, entre eles Giovanni Arrighi, que enriqueceram a discussão com novos conceitos em torno do desenvolvimento do sistema capitalista na história econômica e na sociologia histórica.

O Moderno Sistema Mundial (MSM) surge como alternativa contemporânea<sup>70</sup> para explicar a dinâmica do sistema capitalista, com base profunda na perspectiva dialética marxista

---

<sup>67</sup> Certamente, Wallerstein foi influenciado por outras correntes intelectuais, tais como a corrente neo-marxista da Teoria da Dependência, análise sociológica de Max Weber, entre outros. Contudo, não cabe a este trabalho aprofundar nas questões uma por uma. Cf. GOLDFRANK, W.L. **Paradigm regained?** The rules of Wallerstein's world-system method. *Journal of world-systems research*, VI, 2, summer/fall 2000, 150-195.; e WALLERSTEIN, I. O moderno sistema mundial. 3 volumes.

<sup>68</sup> Existe certa “cumplicidade” entre Wallerstein e Braudel na construção intelectual acerca do Moderno Sistema Mundial. Ver: BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: o tempo do mundo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 3 v., p. 29. A mais evidente distinção talvez seja quanto ao período que inicia a economia-mundo, que para Wallerstein encontra-se no século XVI, enquanto que Braudel aponta que a reprodução capitalista tem suas origens na Itália do século XIII. BRAUDEL, F. Op. cit., 3 v. p. 45.

<sup>69</sup> Entre eles Christopher Chase-Dunn, Philippe McMichael, etc, no Brasil também tem inspirado vários autores.

<sup>70</sup> Adota-se no presente trabalho essa postura de “alternativa contemporânea” tendo em vista as palavras do próprio Wallerstein na Introdução de uma de suas obras: “ele [Karl Marx] sabia – e muitos dos seus autoproclamados discípulos freqüentemente não sabem – que era um homem do século XIX e que sua visão estava inevitavelmente

como método e unidade de análise crítica do sistema social. Esta abordagem manifesta-se claramente em oposição à forma fragmentada de teorias de cunho mecanicista<sup>71</sup> da modernidade. O sistema-mundo exhibe um modelo com divisão do trabalho que implica em forças internas e relações de produção da economia-mundo, num movimento estrutural que inclui o centro, a semiperiferia e a periferia, com forte tendência secular de expansão e de incorporação de novos Estados-nação.

### 1.3.1 Delineamentos Conceituais: quadro genealógico do sistema-mundo

#### 1.3.1.1 Sistemas históricos: a economia-mundo capitalista

De acordo com Wallerstein existem três tipos de sistemas históricos, também determinados por totalidades<sup>72</sup>, são eles: os mini-sistemas, os impérios-mundo e a economia-mundo<sup>73</sup>. As delimitações sistêmicas de cada sistema histórico dependem da complexidade da

---

circunscrita pela realidade social de sua época...”. WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. Introdução.

<sup>71</sup> A crítica que normalmente se faz ao método mecanicista relaciona-se à forma fragmentada de análise a que Descartes propõe alcançar. Mas, em verdade, Descartes defende no século XVII, vale lembrar que este período foi marcado por inúmeros desconfortos em relação à teologia na Europa, a fundamentação de uma ciência “una e idêntica” através do uso da razão, ou seja, tenta fundamentar uma ciência uniforme fundamentada na razão e não na concepção escolástica da Idade Média. Para tanto, exemplifica em Regras para a Direção do Espírito a forma pela qual através do uso da intuição e da dedução que, desvinculada da cega fé religiosa, é possível alcançar a “verdade”. O inovador no processo elaborado por Descartes, em sua III Regra, consiste em “investigar não o que os outros pensaram ou o que nós próprios suspeitamos, mas aquilo do que podemos ter uma intuição clara e evidente, ou que podemos deduzir com certeza, pois de um outro modo não se adquire a ciência” (2000, p. 77). Descartes, além disso, compreende que para formular leis e princípios e caracterizar uma ciência seria preciso fazer a correta utilização do bom senso ou razão. Elabora assim quatro preceitos no Discurso do Método: o primeiro apóia-se em “jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal”; o segundo, “dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para resolvê-las”; o terceiro preceito refere-se em “conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetivos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos”; e, por fim, “fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir”. Neste sentido, é inegável o modo pelo qual a interpretação de seu método ganhou dimensões incontornáveis em atitudes e comportamentos compatíveis com a idéia dominante atual. DESCARTES, R. **Regras para a direção do espírito**. São Paulo: Martin Claret, 2000.; DESCARTES, R. **Discurso do Método**. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 312. Coleção os pensadores.

<sup>72</sup> Este conceito de totalidade difere do conceito que anteriormente fora defendido por Kosik. Ademais, totalidade não implica homogeneidade do sistema. O termo totalidade aqui empregado diz respeito ao mesmo adotado por Goldfrank, na obra citada.

<sup>73</sup> WALLERSTEIN, I. **Sistemas históricos como sistemas complexos**. In.: \_\_\_\_\_. *Impensar las ciencias sociales*. México D.F: Siglo Veintiuno, 1998. Cap. 17. Com uma quarta possibilidade no futuro, de acordo com Goldfrank, um “socialist world-government”. GOLDFRANK, W.L. Op. cit., p. 168.



divisão social do trabalho, de condições necessárias para assegurar a sobrevivência do sistema social. Esta forma de totalidade, vista como unidade do sistema, está sujeito não apenas a uma rede integrada de processos econômicos, mas políticos e culturais também. Todos eles envolvem características em comum: são relativamente autônomos; possuem limites temporais e espaciais.

Os mini-sistemas podem ser denominados como economias tribais integradas a partir da reciprocidade que envolve uma única divisão do trabalho, um sistema singular político e cultural. São entidades bastante pequenas tanto sob aspectos temporal como espacial e que ao longo do tempo foram sendo incorporadas aos sistemas-mundo. Estas, por sua vez, são entidades de grande escala e de longa duração tais como os impérios-mundo e a economia-mundo. Com certa frequência, como reconhece este autor, durante até aproximadamente o século XV, a modalidade do império-mundo em sua expansão absorvia as economias-mundo e os mini-sistemas ao seu redor. Sob esta perspectiva, escreve Wallerstein

Desde alrededor del 10000 a.C. hasta aproximadamente 1500 d.C. existió (y coexistieron) un gran número – pero contable – de esos sistemas-mundo (así como un número desconocido y quizá muy grande de minisistemas). En este periodo, la modalidad del imperio-mundo parecía “más fuerte” que la modalidad de la economía-mundo ya que con cierta frecuencia los imperios-mundo en expansión absorbían a las economías-mundo cercanas (así como a los minisistemas cercanos)<sup>74</sup>.

Os impérios-mundo mantinham múltiplos grupos culturais e uma divisão do trabalho dentro de seus limites espaciais e temporais, enquanto sistema político único e centralizado por um governo único. Como exemplo de impérios-mundo, Wallerstein ilustra as grandes civilizações do período pré-moderno, tais como a China, o Egito e Roma, que diferem do imperialismo do século XIX, da Grã-Bretanha ou da França. Os impérios-mundo mantinham uma apropriação forçada de excedente, normalmente em tributos, e uma redistribuição de ordem econômica sem, contudo, manter características de uma economia-mundo<sup>75</sup>.

A constituição de uma economia-mundo, por sua vez, ocorre através da divisão do trabalho integrada ao mercado e não pela centralização de um sistema político único. Neste sentido, o que mantém a coesão social do sistema é a interdependência econômica entre diferentes entidades políticas e culturais, um sistema interestatal. A dinâmica central de uma

<sup>74</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1998. cap. 17, p. 251.

<sup>75</sup> Segundo Wallerstein, “World-empires were basically redistributive in economic form. No doubt they bred clusters of merchants who engaged in economic exchange (primarily long-distance trade), but such clusters, however large, were a minor part of the total economy and not fundamentally determinative of its fate. Such long-distance trade tended to be, as Polanyi argues, “administered trade” and not market trade, utilizing “ports of trade”. WALLERSTEIN, I. **The rise and future demise of world capitalism system**: concepts for comparative analysis. In: \_\_\_\_\_. The essential Wallerstein. New York: The New York Press, 2000. p. 75.

economia-mundo é a constante acumulação de capital. Esta lógica estrutural está inserida em um processo crescente de competição interestatal que se fortalece na medida em que recria uma margem de obtenção de mais-valia, com base na expansão territorial, no avanço tecnológico e na inovação organizacional, fortalecendo, sobretudo na medida em que penalizam participantes que não levam a acumulação de capital ao seu limite<sup>76</sup>.

Sob esta perspectiva sistêmica, verifica-se que durante um período, mais aproximadamente o período que precede ao século XVI, prevalecia uma ou mais formas de sistemas históricos. Contudo, de acordo com Wallerstein, foi a partir do século XVI que se consolida a economia-mundo capitalista caracterizada por uma divisão assimétrica do trabalho que é geograficamente distribuída entre as regiões central, semiperiférica e periférica, e ligadas a uma lógica mercantilista de acumulação. Essa transição e a concreta consolidação de uma economia-mundo capitalista ocorreram graças à intensificação da dinâmica capitalista e da expansão geográfica da divisão social do trabalho<sup>77</sup>. A característica de apropriação do excedente dos impérios-mundo, provavelmente, favoreceu ao princípio da acumulação de capital e, posteriormente, na consolidação de um Estado como zona central na economia-mundo.

Neste sentido, a divisão social do trabalho diz respeito às forças e às relações de produção na economia-mundo que condicionam a existência de duas regiões principais e interdependentes, mas geográfica e culturalmente distintas: a periferia<sup>78</sup> e o centro. Wallerstein incorpora ainda ao sistema a noção de Estados semiperiféricos com características intermediárias em um *continuum* que vai desde o centro até a periferia. Para o autor a semiperiferia<sup>79</sup> seria um elemento estrutural necessário e semelhante à classe média dentro de uma noção de classe social;

<sup>76</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1998. cap. 17.

<sup>77</sup> Apesar da compreensão da lógica da dinâmica capitalista desenvolvida por Wallerstein, essa exposição carece de uma explicação mais detalhada de acordo com Skocpol. Ver: SKOCPOL, T. **Wallerstein's world capitalism system: a theoretical and historical critique**. American Journal of Sociology, vol. 82, 1977, p. 1075-1090. Ver também: CHIROT, D.; HALL, T.D. **World-system theory**. Annual review of sociology, 8, 1982, p. 81-106.

<sup>78</sup> Segundo Wallerstein, a popularização do termo “periferia” foi induzida por duas obras tidas como Marxista na teoria econômica, são elas: a) Política econômica do crescimento de Paul Baran, publicada em 1957; e b) Troca desigual de Arghiri Emmanuel, de 1969. WALLERSTEIN, I. **Periphery**. In.: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (ed.). **The new Palgrave: the world of economics**. London: Macmillan Press, 1991.

<sup>79</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 2000. Estas duas noções de semiperiferia, que abrange tanto atividades do núcleo orgânico como atividades periféricas, tem como base suposições questionáveis de precisão teórica e de rigor conceitual que resulta em ambigüidade como demonstra Arrighi em ensaio sobre as zonas semiperiféricas publicados em A ilusão do desenvolvimento. Arrighi tenta demonstrar empiricamente e validar a existência da zona semiperiférica na economia-mundo, adotando o termo semiperiferia para se referir a uma posição em relação à divisão social do trabalho e não a uma posição no sistema inter-Estados. ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 144. Contudo, mesmo sua análise carece de fundamentação segundo a abordagem de Lourenço. Ver: LOURENÇO, A.L.C. **Semiperiferia: uma hipótese em discussão**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 14, n. 1 (24), p. 177-186, jan./jun. 2005.

enquanto que, por um lado, absorvem atividades periféricas, tais como níveis salariais e técnicas no processo de produção, e acumulação de capital, por outro, participam na cadeia mercantil tanto como fornecedores de produtos manufaturados para a região central como para a periferia.

A relação centro e periferia no sistema mundial é caracterizada por uma estrutura de poder hierárquico cujo núcleo orgânico, política e economicamente hegemônico com um “*locus* de acumulação e de poder”, mantém o domínio e a exploração em regiões periféricas, onde prevalece o “*locus* de exploração e impotência”. Esta força diferenciada entre os múltiplos Estados da economia-mundo é crucial para que o sistema se mantenha coeso, pois resulta na transferência sistemática do excedente de atividades produtivas periféricas para atividades do núcleo orgânico, gerando um processo centrípeto que absorve os excedentes da distribuição desigual do valor da produção mundial.

A organização do trabalho se desenvolveu de forma geográfica e com base em aspectos ecológicos<sup>80</sup>. Esta estrutura enfatizou a divisão na economia-mundo capitalista em áreas centrais, semiperiféricas e periféricas de atividades econômicas, originando o sistema interestatal. Este sistema é constituído por múltiplas entidades políticas, mas juridicamente soberanas com papel econômico específico no sistema-mundo capitalista. Cada região utiliza mecanismos individuais para aproveitar-se do funcionamento desigual do sistema intensificando as trocas desiguais dentro da estrutura das cadeias mercantis.

### 1.3.1.2 Cadeias Mercantis e Trocas Desiguais: traços peculiares de uma economia-mundo

Segundo Wallerstein, ao longo do tempo, o capitalismo como sistema histórico avançou regularmente integrando novos territórios em cadeias mercantis, expandindo a divisão social do trabalho que se tornou cada vez mais funcional e polarizada.

Por cadeias mercantis, Wallerstein e Hopkins, denominam como “processos produtivos interligados que têm cruzado múltiplas fronteiras e que sempre apresentaram dentro deles diferentes formas de controle de trabalho”, abrangendo as múltiplas atividades produtivas

---

<sup>80</sup> Para uma maior discussão sobre os aspectos ecológicos a que Wallerstein se refere ver artigo do próprio autor intitulado: Ecology and capitalist costs of production: no exit, de 1997. Disponível em: <<http://fbc.binghamton.edu/iwecol.htm>> . Acesso em: março de 2006.

dispostas na economia-mundo, “cujo resultado final é uma mercadoria acabada”<sup>81</sup>. As cadeias mercantis são organizadas em processos produtivos hierarquizados de mercadorias, onde a extração da matéria-prima, muitas vezes, ocorre nas periferias para se transformarem em produtos de alto valor agregado nos centros da economia-mundo capitalista.

Para estes autores, o conceito de cadeia mercantil permite identificar relações entre processos produtivos através do tempo e do espaço, evidenciando a totalidade dos fluxos ou movimentos que revelam a real divisão do trabalho e a integração do trabalho em processos produtivos complexos<sup>82</sup>. O fluxo de mercadorias nas cadeias mercantis se intensificou na medida em que o sistema capitalista se expandiu integrando novas regiões geográficas.

Sob este aspecto, os múltiplos sistemas políticos, integrantes da economia-mundo capitalista, foram sendo formados por Estados nacionais que interferiam, cada qual de acordo com suas forças militar e política, nas cadeias produtivas com o objetivo de concentrar a maior parte do excedente da produção mundial. Estas interferências resultavam constantemente em transferências de excedente e lucros da periferia para o núcleo orgânico, criando uma estrutura estratificada no sistema interestatal.

Neste sentido, o que se verifica é uma acentuação do mecanismo de polarização no sistema-mundo capitalista, agravado pelo processo de intercâmbio desigual ou troca desigual, termo adotado por Wallerstein para se referir a transferência sistemática de mais-valia de setores semiproletariados da periferia capitalista para centros industrializados de alta tecnologia<sup>83</sup>. Ao que tudo indica a própria estrutura da economia-mundo capitalista, cuja lógica está dividida na esfera econômica, que se encontra em uma divisão axial do trabalho com processos produtivos integrados e uma busca incessante pelo capital, e na esfera política por Estados soberanos e juridicamente autônomos, facilita o mecanismo da troca desigual.

Conforme Wallerstein,

Sempre que ocorreu uma “integração vertical” de quaisquer dois elos de uma cadeia mercantil foi possível deslocar na direção do centro uma parte maior do excedente total, quando comparado com o que ocorria antes. Além disso, **o deslocamento de excedentes para o centro concentrou nele o capital**, tornando disponíveis enormes quantidades de recursos para aumentar o grau de mecanização. Isso permitia que os produtores das áreas centrais ganhassem novas vantagens competitivas nos produtos existentes e criassem novos produtos, com os quais podiam recolocar o processo em marcha<sup>84</sup>.

<sup>81</sup> WALLERSTEIN, I.; HOPKINS, T.K. **Commodity chains in the World-economy prior to 1800**. In.: WALLERSTEIN, I. *The essencial Wallerstein*. New York: The New York Press, 2000. cap. 14. p. 221-223.

<sup>82</sup> WALLERSTEIN, I.; HOPKINS, T.K. *Op. cit.*, 2000.

<sup>83</sup> GOLDFRANK, W.L. *Op. cit.*, 2000.

<sup>84</sup> WALLERSTEIN, I. *Op. cit.*, 2001. p. 30.

O fenômeno econômico de troca desigual conduz ao processo de acumulação de capital em escala global, envolvendo necessariamente a apropriação e transformação do excedente periférico.

O termo “intercâmbio desigual”<sup>85</sup>, a que Wallerstein se refere, ganhou notoriedade a partir do termo “deterioração dos termos de troca” dos trabalhos de Raúl Prebisch (1901-1986), principalmente com o artigo “A propagação do progresso técnico e os termos de intercâmbio”, e os associados da CEPAL<sup>86</sup> no período do pós-guerra, em 1949. Este artigo ganhou espaço em função da emergência política do terceiro-mundo, principalmente durante a década de 1970, cujo fenômeno conhecido como a “Nova Ordem Internacional” trouxe alguns questionamentos quanto à expansão da economia mundial conduzida por uma ideologia de livre comércio. Mais tarde foi desenvolvida por Ruy Mauro Marini em artigo intitulado “Dialética da dependência”, de 1968, mas amplamente atribuído à Arghiri Emmanuel o conceito a partir da obra conhecida por “A troca desigual”, de 1969.

A tese original de Prebisch enfatizou o fator estrutural do subdesenvolvimento, sobretudo na América Latina, e buscou combater a troca desigual a partir da industrialização<sup>87</sup>. Prebisch argumentou que os países da periferia eram basicamente exportadores de matérias-primas para os países industrializados do centro e, durante muitos anos, houve um declínio dos termos de troca no comércio de matérias-primas em relação aos bens manufaturados, produzidos e exportados por aqueles países<sup>88</sup>. Os benefícios econômicos de uma divisão internacional do trabalho polarizada favorecem apenas aos grandes centros industrializados, relegando à periferia

---

<sup>85</sup> Segundo Ouriques, cabe a Henrik Grossmann (com a obra: **La ley general de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista**, de 1929, editado em espanhol pela primeira vez em 1979) o mérito de ser o precursor da questão do intercâmbio desigual, que mais tarde seria conhecida e debatida pelo marxismo latinoamericano. OURIQUES, N.D. **La teoria marxista de la dependencia: una historia crítica**. México: UNAM. Tese de doutorado. Mimeo. 1995.

<sup>86</sup> CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina. Órgão regional das Nações Unidas, vinculado ao Conselho Econômico e Social, foi criado em 1948 a fim de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países latino-americanos.

<sup>87</sup> Esta tese desenvolvida por Prebisch, na década de 1960, é conhecida como Dependista, pois enfatiza o fato de que áreas periféricas estão em um amplo sistema no qual são dependentes em contraste às zonas mais autônomas. Uma segunda geração de teóricos dependistas tem surgido mais na América Latina, são eles: Fernando Henrique Cardoso, Theotônio dos Santos, Celso Furtado, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, entre outros. Para detalhes sobre a Teoria da Dependência, ver: OURIQUES, N.D. Op. cit.

<sup>88</sup> Ver: PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. In.: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Vol. I. Rio de Janeiro: Record, 2000.

a ilusão de que o fruto do progresso técnico tende a ser distribuída equitativamente por toda a coletividade. O resultado disso é a acentuada diferença no padrão de vida entre centro-periferia.

Prebisch conclui que esta situação tinha dois efeitos básicos: primeiro, mantém os países da periferia num ciclo vicioso de baixa produtividade e uma baixa taxa de poupança em relação aos países centrais; e, em seguida, causando-lhes impossibilidade de reter os benefícios do progresso da produtividade através da experiência. Assim, Prebisch propõe a industrialização via substituição de importações com o objetivo de contrabalançar a deterioração dos termos de troca entre centro e periferia. Conforme o autor,

A industrialização da América Latina não é incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária. Pelo contrário, uma das condições essenciais para que o desenvolvimento da indústria possa ir cumprindo o objetivo social de elevar o padrão de vida é que se disponha dos melhores equipamentos em termos de maquinaria e instrumentos, e que se aproveite prontamente o progresso da técnica em sua renovação sistemática. A mecanização da agricultura implica a mesma exigência. Necessitamos uma importação considerável de bens de capital e também precisamos exportar produtos primários para consegui-la<sup>89</sup>.

Em verdade, a absorção dos recursos da periferia pela região central na economia-mundo capitalista desenvolveu-se em dois momentos: primeiramente, como colônia fornecedora de recursos naturais, como produtos exóticos ou metais preciosos, no qual contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamentos dos países centrais, abrindo caminho para a criação da grande indústria; e a partir da revolução industrial europeia no qual a região periférica passa a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e de capitais.

No primeiro momento, compreende-se que a exploração de recursos naturais das colônias e o monopólio de sua transação nas cadeias mercantis foram de longa data uma fonte importante de rendimento e de acumulação para os grandes centros na economia-mundo. O que de fato favoreceu a ascensão industrial nestes grandes centros. Entretanto, é a partir do segundo momento que, para Marini, as relações da periferia, sobretudo latino-americana, com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida de divisão internacional do trabalho. É a partir desse momento que se configura a dependência, “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção

---

<sup>89</sup> PREBISCH, R. Op. cit., 2000. p. 73.

das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”<sup>90</sup>.

Neste sentido, acrescenta Ouriques que

la dependencia tiene que ser analizada en relación al ciclo del capital para que se puedan comprender correctamente la relación entre la economía nacional y la economía mundial, el proceso de transferencia de plusvalor de los países dependientes hacia los países imperialistas, el comportamiento de las esferas de producción y de circulación y la competencia entre fracciones del capital (productivo, dinerario, mercantil)<sup>91</sup>.

Segundo Marini, a estrutura na qual se desenvolveu o capitalismo latino-americano possui certa particularidade que não se pode comparar com o capitalismo dos Estados centrais. É no curso do século XIX, especificamente depois de 1840, que a articulação desta periferia com a economia mundo se realiza plenamente. Ela se realiza plenamente pois a criação da grande indústria moderna pressupõe uma grande disponibilidade de bens agrícolas que permitiu a especialização na atividade industrial. Conforme o autor,

o forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não teria podido ter lugar se estes não tivessem contado com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos<sup>92</sup>.

À sua condição primária de criadora de oferta mundial de alimentos acrescenta-se a de contribuir para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do próprio desenvolvimento industrial. As funções que a periferia desempenha na economia capitalista mundial superam aos requerimentos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais, de acordo com Marini, em dois momentos: a princípio, ao facilitar o crescimento quantitativo dos países industriais, através do fornecimento das matérias-primas; e, em seguida, pela participação da periferia no mercado mundial que contribuiu para que o “eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador”<sup>93</sup>.

Neste sentido, segundo o autor, a inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências que coloca nos países capitalistas a passagem à produção de mais-valia

<sup>90</sup> MARINI, R.M. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 109.

<sup>91</sup> OURIQUES, N.D. Op. cit., 1995. Cap. 1.

<sup>92</sup> MARINI, R.M. Op. cit., 2000. p. 111.

<sup>93</sup> MARINI, R.M. Op. cit., 2000. p. 113.

relativa, “entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho”<sup>94</sup>. Assim, a mais-valia relativa está ligada à desvalorização dos bens-salários, não tendo incremento em termos de produtividade do trabalho. O resultado da oferta mundial de alimentos, principalmente produzidos na periferia, e “ampliados pela depressão dos preços dos produtos primários no mercado mundial, será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industrializados, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em cotas de mais-valia cada vez mais elevadas”<sup>95</sup>.

O modelo de troca desigual, prescrito por Emmanuel, tem como base a diferença da taxa de exploração entre as nações imperialistas e as nações exploradas ou periféricas, cujo nível salarial difere apesar da mesma taxa de lucro e produtividade favorecendo os países imperialistas em detrimento dos explorados<sup>96</sup>. De acordo com este autor, a igualdade da taxa de lucros é condicionada pela transferência livre dos capitalistas de um ramo para outro, uma vez que se deslocam para onde os ganhos são maiores.

Em contrapartida, os salários reais resultam de relações sociológicas e históricas, o que faz com que os salários em países dependentes mantêm-se em nível de subsistência em contraste com os salários nos Estados centrais que podem variar entre si de vinte ou trinta vezes<sup>97</sup>. Assim, as mercadorias produzidas nos países periféricos, ou explorados, com baixo valor da força de trabalho, são trocados abaixo de seu valor, enquanto que a dos países centrais acima de seu valor.

Desta forma, para Emmanuel,

El intercambio desigual es la relación de los precios de equilibrio que se establece en virtud de la perecuación de las ganancias entre regiones con tasa de plusvalía “institucionalmente” diferentes – dando al termino “institucionalmente” el significado de que esas tasas, por la razón que sea, son restadas a la perecuación concurrencial en el mercado de los factores, e independientes de los precios relativos<sup>98</sup>.

<sup>94</sup> MARINI, R.M. Op. cit., 2000. p. 113.

<sup>95</sup> MARINI, R.M. Op. cit., 2000. p. 115.

<sup>96</sup> EMMANUEL, A. **El intercambio desigual**: ensayo sobre los antagonismos en las relaciones económicas internacionales. 5.ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979. Ver também: EMMANUEL, A. **A troca desigual**. In: EMMANUEL, A. et. Al. Imperialismo e comércio internacional (a troca desigual). São Paulo: Global Editora, 1981.

<sup>97</sup> EMMANUEL, A. Op. cit., 1979.

<sup>98</sup> EMMANUEL, A. Op. cit., 1979. p. 104.



O termo troca desigual apesar da similaridade conceitual descrito por Marini e Emmanuel (enquanto o primeiro remete à questão da mais-valia relativa, o segundo relaciona-o ao equilíbrio dos preços em função da taxa de lucro e da produtividade, mas ambos correlacionados ao nível salarial) é apenas um dos mecanismos de polarização núcleo-orgânico-periferia.

Igualmente importante, segundo Arrighi, foi a transferência unilateral tanto de mão-de-obra como de capital<sup>99</sup>. Segundo este autor, as transferências unilaterais de capital e trabalho foram tanto forçadas quanto voluntárias, sendo ambos cruciais na constituição e polarização na estrutura centro-periferia da economia-mundo capitalista. Argumenta Arrighi que historicamente

As transferências forçadas são transferências estimuladas pelo uso da violência ou pela ameaça plausível disso pelo Estado receptor e seus agentes. O tráfico de escravos e a transferência e uso de prisioneiros de guerra como trabalhadores são exemplos de transferências unilaterais forçadas de recursos de mão-de-obra, ao passo que a extorsão de instrumentos monetários das colônias ou de reparações de guerra de inimigos derrotados é um exemplo de transferências forçadas de recursos de capital. As transferências voluntárias, por sua vez, são transferências baseadas exclusivamente no auto-interesse dos donos dos recursos que estão sendo transferidos, sendo os exemplos mais proeminentes a emigração de trabalhadores e a “fuga do capital”<sup>100</sup>.

Neste sentido, Marini levanta dois tipos e mecanismos de transferência de valor, que expressam o intercâmbio de mercadorias: o primeiro relacionado com a produtividade no que opera na esfera da produção com produtos manufaturados ou matérias-primas. Neste caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis do intercâmbio (troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam). Na maioria das vezes, este fenômeno, ocorre entre nações industriais, pois nestas as leis capitalistas de intercâmbio se exercem de maneira plena. Com uma maior produtividade do trabalho, um Estado pode apresentar preços de produção inferiores aos seus concorrentes, sem que baixe os preços de mercado, resultando um lucro extraordinário.

E em um segundo momento, com o monopólio da produção no qual atuam no âmbito de distintas esferas que se inter-relacionam. Aqui, é mais visível o caráter de transgressão das transferências condizentes com as leis do intercâmbio. Pode-se exemplificar as transações entre nações de diferentes tipos de mercadorias, como manufaturas e matérias-prima. “O mero fato de que umas produzem bens que as demais não produzem, ou não o podem fazer com a mesma

---

<sup>99</sup> ARRIGHI, G. Op. cit., 1997. p. 210.

<sup>100</sup> ARRIGHI, G. Op. cit., 1997, p. 210-11.

facilidade, permite que as primeiras eludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual<sup>101</sup>. Neste caso, as nações desfavorecidas cedem gratuitamente parte do valor que produzem.

### 1.3.1.3 Ciclo sistêmico de acumulação: a contribuição de Giovanni Arrighi<sup>102</sup>

O processo de formação e expansão da economia-mundo capitalista, contudo, não ocorreu e não ocorre de forma linear entre estruturas imutáveis e relações constantes. O desenvolvimento do capitalismo histórico ocorre através de um processo de mudança sistêmica com padrões subjacentes que resulta na reorganização do Moderno Sistema Mundial com alterações significantes dos integrantes do sistema, a forma como eles se relacionam e o modo como o sistema funciona e se reproduz<sup>103</sup>. Essa reorganização ocorreu através de períodos de transição hegemônica, sob a liderança<sup>104</sup> de um grupo específico governamental e empresarial, ou a aliança destes, que bem-posicionados conseguiram promover, organizar e regular a expansão e a reestruturação da economia-mundo capitalista.

Arrighi acredita que a característica principal do capitalismo histórico está na perspectiva de mudanças cíclicas sob a estrutura da longa duração. Para Arrighi, assim como acreditava Braudel, o capital possui formas flexíveis e ecléticas capazes de mudança e de adaptação. Quanto a isto, Arrighi percebeu que em determinado período de expansão do moderno sistema-mundo uma certa aliança entre capital e Estado era hegemônica na economia-mundo

---

<sup>101</sup> MARINI, R.M. Op. cit., 2000. p. 121.

<sup>102</sup> Indubitavelmente, Arrighi contribuiu com várias questões inerentes à análise e à “construção” de um modelo de compreensão do Moderno Sistema Mundial. Para este trabalho, contudo, será abordado o que se acredita ser uma de suas contribuições mais significativas e pertinentes ao presente trabalho no âmbito da origem e do caráter do sistema capitalista.

<sup>103</sup> ARRIGHI, G.; SILVER, B.J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001. p. 30.

<sup>104</sup> O termo **liderança** no contexto internacional é usado para designar dois fenômenos diferentes. A primeira diz respeito ao modelo a ser seguido por outros Estados, podendo aumentar o poder da nação dominante uma vez que pode atrair mais Estados ao curso de seu desenvolvimento, podendo até, ao surgirem novos Estados hegemônicos, contrabalançar o poder do principal Estado hegemônico. O outro termo de liderança é usado para definir quando um Estado dominante “conduz o sistema de nações em uma direção desejada e, ao fazê-lo, é largamente percebida como buscando um interesse geral”. Esta atitude pode aumentar o poder do Estado dominante e é o que Arrighi define como característica das hegemônias mundiais. ARRIGHI, G.; SILVER, B.J. Op. cit., 2001, p. 36.

capitalista. De acordo com Arrighi, citando Braudel, “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, *quando é o Estado*”<sup>105</sup>.

Estas flexibilidade e adaptação do capital a que o autor se refere já fora descrito por Marx, como reconhece Arrighi, para demonstrar os investimentos capitalistas individuais na fórmula D-M-D’, que este autor utiliza para descrever o movimento dos investimentos capitalistas no sistema-mundo. Arrighi subdivide desta forma em duas fases de expansão: a primeira fase DM representa a expansão material, enquanto a fase de expansão financeira a fórmula MD’. Neste sentido,

o capital-dinheiro (D) significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro, portanto, significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. D’ representa a *ampliação* da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha<sup>106</sup>.

Esse padrão demonstra a mobilidade dos investimentos capitalistas no sistema-mundo em alternâncias de períodos de expansão material, no qual o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos, desde força de trabalho a “dívidas da natureza”, transformados em mercadoria, à fases de expansão financeira em que uma “massa crescente de capital monetário ‘liberta-se’ de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros”<sup>107</sup>.

A fase de expansão financeira indica um esgotamento tanto da base material do regime de acumulação de capital quanto do poder do Estado hegemônico. É um período de caos sistêmico e de transformação estrutural do sistema interestatal, dando indícios de reorganização do sistema-mundo, sob nova liderança hegemônica, e de um novo ciclo sistêmico de acumulação acompanhada por um “novo complexo de órgãos governamentais e empresariais dotados de maior capacidade organizacional em nível sistêmico do que os do complexo hegemônico anterior”<sup>108</sup>.

Arrighi procurou demonstrar desta forma os processos de mudanças sistêmicas através dos ciclos sistêmicos de acumulação para “descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia mundial se expandiu, desde seu

<sup>105</sup> ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996. p. 11.

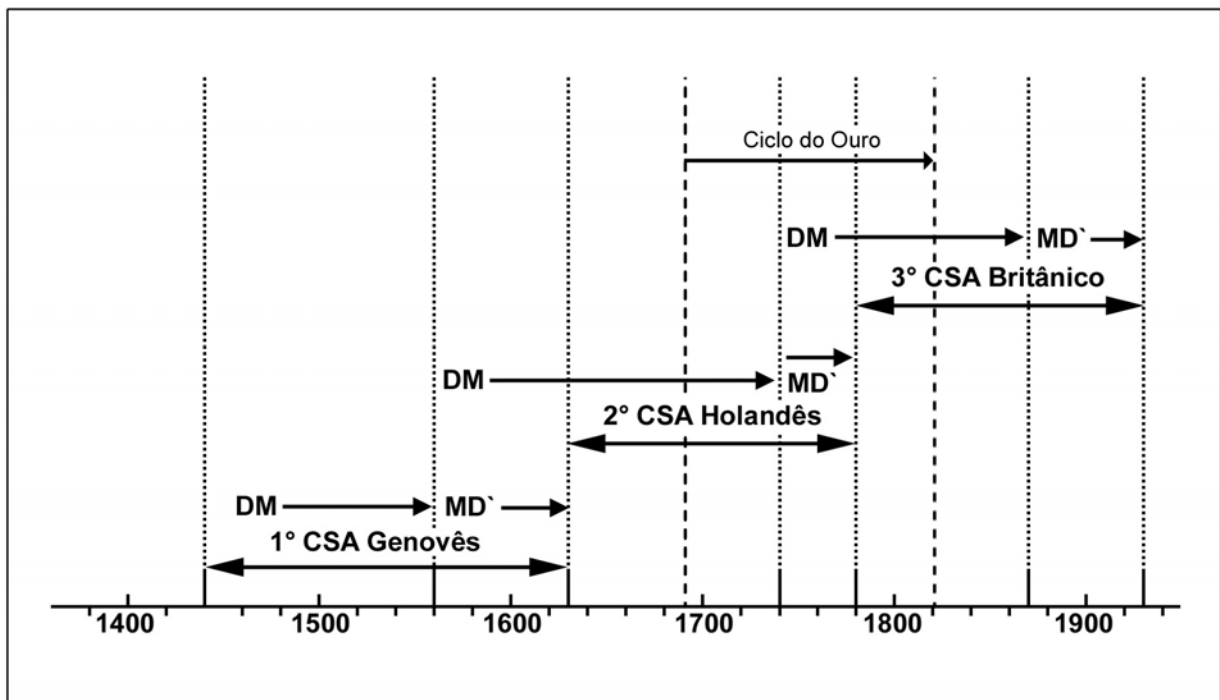
<sup>106</sup> ARRIGHI, G. Op. cit., 1996, p. 5.

<sup>107</sup> ARRIGHI, G. Op. cit., 1996. p. 6.

<sup>108</sup> ARRIGHI, G.; BEVELY, J.S. Op. cit., 1997, p. 43.

embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade”<sup>109</sup>. A partir deste conceito, o autor ilustra quatro períodos de ciclo sistêmico de acumulação no capitalismo histórico, quais sejam: o ciclo genovês (século XV ao início do XVII), o ciclo holandês (fim do século XVI ao XVIII), o ciclo britânico (segunda metade do século XVIII até o início do século XX) e o quarto, e último, ciclo norte-americano (fim do século XIX a atualmente). Cada ciclo sistêmico de acumulação descreve um período de ascensão e de queda de um grupo hegemônico e do regime de acumulação vigente na época.

Figura 1 – Ciclo Sistêmico de Acumulação (CSA)



Fonte: Arrighi, G. **O longo século XXI: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996. p. 219.; informações sobre o Ciclo do Ouro em SIMONSEN, R.C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. 8.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

<sup>109</sup> ARRIGHI, G. Op. cit., 1996. p. 10.

## **CAPÍTULO 2 – O COMPORTAMENTO MONETÁRIO INTERNACIONAL NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA**

### 2.1 Considerações Contextuais: argumento geral

Pretende-se identificar, a partir deste capítulo, os antecedentes mais pertinentes que levaram à consolidação do padrão-ouro, como padrão monetário na economia-mundo capitalista. Compreende-se que muito antes da consolidação do ouro como padrão monetário internacional, no final do século XIX, moedas de ouro já circulavam e liquidavam compromissos comerciais de caráter internacional. Neste aspecto, a formação de um sistema monetário, sob a égide do padrão-ouro, oficializou uma prática secular.

No capitalismo histórico o padrão-ouro internacional, o padrão monetário com dimensão internacional, consolida-se sob o comando hegemônico britânico que corresponde ao terceiro ciclo sistêmico de acumulação – o ciclo britânico –, que corresponde à segunda metade do século XVIII até o início do século XX, de acordo com Arrighi.

Contudo, muito antes deste fenômeno se concretizar possivelmente alguns fatores contribuíram para isto. Supõe-se que o principal deles encontre-se entre os séculos XVII-XVIII, com participação da periferia atlântica, sobretudo o Brasil, e possa ser explicado através da estrutura da economia-mundo capitalista cuja divisão assimétrica do trabalho, integrada ao mercado e distribuída geograficamente entre regiões, evidencia o controle dos processos produtivos nas cadeias mercantis, originando a troca desigual e acentuando o processo de transferência de valor.

Sob aspecto geral, o que se pretende no presente trabalho é mostrar justamente este fator que contribuiu para a consolidação do ouro como padrão monetário internacional sob hegemonia britânica. Para tanto, neste capítulo, pretende-se levantar as funções do dinheiro, a partir de Marx, e, na seqüência, a forma pela qual estas funções foram sendo desempenhadas na economia-mundo capitalista, no período acima. Não se pretende, contudo, abordar de forma minuciosa a questão do “dinheiro em Marx”. As funções do dinheiro a ser levantadas neste trabalho contribuem no sentido de identificar a forma material do valor (expressão do tempo de trabalho social abstrato) na esfera da circulação.

Posto isso, propõe-se alcançar sob aspecto mais específicos, a partir de uma análise crítica, o concreto pensado ou, nos termos de Kosik, a totalidade concreta; em verdade, os percalços da consolidação deste padrão monetário e a real participação da periferia atlântica no processo de consolidação do padrão-ouro internacional, especificamente o caso brasileiro.

## 2.2 Delineamentos conceituais inerentes ao dinheiro (ouro) e às funções do dinheiro a partir de Marx<sup>110</sup>

A economia-mundo capitalista, como apresentado anteriormente, é distinta por redes de produção geograficamente integradas e articuladas por uma divisão social do trabalho cuja desigualdade do processo produtivo, caracterizado pela propriedade privada, e do controle do trabalho evidencia a integração vertical dos inúmeros pontos da cadeia mercantil. A articulação dada pela divisão social do trabalho, mesmo sendo ela desigual, realiza-se através do ato da troca, do fluxo de mercadorias entre as diferentes áreas geográficas.

Historicamente, para que a circulação de mercadorias na economia-mundo capitalista se concretizasse através da troca seria necessário privilegiar uma mercadoria específica para a função de equivalente geral das mercadorias, na forma mercadoria-moeda de troca. Uma mercadoria qualquer acabaria sendo, não por deliberação coletiva, mas através de um processo de depuração, selecionada para exercer a função de equivalente de todas as demais mercadorias. Compreende-se que uma mercadoria que desempenhasse a função de equivalente geral seria o objeto que agilizaria as necessidades econômicas e sociais entre as cadeias mercantis.

Neste aspecto, as transações comerciais, a partir desta intermediação, permitiriam um sistema de trocas indiretas, possibilitando a dinamização nas operações comerciais. No curso da história, diferentes mercadorias foram utilizadas como equivalente geral, dentro de seu limite territorial, como signos de valor, tais como: cubos de sal, as conchas e o gado, em sociedades primitivas; ou objetos cunhados em ferro, em madeira, ou pedaços de couros com marcas

---

<sup>110</sup> Não se pretende neste tópico levantar a discussão mais polêmica existente sobre o “dinheiro em Marx”, nem fazer uma abordagem minuciosa acerca do dinheiro segundo este autor; para tanto ver: GERMER, C.M. **O caráter de mercadoria do dinheiro segundo Marx – uma polêmica**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 11, dezembro, 2002a. Adotou-se a posição que parece ser a mais coerente, ao tema de pesquisa da presente dissertação, ao objeto em questão. Neste sentido, serão adotados alguns textos das obras do próprio Marx, principalmente os capítulos 3 e 4 de O Capital, e os capítulos 1 e 2 de Contribuições à crítica da economia política, assim como textos do professor Claus Magno Germer, sobre a teoria do dinheiro em Marx.

gravadas; assim como alguns metais preciosos (ouro, prata, cobre) eram utilizados em algumas sociedades, entre tantos outros exemplos<sup>111</sup>.

Contudo, muitas vezes, a mercadoria-moeda, na função de equivalente geral adotado em determinadas comunidades, dificultava as transações comerciais além de seus territórios, visto depender de uma coincidência mútua e complementar de necessidades de cada comunidade, onerando as transações mais específicas. Além disso, as trocas comerciais em diferentes jurisdições e áreas geográficas dependiam de regras legais e de costumes locais.

Neste sentido, foram os metais preciosos, mais especificamente o ouro e/ou a prata<sup>112</sup>, como mercadoria-moeda com função de equivalente geral mais adotado e aceito na esfera internacional<sup>113</sup>. A razão de serem estes metais os escolhidos como medida de valor diz respeito às qualidades físicas dos metais preciosos. Os metais preciosos não se alteram, não se oxidam, não perdem suas características físicas ao longo do tempo, possuindo uniformidade de qualidade; assim como sua divisibilidade e maleabilidade, representando diferenças quantitativas de grandeza de valor durável e facilmente transportável<sup>114</sup>.

Os metais preciosos, sobretudo o ouro, passa à forma mercadoria-moeda ou dinheiro, pois se torna a mercadoria com função de equivalente geral das demais mercadorias. Sob este aspecto, argumenta Germer que “quando a função de equivalente se unifica em uma só mercadoria que substitui os equivalentes particulares e, ademais, circula sistematicamente mediando as trocas, é que está constituída a forma dinheiro”<sup>115</sup>. De acordo com Marx,

a primeira função do ouro consiste em fornecer às mercadorias o material para exprimirem o valor ou em representar os valores das mercadorias como grandezas que têm a mesma denominação, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis. Assim, exerce a função de medida universal dos valores e, só por meio desta função, o ouro, a mercadoria equivalente específica, se torna dinheiro<sup>116</sup>.

Neste aspecto, a circulação de mercadorias que antes se realizava na fórmula M-M (Mercadoria-Mercadoria), passa a ser efetuada na forma M-D-M (Mercadoria-Dinheiro-

<sup>111</sup> Cf.: BRAUDEL, F. Op. cit., 1997, v. I, cap. 7.

<sup>112</sup> Esta dupla medida de valor era utilizada mais comumente no mercado mundial.

<sup>113</sup> Como se verá posteriormente, a prática de se utilizar moedas de ouro e prata não é recente, “vêm sendo usadas como dinheiro desde tempos imemoriais”. Ver: EICHENGREEN, B.J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Editora 34., 2000. p. 30.

<sup>114</sup> Quanto às características dos metais preciosos ver exposição de Marx em: MARX, K. Op. cit., 2003, p. 158.

<sup>115</sup> GERMER, C.M. **Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1997, p. 110.

<sup>116</sup> MARX, K. Op. cit., 1989, v I, livro 1, p. 105.

Mercadoria). A mercadoria como equivalente geral é transformada em dinheiro na operação M-D, pois a mercadoria-moeda ou dinheiro, “como medida de valor, é a forma necessária de manifestar-se a medida imanente do valor das mercadorias, o tempo de trabalho”<sup>117</sup>. A partir de então, a dinamização da troca de mercadorias poderia se realizar, na forma mercadoria-moeda por outra mercadoria, D-M.

Percebe-se, deste modo, que as funções de medida dos valores e meio de circulação podem separadamente preceder ao surgimento do dinheiro, mas, uma vez eleito o ouro e/ou a prata como mercadoria-moeda, as duas funções passam a ser realizadas pelo dinheiro (mercadoria ouro e/ou prata). Por outro lado, as funções de entesouramento, meio de pagamento e dinheiro universal passam a ser realizadas ao definir esta mercadoria como dinheiro<sup>118</sup>. Conforme Germer, é “a partir destas formas de valor (e com ele o seu equivalente, o dinheiro) desenvolve-se em capital, que é a sua forma mais desenvolvida e que caracteriza o capitalismo”<sup>119</sup>.

Segundo Germer, o motivo pelo qual o dinheiro, segundo Marx, é caracterizado por uma mercadoria possui fundamento teórico rigoroso. De acordo com Germer, “Marx demonstra que o valor das mercadorias não pode ser diretamente representado no tempo de trabalho particular contido em cada mercadoria, mas apenas em trabalho abstrato ou social médio, mas este só pode apresentar-se indiretamente, sob a forma de uma mercadoria”<sup>120</sup>. Esta demonstração foi realizada por Marx a partir da observação do “processo histórico concreto de gestação do dinheiro no interior da economia mercantil”<sup>121</sup> e apoiado na definição teórica da natureza do valor e do dinheiro.

Neste sentido, o valor surge das relações sociais, das relações do homem com outros homens, na atividade econômica, em função da propriedade privada e da divisão social do trabalho. Esta relação é medida pelo tempo de trabalho produtivo que os homens gastam na atividade econômica. Parte-se do princípio de que a atividade econômica origina da coletividade que decorre da divisão social do trabalho cujas funções diferenciadas e complementares são desempenhadas pelos homens<sup>122</sup>.

<sup>117</sup> MARX, K. Op. cit., 1989, v I, livro 1, p. 106.

<sup>118</sup> GERMER, C.M. 1997. p. 110.

<sup>119</sup> GERMER, C.M. **Dinheiro, capital e dinheiro de crédito** – o dinheiro segundo Marx. Campinas: UNICAMP. Tese de doutorado. Mimeo. 1995.

<sup>120</sup> GERMER, C.M. 1997, p. 110.

<sup>121</sup> GERMER, C.M. 1997, p. 110.

<sup>122</sup> MARX, K. Op. cit., 2003.



O valor surge como resultado do produto social, da atividade coletiva, medido pelo tempo de trabalho social investido na confecção deste produto. O valor do produto social resulta do tempo de trabalho socialmente determinado e gasto na produção de certa quantidade de mercadorias. Enquanto valores de troca as mercadorias se relacionam entre si como quantidades diferentes de tempo de trabalho geral materializado, representando quantidades diferentes do mesmo objeto. Neste caso o tempo de trabalho geral apresenta-se como uma coisa particular, como uma mercadoria a parte de todas as outras mercadorias. Mas, segundo Marx,

ao mesmo tempo a equação na qual a mercadoria se apresenta para a mercadoria como valor de troca, por exemplo, duas libras de café = uma vara de pano de linho, é uma equivalência que falta ainda realizar. Só pela sua **alienação** enquanto valor de uso, como objeto de uma necessidade, a mercadoria passa realmente do seu modo de existência de café ao seu modo de existência de pano de linho, só assim toma a forma do equivalente geral e se torna realmente valor de troca para todas as outras mercadorias. Pelo contrário, o fato de todas as outras mercadorias, através da sua alienação como valores de uso, se metamorfosearem em tecido de linho, o tecido de linho torna-se a forma metamórfica de todas as outras mercadorias, e é só como resultado desta metamorfose de todas as outras mercadorias em linho que o tecido se transforma, de forma imediata, na *materialização do tempo de trabalho geral*, isto é, num produto da alienação universal, eliminação dos trabalhos individuais<sup>123</sup>.

Neste sentido, a mercadoria particular que representaria a forma adequada do valor de troca como padrão para todas as outras mercadorias, sob a forma de uma mercadoria particular, seria o dinheiro. O dinheiro é “a cristalização do valor de troca das mercadorias, produzida por estas no próprio processo de troca”<sup>124</sup>. Para Germer,

esta mercadoria, que é o dinheiro, reveste-se não só da materialidade de todos os produtos do trabalho, mas é ao mesmo tempo apenas um símbolo no qual o conjunto dos produtores representa o trabalho na sua dimensão social, pois o trabalho só existe materialmente em produtos particulares, como formas de trabalhos particulares. Nenhuma mercadoria – nem a mercadoria-dinheiro – pode ser diretamente expressão de trabalho social, exceto simbolicamente<sup>125</sup>.

Esta configuração teórica, exposta de acordo com Marx, permite identificar, como representação abstrata, o conceito de circulação em seus termos mais simples. A circulação simples de mercadorias surge como resultado do desenvolvimento da troca direta. A categoria abstrata de circulação se realiza a partir da conversão das mercadorias em preços e a circulação desta integrada em redes comerciais, que antecede o surgimento do capitalismo. Segundo Marx,

<sup>123</sup> MARX, K. Op. cit., 2003. p. 36. Itálico do original. Negrito acrescentado.

<sup>124</sup> MARX, K. Op. cit., 2003. p. 38.

<sup>125</sup> GERMER, C.M. Op. cit., 1997, p. 112.

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital. Se pomos de lado o conteúdo material da circulação das mercadorias, a troca dos diferentes valores-de-uso, para considerar apenas as formas econômicas engendradas por esse processo de circulação, encontraremos o dinheiro como produto final. Esse produto final da circulação das mercadorias é a primeira forma que aparece o capital <sup>126</sup>.

Há, desta forma, uma diferença substancial entre a circulação do dinheiro e do capital<sup>127</sup>. Em verdade, são formas inversas de uma mesma seqüência: a forma simples de circulação das mercadorias é expressa na síntese M-D-M, como exposto anteriormente, enquanto que a fórmula geral da circulação de capital é representada por D-M-D'. Na primeira forma de circulação, o ponto de partida e o ponto final são a mercadoria que ao sair da circulação entra na esfera do consumo, sendo este o objetivo principal, possuindo valor-de-uso.

Na circulação capitalista D-M-D' há uma diferença quantitativa entre o seu extremo que, seguindo Marx, é representado da seguinte forma:  $D' = D + \Delta D$ , no qual D' é a soma de dinheiro inicialmente adiantado mais um acréscimo, sendo este acréscimo a mais-valia, o valor excedente. Neste caso, de acordo com Marx, “o valor originalmente antecipado não só se mantém na circulação, mas nela altera a própria magnitude, acrescenta uma mais valia, valoriza-se. E este movimento transforma o capital”<sup>128</sup>.

A esfera da circulação capitalista, a que Marx se propõe, diz respeito, segundo Germer, a “[...] certo número de esferas nacionais, cuja interconexão forma a esfera mundial, sob a forma específica de uma estrutura inter-nacional”<sup>129</sup>. Sob este aspecto, a circulação como categoria abstrata aplicada à esfera internacional envolve, de acordo com Germer, em: “primeiro, na formação dos preços internacionais das mercadorias; segundo, na circulação dos valores de troca como preços internacionais; terceiro, a constituição da esfera internacional de circulação requer não atos isolados de trocas, mas um fluxo contínuo ou um ‘sistema internacional de atos de troca’ ”<sup>130</sup>.

<sup>126</sup> MARX, K. Op. cit., 1989, v I, livro 1, p. 165.

<sup>127</sup> MARX, K. Op. cit., 1989, v I, livro 1, p. 166.

<sup>128</sup> MARX, K. Op. cit., 1989, v I, livro 1, p. 170.

<sup>129</sup> GERMER, C.M. **Fundamentos teóricos da análise marxista do sistema monetário internacional**. Revista Análise Econômica, UFRGS, Porto Alegre, n. 38, 2002b, p. 165.

<sup>130</sup> GERMER, C.M. Op. cit., 2002b, p. 166.

Contudo, a natureza do dinheiro (a forma material) e suas funções não se alteram pelo fato de subsistirem as esferas nacional e internacional de circulação<sup>131</sup>, uma vez que é valor na sua forma geral e abstrata. Verifica-se que na esfera internacional, o dinheiro (como ouro) realiza acima de tudo de forma mais significativa uma de suas funções, qual seja, a de equivalente geral de valor ou dinheiro mundial, em países de produção mercantil. Para Germer, parafraseando Marx, “o que eleva o dinheiro à condição de dinheiro mundial é especificamente o fato de que, através da expansão do comércio mundial, as mercadorias desdobram o seu valor cada vez mais amplamente em toda a esfera mundial de circulação”<sup>132</sup>.

O entesouramento também resulta do desenvolvimento progressivo da circulação simples, paralelamente ao desenvolvimento da economia mercantil, visto que “a constituição do dinheiro como forma geral do valor e representante universal do valor de uso transforma o dinheiro de meio em objetivo, como forma de acesso ideal a todo o mundo das mercadorias”<sup>133</sup>.

De acordo com Germer,

O conceito geral do entesouramento é o do valor (não do dinheiro em si, mas do dinheiro enquanto forma geral do valor) acumulado como expressão da riqueza em geral. Na circulação simples ele surge na sua forma mais primitiva de mero armazenamento de dinheiro real ou ouro, em forma inativa, portanto imobilizado. Por outro lado, a acumulação de valor confunde-se com a de dinheiro apenas porque este constitui a forma mais desenvolvida do valor autonomizado neste estágio da economia mercantil<sup>134</sup>.

Na circulação capitalista, o fenômeno de entesouramento corresponde à acumulação de capital, mas como capital em potencial, valor sujeito à expansão e a valorizar-se.

Além disso, diante da emergência do comércio entre os Estados, evidencia-se outra função do dinheiro na esfera internacional: a de meio de pagamento para a liquidação dos saldos comerciais. Na circulação capitalista, outro mecanismo de pagamento na esfera internacional foi sendo desenvolvido. Trata-se das letras de câmbio que, juntamente com o dinheiro (como ouro), circulavam amplamente como meio de pagamento internacional. As letras de câmbio, consideradas títulos de crédito, tinham algumas vantagens em relação ao dinheiro (como ouro), tais como a segurança no transporte e o peso em relação ao metal; as transações realizadas por intermédio das letras de câmbio facilitavam as compensações entre comerciantes internacionais

<sup>131</sup> GERMER, C.M. Op. cit., 2002b, p. 166.

<sup>132</sup> GERMER, C.M. Op. cit., 2002b, p. 176.

<sup>133</sup> GERMER, C.M. Op. cit., 1995.

<sup>134</sup> GERMER, C.M. Op. cit., 1995.

visto que reduzia a necessidade de transporte de dinheiro (como ouro) em pagamentos internacionais.

O dinheiro e o capital também são categorias distintas que não devem ser confundidas, pois expressam diferentes relações de produção e de troca. Segundo Germer,

O dinheiro é valor autonomizado mas delimitado na sua dimensão quantitativa, enquanto o capital é valor em movimento expansivo. A transição do dinheiro para o capital como formas dominantes do valor nos seus respectivos âmbitos – isto é, circulação simples e circulação capitalista – reflete um extenso e profundo processo histórico de mutação das relações sociais fundamentais, que Marx descreve sob o título de acumulação primitiva<sup>135</sup>.

O capital, neste sentido, incorpora as propriedades do dinheiro e da mercadoria, superando a forma estática destes. Neste sentido, para Marx,

A forma autônoma, a forma dinheiro, que o valor das mercadorias assume na circulação simples, serve apenas para possibilitar a troca de mercadorias, e desaparece com o resultado final do movimento. Na circulação D-M-D, ao contrário, funcionam dinheiro e mercadoria, apenas como modos de existência diversos do próprio valor, sendo o dinheiro o modo de existência geral, e a mercadoria seu modo particular ou dissimulado. O valor passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, transformando-se numa entidade que opera automaticamente. O valor em expansão tem formas alternadas de manifestar-se no ciclo de sua vida; examinando-as, chegamos às proposições: **capital é dinheiro, capital é mercadoria**. Na verdade, o valor torna-se aqui o agente de um processo em que, através do contínuo revezamento das formas dinheiro e mercadoria, modifica sua própria magnitude, como valor excedente se afasta de si mesmo como valor primitivo, e se expande a si mesmo. O movimento pelo qual adquire valor excedente é seu próprio movimento, sua expansão, logo sua expansão automática. Por ser valor, adquiriu a propriedade oculta de gerar valor. Costuma parir ou pelo menos põe ovos de ouro<sup>136</sup>.

### 2.3 Pressupostos do comportamento monetário internacional: o papel do ouro na prática comercial

Durante todo o período que antecede ao advento do padrão-ouro internacional<sup>137</sup>, e muito antes disso, as compensações entre os Estados na economia-mundo capitalista eram

<sup>135</sup> GERMER, C.M. Op. cit., 1995.

<sup>136</sup> MARX, K. Op. cit., 1989, v I, livro 1, p. 173-4.

<sup>137</sup> No capitalismo histórico o primeiro padrão monetário, com dimensão internacional, é o padrão-ouro internacional sob o comando hegemônico britânico, que abrange o período de 1870 a 1914, aproximadamente. Em termos gerais, a expressão padrão monetário internacional refere-se ao caráter institucional que mantém coesa as relações financeiras entre as economias. As normas e os acordos de caráter monetário e internacional surgiram a partir de decisões de países condicionados pelas decisões anteriores de outros países com quem mantinham relações econômicas. EICHENGREEN, B.J. Op. cit., p. 29. O período inicial pode variar entre os autores que tratam sobre o assunto, mas não em relação ao fim do período. Ver algumas obras: GILPIN, R. **A economia política das relações**

efetuadas com uma combinação de moedas de ouro ou de prata. As transações eram realizadas em montantes que fossem aceitas pelo receptor, podendo assumir a forma qualquer de compensação de crédito, seja de metal precioso ou em divisas estrangeiras, as letras de câmbio. Não havia um padrão monetário oficialmente sancionado no âmbito internacional.

Neste período, o dinheiro de cunho internacional, segundo Gilpin, não podia ser criado por decisão política, “o ouro e a prata eram o meio neutro para as trocas internacionais”<sup>138</sup>; o dinheiro, na forma de moeda de ouro ou de prata, era obtido largamente através do comércio e da descobertas de minas, e, outras vezes, do saque. O que se presenciava era a circulação de moedas de ouro ou de prata comumente entre as regiões fronteiriças, no comércio entre diferentes ou distantes Estados, e seu valor dependia mais da oferta física do que do controle destes, ao contrário do dinheiro que circulava dentro dos limites territoriais, que sofriam a arbitrariedade de seus governos. No interior de cada comunidade, mesmo dentro de países da Europa central, a circulação de moedas era constituída por diversos materiais que substituíam o dinheiro na função de meio de circulação.

A prática de se usar moedas de ouro foi adotada pelos romanos e disseminada na Europa medieval, inicialmente nas cidades-Estados capitalistas da Itália no século XIII<sup>139</sup>. Florins de ouro, em Florença, cequins ou ducados, em Veneza, e a lira em Gênova circulavam para selar grandes transações comerciais internacionais<sup>140</sup>. Apesar de não terem condição de padrão monetário internacional, essas moedas eram aceitas por pertencerem a grupos dominantes das

---

**internacionais.** Brasília: Ed. UnB, 2002. EICHENGREEN, B. Op. cit. COOPER, R.N. **The international monetary system: essays in world economics.** Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1987. TRIFFIN, R. **O sistema monetário internacional.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972. Para Germer, o termo padrão-ouro possui duas especificidades: a primeira designa um conceito histórico e descritivo, e a segunda um conteúdo mais teórico. Não se pretende no presente trabalho desenvolver o conteúdo mais teórico, podendo ser verificado na própria obra de Germer. Ver: GERMER, C. M. **Elementos para uma crítica marxista do conceito de padrão-ouro.** Estudos econômicos, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 575-600, out.-dez. 1999. O conceito histórico configura o sistema monetário capitalista, tanto no âmbito nacional como no internacional. O termo “padrão-ouro” é mais utilizado ao indicar o período do sistema monetário internacional que abrange entre 1870-1914. O conveniente, segundo este autor, seria que, ao mencionar o período anteriormente descrito, adotasse o termo “padrão-ouro internacional” como padrão do sistema monetário internacional, e “padrão-ouro” como parte do sistema monetário doméstico. Segundo Germer, o que oferece especificidade ao “padrão-ouro internacional” é a dimensão do ouro como dinheiro mundial. Quando um país integra a um “padrão-ouro internacional”, não significa necessariamente que moedas em ouro circulam no sistema monetário doméstico e nem que seu padrão monetário esteja definido em termos de ouro. Neste sentido, Eichengreen afirma que apenas alguns países mantinham padrões-ouro puros, ou seja, o dinheiro que circulava no território nacional era em moedas de ouro; ou então, o meio de circulação se dava em forma de moeda papel e moeda subsidiária conversíveis pelo banco central do país em ouro. EICHENGREEN, B.J. Op. cit., p. 46.

<sup>138</sup> GILPIN, R. Op. cit., p. 141.

<sup>139</sup> EICHENGREEN, B.J. Op. cit., p. 31.

<sup>140</sup> EICHENGREEN, B.J. Op. cit., p. 31, e GILPIN, R. Op. cit., p. 141.

idades-Estados italianas. O comércio internacional neste período era servido de “grandes moedas” ou de “moedas fortes”, asseguradas por um Estado hegemônico.

Mesmo na ausência de um padrão monetário reconhecido internacionalmente neste período, as grandes organizações comerciais mantinham, através de “moedas fortes”, certo padrão monetário dentro das cadeias mercantis das quais participavam. Estas organizações, segundo Arrighi, “(...) fossem elas empresas comerciais, governos ou combinações dos dois – precisavam de um padrão monetário sólido e confiável, pelo qual se pudessem medir os lucros e os prejuízos de suas operações comerciais e financeiras”<sup>141</sup>. A prática e a idéia de disponibilizar estas moedas ao comércio internacional era essencial ao processo de acumulação de capital.

O ouro deste período advinha da região do Sudão Ocidental que, desde o século VIII até a descoberta da América, foi o maior fornecedor de ouro para a Europa. Além desta região, a Europa sorvia da modesta produção aurífera do Noroeste da Europa e da Europa Central, e substantivamente do Senegal<sup>142</sup>. O metal precioso fornecia a base monetária para a circulação de mercadorias dentro da Europa e o comércio com o Oriente, na busca de especiarias e pedras preciosas. Segundo Wallerstein, “as relações entre a Europa e a Ásia podem ser resumidas como uma troca de preciosidades. Os metais preciosos acorriam ao Oriente para decorarem os templos, os palácios, e ornamentarem o vestuário das classes aristocráticas da Ásia, e as pedras preciosas e as especiarias encaminhavam-se para o Ocidente”<sup>143</sup> para alimentar com bens de luxo o consumo ostentatório da aristocracia européia.

Os banqueiros mercantis genoveses, do século XV, perceberam que poderiam se beneficiar em transações comerciais e de negócios se o padrão monetário fosse invariável. Já em meados deste século, toda contabilidade comercial que se relacionasse com o câmbio de moedas era feito em moedas de ouro de peso fixo, tornando-se o padrão monetário da contabilidade comercial genovesa<sup>144</sup>. Além deste fenômeno, foram se desenvolvendo inúmeros instrumentos e técnicas monetárias, tais como cheques e letras de câmbio, que, sob o comando de uma classe mercantilista dominante, no sistema comercial e monetário europeu do século XVI, deu um primeiro impulso ao moderno capitalismo financeiro.

---

<sup>141</sup> ARRIGHI, G. **O longo século XXI**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1994. p. 115.

<sup>142</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., v. 1, p. 49-50.

<sup>143</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., v. 1, p. 49.

<sup>144</sup> ARRIGHI, G. Op. cit., 1994, p. 116.

As letras de câmbio permitiam ao seu detentor, na maioria dos grupos mercantis expatriados, grande manobra, uma vez que eram aceitas no espaço comercial e financeiro da economia-mundo. Estas letras eram negociadas em mercados de letras por “especialistas do crédito”, como bem demonstrou Braudel, “nas feiras de Besançon, onde se liquidavam as letras de câmbio de toda a Europa, verdadeiros *clearings avant la lettre*”<sup>145</sup>.

Estes comerciantes genoveses lucravam mais com as diferenças das oscilações do valor das moedas de uma região para outra, do que na compra e venda de produtos. Com o tempo, os banqueiros mercantis especializaram-se em uma rede de cooperação que permitia garantias de pagamento direto ou indireto, minimização de transporte de moedas, formação de associações “multinacionais” de capitais que possibilitava negociações comerciais e financeiras<sup>146</sup>.

Acontece que durante este período, houve uma intensificação da luta pelo poder na Europa que culminou na disputa pelo controle monopolista italiano da cadeia de trocas comerciais que ligava o mercado do Ocidente com o do Oriente. Esta disputa pelo poder foi em parte responsável pelo crescente conflito social sistêmico que resultou na decadência do sistema medieval das cidades-Estados italianas. Estas lutas causaram um desequilíbrio temporal e espacial entre demanda e oferta de grãos e suprimentos navais na economia-mundo européia, fato que favoreceu a comunidade mercantil holandesa, pois estes mantinham o controle do abastecimento de cereais e suprimentos navais vindos da região do Báltico.

A partir de então, a classe mercantil holandesa passa a controlar um grande fluxo de excedentes monetários. Segundo Arrighi, parte deste excedente do capital não podia ser reinvestido nas atividades da qual provinha, pois “se os excedentes tivessem sido reaplicados no comércio do Báltico, o resultado mais provável teria sido uma pressão de alta nos preços de compra e/ou uma pressão de baixa nos preços de vendas, o que teria destruído sua lucratividade”<sup>147</sup>.

Os holandeses transformaram Amsterdam no centro do comércio mundial e, conseqüentemente, no mercado central de moeda e capital da economia-mundo européia. Segundo Arrighi,

---

<sup>145</sup> BRAUDEL, F. Op. cit., v. 1, p. 410.

<sup>146</sup> ARRIGHI, G. Op. cit., 1994, p. 116-133.

<sup>147</sup> ARRIGHI, G. Op. cit., 1994, p. 138.

a centralização das transações e da especulação com mercadorias em Amsterdam, por sua vez, ampliou a demanda efetiva de dinheiro da cidade e, portanto, o poder de sua Bolsa e de suas instituições bancárias de atrair o capital monetário, ocioso ou não, de todas as partes da Europa. Estabeleceu-se assim um círculo virtuoso de expansão, mediante o qual a crescente centralidade comercial e financeira de Amsterdam tornou imperativo que todas as organizações empresariais e governamentais de alguma importância se fizessem representar na Bolsa de Amsterdam<sup>148</sup>.

A liquidez abundante, controlada pela classe mercantilista holandesa, em função também da ascensão da exploração do comércio colonial e da descoberta de ouro e de prata nas Américas<sup>149</sup>, passou a ser complementada pela criação das companhias de comércio e navegação holandesas, a VOC holandesa (*Verenigde Oost-Indisch Compagnie*). Estas companhias eram, ao mesmo tempo beneficiárias e instrumentos da crescente centralização comercial e financeira mundiais de Amsterdam<sup>150</sup>.

Neste sentido, comenta Vilar que “só o que os holandeses cobra[va]m por frete (transporte marítimo) e os títulos de seguros, lhes garant[ia] um excedente em sua balança de pagamentos”<sup>151</sup>. O fato de ser o centro das altas finanças mundiais, durante um período, favoreceu a acumulação de metais preciosos, principalmente ouro e prata, o que permitiu à Holanda a cunhagem de moedas internacionalmente negociáveis, a “*negotie-penningem*”<sup>152</sup>.

Esta aparente estabilidade financeira no segundo ciclo sistêmico de acumulação, sob a hegemonia holandesa, começa a mudar a partir da segunda metade do século XVII. As VOC holandesas construíram um poderoso império comercial no Oceano Índico, estimulando outras companhias mercantilistas a concorrerem em igualdade com as comerciais holandesas<sup>153</sup>; a intensificação da concorrência mercantilista afetou a supremacia comercial holandesa.

<sup>148</sup> ARRIGHI, G. Op. cit., 1994, p. 142.

<sup>149</sup> VILAR, P. **Ouro e moeda na história**: 1450-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 251, e ARRIGHI, G. Op. cit., 1994. p. 142.

<sup>150</sup> De acordo com Magalhães Filho, “em 1602 o governo holandês decidiu unir os esforços dos comerciantes que se aventuravam ao Oriente, patrocinando sua consolidação em uma única grande sociedade, a Companhia Holandesa das Índias Orientais, administrada por um conselho de 17 membros, que representavam, proporcionalmente à participação de capital, as principais províncias da confederação holandesa. (...) A outra grande sociedade holandesa foi a Companhia das Índias Ocidentais, autorizada em 1621, cuja finalidade principal era o comércio com o Brasil.” MAGALHÃES FILHO, F. de B. B. **História econômica**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 183. Conferir também: ARRIGHI, G. Op. cit., 1994, p. 143.

<sup>151</sup> VILAR, P. Op. cit., p. 251.

<sup>152</sup> VILAR, P. Op. cit., p. 252.

<sup>153</sup> Maurice Dobb faz uma pequena menção em relação à corrida mercantilista entre as companhias de navegação na Índia Oriental e o lucro que o comércio marítimo gerava nesse período, diz “os grandes dividendos das companhias da Índia Oriental, no curso de longos períodos, indicam claramente que elas convertiam seu poder em lucros. A Hudson’s Bay Company comprava peles de castor por artigos que custavam entre sete e oito xelins. No Altai, os russos vendiam panelas de ferro aos nativos pelo número de peles de castor necessárias para enche-las. A Dutch East Indian Company comprou mercadorias orientais em 1691 por 487.000 libras, vendendo-as na França por 1.700.000...



Segundo Arrighi, o sucesso das VOC aumentou o poder da burocracia administrativa, responsável pelas operações cotidianas das companhias, causando certo prejuízo aos acionistas. O efeito desta tendência “foi fortalecer a atração comparativa dos investimentos e da especulação com papéis e ações estrangeiros, especialmente ingleses, na bolsa de valores de Amsterdam”<sup>154</sup>. Desde então, o capital excedente holandês começa a migrar para a iniciativa inglesa, financiando competidores mais bem sucedidos.

A partir do século XVIII, Amsterdam, como centro financeiro mundial, começa a perder espaço para Londres. A transferência do excedente de capital favoreceu a expansão da indústria britânica de bens e capital, tais como a indústria siderúrgica, que incentivou o crescimento das vias férreas e dos navios de aço, e o processo de mecanização da indústria têxtil. A emergência da Revolução Industrial na Inglaterra e sua condição à potência comercial e financeira, no período que corresponde ao terceiro ciclo sistêmico de acumulação, aceleraram as práticas monetárias, com base no padrão monetário adotado pela Inglaterra, como uma alternativa lógica aos países que procuravam desenvolver o comércio e obter empréstimos deste país.

Presume-se que o grande influxo de metais preciosos à Europa, advindo da periferia atlântica desde meados do século XVI, condicionou a uma crescente monetarização das economias nacionais europeia aumentando a utilização do ouro e da prata nas atividades econômicas internacionais. E a descoberta de ouro na América portuguesa, entre os séculos XVII a XVIII, propiciou a acumulação do capital britânico, resultado da estreita relação comercial entre Portugal e Inglaterra, favorecendo o fluxo de mercadorias e da expansão dos meios de pagamentos neste período<sup>155</sup>. O ouro afluía à Inglaterra, através de Portugal e do Brasil, e a prata servia para cobrir o comércio com o Oriente e o Extremo Oriente<sup>156</sup>.

Segundo Beaud, dezoito mil toneladas de prata e duzentas toneladas de ouro foram transferidas da América para a Espanha entre 1521 e 1660. Este autor menciona ainda que “em 1503, o primeiro carregamento de metais preciosos vem das Antilhas; em 1519, começa a pilhagem do tesouro dos astecas do México; em 1534, a dos incas do Peru”<sup>157</sup>. Weber aponta outra estimativa no que concerne à transferência de metais preciosos da América Latina à Europa.

---

A escravidão nas colônias era outra grande fonte de riqueza”. DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 7.ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987. p. 211.

<sup>154</sup> ARRIGHI, G. Op. cit., 1994, p. 161.

<sup>155</sup> VILAR, P. Op. cit., p. 284.

<sup>156</sup> De acordo com Vilar, entre 1733 e 1766, 65% das exportações da Inglaterra para a Ásia eram realizadas com prata cunhada, ou em lingotes; isto representava cerca de 400 milhões de libras esterlinas. VILAR, P. Op. cit., p. 352.

<sup>157</sup> BEAUD, M. **História do capitalismo de 1500 até nossos dias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 21.

Para este autor, as quantidades de metais preciosos extraídos, entre 1493 a 1800, estima em torno de 2 milhões e meio de quilogramas de ouro e 90 a 100 milhões de quilogramas de prata<sup>158</sup>.

De acordo com Fisher, no México, a colônia espanhola mais rica e populosa, produzia aproximadamente entre 1701-20 e 1761-80, uma média anual de prata de 163.800 kg para 366.400 kg<sup>159</sup>. Simonsen é ainda mais enfático no que concerne à produção de metais preciosos na América, entre 1492 e 1800. De acordo com Humboldt, citado por Simonsen, a importação européia de metais preciosos advindos da América alcançou cerca de £160 milhões no século XVI, passando a £360 milhões no século XVII, e alcançando £650 milhões no século XVIII. Mais de 9/10 dos metais preciosos que circulavam na Europa originavam das possessões hispano-portuguesas<sup>160</sup>.

A produção total desses metais nas colônias portuguesa e espanholas, entre 1493 a 1803, era de £1.300.000.000, sendo que £1.000.000.000 em prata e £300.000.000 em ouro. Deste total, a produção espanhola seria de £920.000.000, representando £186.000.000 a contribuição do contrabando, somando £1.106.000.000. A produção brasileira seria de £155.000.000 em registro, e £39.000.000, o total não pago os quintos à Coroa portuguesa, resultando em £194.000.000<sup>161</sup>. A partir do século XIX, esse valor foi superado pelas descobertas de minas de ouro e prata nos Estados Unidos, na Austrália, na Rússia e na região da África do Sul.

Percebe-se que o auge da exploração de ouro e da prata na América Latina compreende desde o final do século XV ao fim do século XVIII, período que corresponde também ao auge da expansão da economia-mundo capitalista, favorecendo os países centrais europeus.

Neste sentido, não parece coincidência que o ouro tenha se tornado a base do sistema monetário nacional na Inglaterra no início do século XVIII, quando ela ainda aspirava à potência hegemônica. Embora para Eichengreen, a adoção do padrão-ouro pela Inglaterra tenha sido um fato acidental, ocorrido em 1717, quando Isaac Newton, responsável pela casa da moeda, “fixou para a prata um preço em ouro excessivamente baixo, fazendo com que, inadvertidamente, desaparecessem de circulação todas as moedas de prata, à exceção daquelas muito gastas e

<sup>158</sup> WEBER, M. **História geral da economia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968. p. 230.

<sup>159</sup> FISHER, H.E.S. **De Methuen a Pombal**: o comércio anglo-português de 1700 a 1770. Portugal: Gradiva, 1984. p. 19.

<sup>160</sup> SIMONSEN, R.C. **História econômica do Brasil**: 1500-1820. 8.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978. p. 252 e seq.

<sup>161</sup> SIMONSEN, R.C. Op. cit., 1978, p. 253.

danificadas”<sup>162</sup>. Presume-se que a adoção do metal, como padrão monetário, mesmo parecendo um fato acidental não teria se tornado a base do sistema se não houvesse ouro suficiente no país, uma vez que a produção do metal no continente europeia era escassa<sup>163</sup>.

O padrão monetário britânico evoluiu através de uma diversidade de padrões de “commodities” ou moedas-mercadoria que surgiam na medida em que as negociações entre os Estados se realizavam<sup>164</sup>. A Inglaterra adotava o padrão bimetálico, o ouro e a prata, até então. O padrão-ouro, como padrão das operações monetárias internacionais, começa a surgir apenas na segunda metade do século XIX, na década de 1870, para então servir como referência para os países estabelecerem seus meios de pagamento. Neste período, a Inglaterra já se consolidava como centro financeiro internacional.

A relação comercial que Portugal mantinha com a Inglaterra levou os portugueses a adotarem o padrão-ouro em 1854, no reinado de Pedro V. Em 1846, o Brasil definiu a paridade ouro do mil-réis, sob o reinado de Pedro II. Ao final do século XIX, o padrão-ouro foi sendo adotado pelos países que mantinham relações comerciais com a Inglaterra, tais como os Estados Unidos, parte da Europa, Rússia, Índia e Japão, e alguns países da América Latina.

Apesar de o ouro ser o padrão internacional, no meio circulante doméstico nem sempre predominava as moedas de ouro. Muitos países adotaram o padrão-ouro internacional após 1880 em função de suas relações comerciais e financeiras com a Inglaterra. De acordo com Eichengreen, a grande maioria dos países mantinha ou o ouro, ou a prata, ou moedas representativas e/ou papel-moeda como meio circulante doméstico<sup>165</sup>.

---

<sup>162</sup> EICHENGREEN, B. J. Op. cit., p. 29.

<sup>163</sup> O fato de a Europa não produzir muito ouro, condicionava o metal ao instrumento mais intercambiável do comércio geral. A prática mercantil, a princípio entre os muçulmanos e o comércio mediterrâneo, entre os séculos XI ao XIII, introduziu uma maior circulação do ouro no comércio da região. VILAR, P. Op. cit. p. 45 e seq.

<sup>164</sup> EICHENGREEN, B. J. Op. cit., p. 29.

<sup>165</sup> EICHENGREEN, B. J. Op. cit., p. 46.

## CAPÍTULO 3 – A FORMAÇÃO HIERÁRQUICA ENTRE OS ESTADOS NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

### 3.1 Considerações Contextuais

A divisão espacial do mundo compreende-se basicamente sob a forma de economias-mundo que, segundo Braudel, ao contrário da economia mundial que se estende à terra inteira constituindo um único mercado, é geograficamente delimitada e economicamente autônoma, possuindo ligações de trocas que constitui “unidade orgânica”<sup>166</sup>. A especificidade deste sistema, como bem demonstrado no Marco Teórico, diz respeito a uma distinção política entre os diferentes Estados-membros e uma dependência econômica no seio da economia-mundo.

Tendo em vista estas especificidades, pretende-se neste capítulo identificar, a partir das considerações de Wallerstein, a origem e as principais características do Estado, assim como apontar as relações hierárquicas existentes entre o centro, a semiperiferia e a periferia, e a forma como elas foram construídas no capitalismo histórico. Supõe-se que os Estados tenham sido fundamentais no comportamento monetário na economia-mundo capitalista e tal ordenamento auxiliaria na investigação do presente trabalho.

### 3.2 Delineamentos Conceituais: a origem e as características do Estado sob a perspectiva da economia-mundo capitalista

De acordo com Wallerstein, no curso do século XVI, emerge no Ocidente o fenômeno da criação do aparelho de Estado, concomitantemente com a consolidação da economia-mundo capitalista<sup>167</sup>. O surgimento do Estado não se deu por acaso visto que a fragmentação do regime feudal indicou a substituição gradativa de impérios-mundo por uma nova forma de sistema social. Esta mudança não ocorreu sob a forma de ruptura de um sistema imperial no modo de produção feudal no último período da Idade Média, mas, através de

---

<sup>166</sup> BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: o tempo do mundo*. v.3. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 12.

<sup>167</sup> WALLERSTEIN, I. *Op. cit.*, vol. 1, 1974.

consideráveis transformações nas estruturas políticas e administrativas das monarquias seguidas de modificações no padrão de dominação próprio ao modo de produção feudal.

Sob este sistema social, no papel da economia-mundo, foram ampliados a legitimidade do uso da força e o fortalecimento do poder do aparelho do Estado. Segundo Anderson, o Estado absolutista, forma que precede a abstração de Estado moderno<sup>168</sup>, era

*um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado*, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição social tradicional – não obstante e contra os benefícios que elas tinham conquistado com a comutação generalizada de suas obrigações. Em outras palavras, o Estado absolutista nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente **contra** a aristocracia: ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada<sup>169</sup>.

Anderson acredita ser a emergência do Estado absolutista, fenômeno do século XVI, não um acontecimento de ruptura e substituição da dominação feudal pela dominação capitalista, mas um processo de consolidação de um sistema no qual predominaria o modo de produção distinto à ordem agrária feudal vigente, sob o comando do Estado. Wallerstein, por sua vez, não faz a devida distinção entre Estado absolutista ou Estado moderno, para o autor o “elemento-chave é a força do Estado e não o absolutismo da forma de governo”<sup>170</sup>, e esta forma, para o autor, é um Estado forte economicamente. Em todo o caso a figura do Estado havia ganhado força que não havia sido presenciado anteriormente.

As causas principais desta transformação seriam as modificações nas relações de produção feudal, tais como “a comutação generalizada das obrigações, transformadas em rendas monetárias” e a dissociação gradativa de obrigações servis que forçaram o deslocamento do poder de classe dos senhores feudais “em direção a uma cúpula centralizada e militarizada – o Estado absolutista”<sup>171</sup> – que, diluída no nível da aldeia, tornou-se concentrada em nível “nacional”. A monarquia tornou-se absoluta em oposição à dispersão do poder de classe dos senhores feudais que estavam em risco com o desaparecimento gradual do trabalho servil.

<sup>168</sup> Não se pretende no presente trabalho discutir a questão da origem e as especificidades da política moderna no que concerne ao conceito do termo Estado moderno. Compreende-se por Estado moderno o processo de combinação de fundação da soberania, despatrimonialização e despersonalização do poder. Segundo Torres, “é como efeito desta tripla evolução que ressurge o domínio público, o qual passa a definir positivamente – e não apenas negativamente, como quando se considera unicamente do ponto de vista da sociedade civil – a abstração do Estado moderno”. TORRES, J.C.B. **Figuras do Estado moderno**: representações políticas no Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 76.

<sup>169</sup> ANDERSON, P. **Linhagens do estado absolutista**. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. p. 18. Itálico do original e negrito acrescentado.

<sup>170</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., vol. II, 1974, p. 41.

<sup>171</sup> ANDERSON, P. Op. cit., p. 19.

O resultado disso foi um aparelho concentrado em mãos do poder real cujo restabelecimento da “ordem” foi inviabilizado pelo fracasso da disputa pelo controle de um sistema imperial<sup>172</sup>. Coube aos monarcas essa restauração sob mecanismos centrais de fortalecimento do poder estatal, tais como: um corpo burocrático, monopolização da força através do exército, criação de legitimidade (resgate do direito romano) e homogeneização da população a ele sujeita<sup>173</sup>.

O poder absoluto não significava um poder ilimitado, mas um poder “não supervisionado” ou *pas contrôlée*<sup>174</sup>: uma ideologia legitimada pelo poder divino dos reis e fortalecida por um corpo de funcionários permanentes e dependentes, um corpo burocrático que muitas vezes foi selecionada pela instituição através da venalidade dos cargos (este fenômeno foi mais comum na França). Sob estes aspectos afirma Tocqueville que, neste período,

Construiu-se pouco a pouco uma máquina administrativa tão grande, tão complicada, tão desordenada e tão improdutiva que foram obrigados a deixá-la funcionar no vazio e construir por fora um instrumento de governo simples e à mão, que executasse realmente o que todos estes funcionários aparentavam fazer.... Quando a venalidade dos cargos ficou institucionalizada, continuam [os estados gerais] queixando-se do abuso dos ofícios. Gritam contra tantos empregos inúteis e privilégios perigosos, mas em vão. Estas instituições foram criadas contra eles para que não se unissem e também para poder fantasiar um imposto que não se ousava mostrar sob seus traços verdadeiros aos franceses<sup>175</sup>.

A venda de ofícios era um meio indireto de aumentar os rendimentos tanto da nobreza como do Estado absolutista. O Estado absolutista viu não apenas na expansão da venda de cargos à burguesia mercantil e manufatureira um surpreendente mecanismo de monetarização da economia, mas também, e acima de tudo, a criação de um sistema de tributação, como a *taille* e *gabelle* na França, ou os *sevicios* na Espanha<sup>176</sup>. Por outro lado, a venalidade de cargos permitiu ao Estado, através dos “empresários militares” a contratação de um exército de mercenários permitindo a monopolização da força e a supremacia do sistema estatal.

Contudo, segundo Wallerstein, este sistema de contratação venal cria um

círculo vicioso, em que a burocracia crescente devora o rendimento e cria dívidas conduzindo a necessidades fiscais do Estado ainda maiores. O truque consistia em transformar o círculo numa espiral

<sup>172</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., vol. 1, 1974, p. 167 e seq. Neste sentido, Wallerstein demonstra que a rivalidade encontrava-se entre os Impérios Habsburgo e Valois, entre Espanha e França respectivamente.

<sup>173</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., vol. 1, 1974, p. 138.

<sup>174</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., vol. 1, p. 146.

<sup>175</sup> TOCQUEVILLE, A. **O antigo regime e a revolução**. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. p. 121.

<sup>176</sup> ANDERSON, P. Op. cit., p. 33 e seq.

ascendente em que a burocracia era suficientemente eficiente para espremer da população um excedente superior aos custos de manutenção do aparelho. Alguns estados conseguiram-no. Outros não. O factor de distinção crucial seria o seu papel na economia-mundo<sup>177</sup>.

Neste sentido, um corpo burocrático tornou possível o fortalecimento do papel coercitivo do Estado, permitindo-o tanto tributar quanto contrair empréstimos, dando origem à dívida pública. Quanto à dívida nacional, os Estados podiam forçar as pessoas “a aceitarem atrasos no seu pagamento ou em momentos oportunos recusar-se a pagá-las, forçando-as simultaneamente a financiar em espécie e por intermédio de outras operações de títulos o défice corrente. A Coroa necessitava de dinheiro para edificar o seu aparelho de Estado e tinha aparelho de Estado suficiente para obter o dinheiro”<sup>178</sup>.

Desta forma, o Estado poderia garantir parcialmente a estabilidade política permitindo a legitimidade do poder real. Sob este aspecto, Wallerstein argumenta que

A legitimação não diz respeito às massas, mas aos quadros. A questão da estabilidade política gira em torno da medida em que o pequeno grupo de dirigentes do aparelho de Estado é capaz de convencer o grupo de pessoal central e de potentados regionais de que o regime foi constituído e funciona na base dos eventuais valores consensuais que esses quadros possam ser levados a acreditar que existem e de que é do interesse desses quadros que este regime continue a funcionar sem perturbações de maior. Quando estas circunstâncias se realizam, podemos considerar o regime “legitimado”<sup>179</sup>.

A legitimação, por outro lado, segundo Anderson, se fortaleceu com o reflorescimento do direito romano nesse período. O ideal constitucional das monarquias do Renascimento, em todo o Ocidente, era a máxima de Ulpiano (jurisconsulto romano, séc. III, d.C.) *quod principi placuit legis habet vicem*, ou “a vontade do príncipe tem força de lei”<sup>180</sup>. Foi através da condensação da jurisdição única, de acordo com Anderson, que se suprimiu a dualidade entre as classes sociais, tanto do ponto de vista económico como político.

Do ponto de vista económico, a recuperação do direito civil clássico foi extremamente propícia à expansão do capital na cidade e no campo, pois a principal característica e marca distintiva do direito civil romano foi a sua concepção de propriedade privada absoluta e incondicional<sup>181</sup>, que correspondiam aos interesses da burguesia comercial e manufatureira. Politicamente,

<sup>177</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., vol. 1, 1974, p. 139-40.

<sup>178</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., vol. 1, 1974, p. 140.

<sup>179</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., vol 1, 1974, p. 146.

<sup>180</sup> ANDERSON, P. Op. cit., p. 27.

<sup>181</sup> ANDERSON, P. Op. cit., p. 24.

O reflorescimento do direito romano respondia às exigências constitucionais dos Estados feudais reorganizados da época. Com efeito, não restam dúvidas de que, na escala européia, a determinante primordial da adoção da jurisprudência romana reside na tendência dos governos monárquicos à crescente centralização dos poderes. Não custa recordar que o sistema jurídico romano compreendia dois setores distintos e aparentemente contrários: o direito civil, que regulamentava as transações econômicas entre cidadãos, e o direito público, que regia as relações políticas entre o Estado e os seus súditos. O primeiro constituía o *jus*, o último o *lex*... Se o ressurgimento das noções de propriedade quirritária ao mesmo tempo traduzia e fomentava a expansão geral da troca de mercadorias nas economias de transição da época, o revivescimento das prerrogativas autoritárias do Dominato expressavam e consolidavam a concentração do poder de classe aristocrático num aparelho de Estado centralizado que constituía a reação da nobreza àquele processo. O duplo movimento social inscrito nas estruturas do absolutismo do Ocidente encontrou, então, a sua harmonia jurídica na reintrodução do direito romano<sup>182</sup>.

Wallerstein atribui ainda um outro mecanismo que fortaleceu o poder do Estado, trata-se da homogeneização da população súdita. Um grupo culturalmente homogêneo favoreceu a centralização do poder real, mas isto não se encontrava em toda a economia-mundo. Segundo o autor, “enquanto os estados centrais se movem no sentido de uma maior homogeneização “étnica” entre estes estratos, as áreas periféricas deslocam-se precisamente na direção oposta”<sup>183</sup>.

O fato é que neste sentido, as massas eram menos relevantes do que todo o restante da pirâmide social na economia-mundo. A homogeneização étnica trouxe a paz ao território nacional favorecendo a estabilidade do Estado para que pudesse concentrar suas energias a empreendimentos comerciais mais proveitosos. Foi o caso de Portugal que havia alcançado uma estabilidade política um século mais cedo que a Espanha, a França ou a Inglaterra, já no século XV. Segundo Wallerstein, foi precisamente esta estabilidade que criou o impulso para a nobreza que “confrontada com os mesmos apertos financeiros que a restante da nobreza européia, ela estava no entanto privada do potencial financeiro e suporífico (sic) (se ganhasse) das guerras intestinas”<sup>184</sup>.

No parecer de Tilly o surgimento e o fortalecimento dos Estados europeus dependeram principalmente do grau de coerção aplicado a determinado território. Sob este aspecto ele argumenta que

a coerção compreende toda aplicação combinada – ameaçada ou real – de uma ação que comumente causa perda ou dano às pessoas ou às posses de indivíduos ou grupos, os quais estão conscientes tanto da ação quanto do possível dano. (Essa definição desajeitada exclui o dano não-intencional, indireto e secreto.) Onde o capital define um domínio de exploração, a coerção define um campo de dominação.

<sup>182</sup> ANDERSON, P. Op. cit., p. 27.

<sup>183</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., vol. 1, 1974, p. 148.

<sup>184</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., vol. 1, 1974, p. 58.



Os meios de coerção estão centralizados nas forças armadas, mas se estendem às oportunidades de prisão, expropriação, humilhação e divulgação de ameaças. A Europa criou dois importantes grupos superpostos de especialistas em coerção: os soldados e os grandes proprietários rurais; onde eles apareceram e foram confirmados pelos estados com títulos e privilégios, cristalizaram-se em nobrezas, que por sua vez abasteceram durante muitos séculos os principais governantes europeus. (...)

Quando a acumulação e a concentração dos meios coercitivos se desenvolvem juntos, produzem estados; produzem organizações distintas que controlam os principais meios concentrados de coerção dentro de territórios bem definidos, e em alguns aspectos exercem prioridade sobre todas as outras organizações que operam dentro desses territórios<sup>185</sup>.

Para Tilly alguns mecanismos levantados por Wallerstein foram mecanismos coercitivos, ou mantidos sob meios de coerção, utilizados para o controle cotidiano sobre a população e, conseqüentemente, resultaram no fortalecimento da estrutura do Estado.

Paralelamente à consolidação do aparelho do Estado foram surgindo tendências conflituosas no que concerne à formação de classes na economia-mundo. De um lado, grupos com status tradicional alto, que se adaptavam como podiam às novas possibilidades econômicas, e, de outro, grupos em ascensão, qualquer que fossem sua origem ou sua riqueza presente. Ambos os grupos pressionavam o Estado tornando-o protagonista da luta de poderes e ao mesmo tempo agente mediador de forças diferentes. O aparelho do Estado “equilibravam forças, serviam como agentes de poder, efetuavam compromissos. Mas um dos resultados por que esperavam era reforçarem-se a si mesmas, tornarem-se absolutas de fato e não simplesmente em teoria e nas aspirações”<sup>186</sup>.

Nessa perspectiva, verifica-se que o Estado ganha contornos peculiares que se transforma em uma de suas “marcas genéticas” no capitalismo histórico, trata-se de sua aliança com grupos detentores do capital no seio da economia-mundo. Segundo Braudel,

O Estado moderno, que não fez o capitalismo mas o herdou, ora o favorece, ora o desfavorece; ora o deixa estender-se, ora lhe quebra as molas. O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, **quando ele é o Estado**. Em sua primeira grande fase, a das cidades-Estados da Itália, em Veneza, em Gênova e em Florença, é a elite do dinheiro quem detém o poder. Na Holanda, do século XVII, a aristocracia dos Regentes governa no interesse e inclusive de acordo com as diretrizes traçadas pelos homens de negócio, negociantes e administradores de fundos. Na Inglaterra, a Revolução de 1688 marca analogamente um advento dos negócios à holandesa. A França está atrasada em mais de um século: é com a revolução de julho de 1830 que a burguesia comercial se instala, enfim, confortavelmente no governo<sup>187</sup>.

<sup>185</sup> TILLY, C. **Coerção, capital e Estados europeus**: 990-1992. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 67.

<sup>186</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., vol. 1, p. 254.

<sup>187</sup> BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 55. Negrito acrescentado.

Wallerstein parece não discordar desta posição. Esta aliança quando bem sucedida concede ao Estado a posição de potência hegemônica. Para Wallerstein a condição de potência hegemônica é rara, “só a Holanda, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos foram potências hegemônicas na economia-mundo capitalista”<sup>188</sup>. A hegemonia supõe uma posição superior à posição de centro hegemônico. Diz o autor

Pode definir-se como uma situação em que os produtos de um dado Estado do centro são produzidos com tanta eficiência que são, em todos os aspectos, competitivos mesmo noutros Estados do centro, e, portanto, esse tal dado Estado do centro é o principal beneficiário de um mercado mundial inteiramente livre. Obviamente, para tirar vantagem desta superioridade produtiva um tal Estado tem de ser suficientemente forte para impedir ou minimizar as barreiras políticas internas e externas que queiram opor à livre circulação dos factores de produção; e para preservarem a sua vantagem, uma vez ela assegurada, às forças econômicas dominantes é útil encorajar certas correntes, movimentos e ideologias intelectuais e culturais. O problema com a hegemonia, como veremos, é que ela é passageira. ... O modelo da hegemonia parece maravilhosamente simples. **Uma superioridade marcada na eficiência produtiva agro-industrial conduz ao domínio das esferas da distribuição comercial do mercado mundial**, com os correspondentes lucros resultantes de se ser o entreposto de boa parte da economia mundial e de se controlar os “invisíveis” – os transportes, as comunicações e os seguros. A primazia comercial conduz por sua vez ao controlo dos sectores financeiros da banca (câmbio, depósitos e créditos) e do investimento (direto e em carteira)<sup>189</sup>.

Para que estas condições se concretizem, o Estado precisaria defender os interesses de grupos capitalistas do seu território. Foi o que aconteceu com o primeiro centro hegemônico, a Holanda ou Províncias Unidas. De acordo com Wallerstein, o Estado holandês seguia uma linha vigorosamente protecionista, criando condições para o êxito da iniciativa privada e defesa dos interesses dos empresários<sup>190</sup>. O autor verifica que este fenômeno aconteceu também com os Estados hegemônicos sucessores à Holanda. Desta forma, enfatiza concluindo que

Numa economia-mundo capitalista, os proprietários-produtores desejam que o Estado cumpra duas funções essenciais em seu benefício. Querem que os ajude a obter ou a manter uma posição vantajosa no mercado, limitando ou expandindo a “liberdade” desse mercado a um custo menor que o lucro adicional, independentemente de a intervenção do Estado ser negativa ou positiva. Este é o interesse de um proprietário-produtor perante os outros proprietários. Além disto, os proprietários-produtores querem que o Estado os ajude a extrair uma percentagem do excedente do que a que seriam capazes de extrair por outra forma, uma vez mais com um custo menor do que o lucro adicional resultante, e com indiferença, também neste caso, quanto ao papel do Estado ser activo ou passivo.<sup>191</sup>

A simbiose entre o Estado e os proprietários-produtores que Wallerstein menciona diz respeito ao poder político daquele e ao papel econômico destes uma vez que a eficiência

<sup>188</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 46.

<sup>189</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 46. Negrito acrescentado.

<sup>190</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, cap. 3.

<sup>191</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 117.

produtiva possibilita o reforço do Estado e o reforço deste melhora por sua vez esta eficiência através de meios alheios ao mercado.

Neste sentido, o autor estabelece cinco critérios políticos possíveis que definem melhor o relacionamento entre o Estado e o interesse privado de proprietários-produtores.

O primeiro é o grau de ajuda direta da política do Estado aos proprietários-produtores a competir no mercado mundial ou o grau de intervencionismo do Estado. Wallerstein afirma que os Estados que contassem com produtores mais eficientes teriam necessidade menor de intervir no mercado mundial do que os Estados com produtores menos eficientes. Este quesito é um ponto inquietante tendo em vista que historicamente o que se tem percebido é que quanto mais eficiente seus produtores maior a intervenção do Estado no mercado mundial, veja-se os exemplos do próprio Estado holandês, britânico e, mais recente, o norte-americano.

O segundo critério se refere ao grau em que os Estados podem afetar a capacidade de concorrência de outros Estados através do poder militar. O que se testemunha é exatamente isto durante a transição de um Estado hegemônico à outro. O Estado holandês foi capaz de manter uma grande armada e um equipado exército na conquista de sua posição hegemônica; assim como a Inglaterra e a França dedicavam suas energias ao reforço das suas estruturas militares<sup>192</sup>.

O critério político seguinte refere-se ao grau em que os Estados podem mobilizar os seus recursos para executar as tarefas concorrencial e militar a custos que não devorassem os lucros, ou seja, que as finanças públicas pudessem suportar estas tarefas.

O quarto critério diz respeito ao grau em que os Estados podem criar uma administração que permita uma rápida aplicação das decisões táticas, isto é, a eficiência burocrática. Um corpo burocrático eficaz não significa necessariamente uma administração absolutista. A exemplo disto é o Estado holandês cuja descentralização trazia eficiência ao governo; ao contrário deste governo, a via francesa foi a da centralização e uniformidade<sup>193</sup>.

E, por fim, o quinto relaciona-se ao grau em que as regras políticas refletem um equilíbrio de interesses entre os proprietários-produtores de forma a que um “bloco hegemônico” constitua as bases estáveis de tal Estado, sendo este último, a política de luta de classes a chave dos outros<sup>194</sup>. Quanto a este ponto, Wallerstein acredita ser *a maior coesão social interna* um dos fatores responsáveis pelo fortalecimento do Estado. Havia certamente, entre os séculos XVI-

<sup>192</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 118-9.

<sup>193</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 122.

<sup>194</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 117-8.

XVII, uma diferença social, mas não era a diferença no aspecto político que prevalecia. Para o autor, a base do compromisso social foi a elaboração de uma política nacional que pudesse contemplar todos os membros tanto os da burguesia como as das antigas famílias<sup>195</sup>.

Desse modo, seria possível identificar a força de um Estado. Esta força não reside apenas na questão econômica, como Wallerstein afirmou anteriormente, mas demonstra que um Estado forte apresenta-se como

uma entidade parcialmente autônoma, no sentido de que tem ao seu alcance uma margem de acção que reflecte os compromissos de interesses múltiplos, mesmo se estas margens têm limites determinados pela existência de alguns grupos de força primordial. Para que exista uma entidade parcialmente autônoma tem que haver um grupo de pessoas cujo interesses diretos se vejam servidos por tal entidade: administradores do Estado e burocracia de Estado

Tais grupos emergem duma economia-mundo capitalista porque o Estado forte é a melhor opção entre alternativas difíceis para os dois grupos mais fortes em termos políticos, econômicos e militares: os estratos capitalistas emergentes e as velhas hierarquias aristocráticas<sup>196</sup>.

E sob estes aspectos, como se verá no item seguinte, os Estados que desfrutavam de todos os quesitos, ou parte deles, posicionava-se na estrutura hierárquica do sistema interestatal como um Estado forte.

### 3.3 Relações hierárquicas entre o centro, a semiperiferia e a periferia na economia-mundo capitalista

Embora, as características levantadas acima descrevam a origem e a estrutura de um Estado forte e, portanto, hegemônico<sup>197</sup>, isto não representa que a posição hegemônica de um Estado seja condição inata ou perene na economia-mundo. Pelo contrário, o moderno sistema-mundo constitui-se por uma estrutura hierarquizada por áreas centrais, semiperiféricas e periféricas, formando um sistema interestatal que dificilmente pode ser considerada homeostática. Cada área está devidamente posicionada em cadeias mercantis cuja divisão social do trabalho, ao longo do tempo, tornou-se cada vez mais funcional, polarizada e expansionista. A incessante expansão ocorre em função da sua dinâmica central, da constante necessidade de acumulação de capital.

<sup>195</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 125.

<sup>196</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. I, p. 344.

<sup>197</sup> O termo hegemônico, mais utilizado em literaturas de língua anglo-saxã, deriva da palavra grega *hēgemōn* cujo significado relaciona-se com liderança.

A mobilidade da localização da atividade econômica de cada Estado frente à divisão social do trabalho ocorre, sobretudo, em momentos de recessão ou estagnação geral. Segundo Wallerstein, “há regressão, estagnação, retração, tempos difíceis – mas não para todos”<sup>198</sup>. Durante este período podem ocorrer movimentos ascendentes ou descendentes por parte dos Estados de cada área no quadro do sistema interestatal, resultando em uma nova distribuição geográfica na economia-mundo.

Normalmente, para Wallerstein, são as regiões semiperiféricas as que mais oscilam, podendo fazer parte destas os Estados que antes pertenciam tanto à regiões central como periférica. Nas periferias, por sua vez, um período de recessão da economia produz tanto “involução como evolução; tanto um declínio aparente na monetarização da actividade econômica como a emergência de novas empresas; tanto abandono como reestruturação ou reafecção; tanto um declínio do seu papel especializado na economia-mundo como um seu aprofundamento”<sup>199</sup>. Já nas regiões centrais, levando-se em consideração uma série de antecedentes, uma conjugação de acontecimentos e uma ligeira vantagem de um Estado sobre o outro, em termos de fator chave, pode se transformar em uma grande disparidade.

Foi o que aconteceu com a sucessão da posição hegemônica holandesa. A luta no centro para ocupar sua posição, durante o século XVII, ocorria entre a Inglaterra e a França. A principal preocupação entre estes Estados era em reforçar mais a sua posição em relação ao outro. E neste sentido pequenas diferenças poderiam se converter em diferenças significativas resultando na conquista da posição central.

Apesar das diferenças entre os dois Estados serem pequenas, coube à Inglaterra conquistar a posição de centro hegemônico. Estas diferenças poderiam ser identificadas a partir de práticas protecionistas adotadas pelos Estados que favoreciam o setor industrial em relação aos produtos estrangeiros (o mercantilismo na Inglaterra e o colbertismo na França); ou da capacidade militar e bélica de cada Estado (possuir uma forte esquadra naval, como a Inglaterra, ou um grande exército como a França); ou de uma maior coesão social interna alcançada primeiramente por um dos Estados; ou dos cenários comercial e financeiro favoráveis, sobretudo, aos proprietários-produtores como demonstrado anteriormente.

---

<sup>198</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 133.

<sup>199</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 135.

Contudo, para Wallerstein a diferença primordial estava no comércio transatlântico que a Inglaterra desenvolveu<sup>200</sup>. Entre os séculos XVII-XVIII, a Inglaterra promovia um importante comércio de reexportação de produtos coloniais, muito mais rentável do que qualquer outro comércio da época. Desenvolveu uma rede de influências em toda a periferia atlântica durante o século XVII. Diz o autor que durante este período, “estabeleceram-se no hemisfério ocidental 28 novas unidades de colonização, 3 holandesas, 8 francesas e 17 inglesas, e por volta de 1700 os ingleses tinham aí entre 350.000 e 400.000 súditos (incluindo escravos), em comparação com 70.000 dos franceses, enquanto nas florescentes colônias das Caraíbas havia duas vezes mais ingleses que franceses”<sup>201</sup>.

O interesse maior da Inglaterra pela periferia atlântica diz respeito a dois objetivos: o primeiro, estava em alguns produtos tropicais cultivados nas colônias e não muito comum na Europa, tais como o açúcar, algodão, tabaco, e também os metais preciosos; o segundo objetivo, e principal, era a de mercado para manufaturas e reexportações. “As colônias tropicais eram um mercado débil precisamente porque tendiam a utilizar uma força de trabalho coagida para manter baixos os custos de produção. Eram os colonos europeus, com o seu nível de vida relativamente alto e o seu rendimento coletivo líquido suficientemente grande, que assegurava esta função”<sup>202</sup>.

Neste sentido, vale a pena verificar como se organizava a divisão social do trabalho na economia-mundo. Como demonstrado anteriormente, a economia-mundo capitalista tem como base a divisão axial do trabalho entre as diferentes regiões onde são desenvolvidas as cadeias produtivas e comerciais que compõem a produção de mercadorias, desde a extração de matérias-primas até a transformação de um produto acabado, geralmente realizado no centro a partir da periferia.

Sob este aspecto, o que caracteriza uma periferia da economia-mundo de sua área geograficamente externa é a produção essencialmente de bens de baixa categoria, ou bens cuja mão-de-obra é pior remunerada comparada ao centro, e as mercadorias implicadas são essenciais para o uso diário. O controle do trabalho nesta região se dava na forma de escravidão, de servidão (como trabalho coercivo em produções mercantis)<sup>203</sup> e, na América Espanhola, a *encomienda*<sup>204</sup>.

<sup>200</sup> Este assunto será melhor tratado no capítulo quatro.

<sup>201</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 107.

<sup>202</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 108.

<sup>203</sup> Segundo Wallerstein, “trabalho coercivo em produções mercantis é um sistema de controlo do trabalho agrícola em que se exige aos camponeses, por meio de processos legais impostos pelo Estado, que trabalhem pelo menos uma parte do seu tempo num grande domínio produzindo produtos para venda no mercado mundial. Normalmente, o

Estas formas de trabalho forçado eram dominantes na produção agrícola das áreas periféricas no século XVI.

Wallerstein identifica duas atividades primárias nas áreas geograficamente periféricas da economia-mundo nascente. A primeira delas é a atividade mineradora, principalmente de metais preciosos; e a segunda a agricultura. Entre os séculos XVI-XVIII, a periferia atlântica, tanto as colônias espanholas como a portuguesa, fornecia essencialmente os primeiros enquanto que a periferia da Europa Oriental fornecia basicamente o segundo. Em ambos os casos, a “tecnologia era trabalho-intensiva e o sistema social de exploração do trabalho. Os excedentes destinavam-se de forma globalmente desproporcionada à satisfação das necessidades da população das áreas centrais”<sup>205</sup>.

Entretanto, esta não é a principal característica de regiões periféricas na economia-mundo. Verifica-se que nestas regiões há uma grande concentração de superfícies cultiváveis, fenômeno que se intensifica em períodos de depressão. Wallerstein verifica este fenômeno na Europa Oriental do século XVII. Diz este autor,

Quando os tempos são duros, há duas maneiras de um produtor maximizar as vendas – reduzir os custos e eliminar os concorrentes. Os magnatas (e os nobres) procuraram reduzir os custos aumentando as corvéias, em oposição ao trabalho assalariado. Isto não só reduziu os custos médios como aumentou a produção total, um segundo meio de compensação das perdas resultantes dos menores preços de mercado; e para garantir que a sua produção acrescida encontrava um mercado, o senhor comprava as terras dos camponeses e mesmo as dos nobres, muitos dos quais estavam prontos a vender porque estavam em bancarrota de facto. Mesmo que os senhores não tenham posto as novas em exploração, pelo menos impediram-nas de produzir mercadorias capazes de concorrer com as das suas antigas terras<sup>206</sup>.

Percebe-se que um período de contração não é sinônimo de abandono da produção capitalista, mas de redistribuição política de rendimentos e intensificação da exploração do trabalho. De qualquer forma, este fenômeno aumentou o descontentamento da parcela camponesa em relação ao senhor resultando em constantes conflitos de classes.

---

domínio era a ‘possessão’ de um indivíduo, geralmente por designação do Estado, mas não necessariamente uma propriedade transmissível por herança. O Estado podia ser ele próprio o proprietário direto de um tal domínio, mas neste caso existia uma tendência para transformar os mecanismos de controlo do trabalho”. WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. I, p. 96.

<sup>204</sup> A *encomienda* era uma criação da coroa espanhola justificada pela ideologia de cristianização indígena. A sua principal função era fornecer a força de trabalho indígena para as minas, para a criação de gado, para o cultivo de produtos agrícolas necessários para os encomenderos. WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. I, p. 97.

<sup>205</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. I, p. 104.

<sup>206</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 140.

Wallerstein é bastante enfático ao analisar a importância da região periférica na economia-mundo. Segundo este autor, a periferia não desaparece por muitas razões:

em primeiro lugar, os seus quadros capitalistas desejam permanecer na economia-mundo; lutam por permanecer nela. Em segundo lugar, os quadros do centro têm de preocupar-se com a recuperação cíclica da economia-mundo no seu conjunto, para a qual precisarão das zonas e das energias físicas apresentadas pela terra e pela população das periferias. Em terceiro lugar, os países do centro continuam a precisar, mesmo em momentos de depressão, de garantir alguns dos produtos da periferia – em parte porque, devido a considerações ecológicas, não se podem abastecer em nenhum outro local, em parte porque o custo da força de trabalho é, mais do que nunca, mais barato aí que no centro<sup>207</sup>.

A semiperiferia, por sua vez, área que se encontram no meio do *continuum* hierárquico, possuem características tanto de periferia como de centro. São países intermediários, conforme Braudel, com “poucos camponeses livres, poucos homens livres, trocas imperfeitas, organizações bancárias e financeiras incompletas, mantidas freqüentemente do exterior, indústrias relativamente tradicionais”<sup>208</sup>. Aqui se desenvolveu uma forma intermediária de trabalho, normalmente a parceria, como alternativa, “como uma resposta parcelar à criação de uma economia-mundo capitalista, na forma de empresas semi-capitalistas”<sup>209</sup> apropriadas para esta área. Tem-se como exemplo de parcerias a *mezzadria* na Itália, a *fâcherie* na Provença, e a *métayage* no resto do Sul da França<sup>210</sup>.

Esta área é a mais suscetíveis às alterações de *status* dos Estados. De acordo com Wallerstein, o fato da existência de áreas semiperiféricas não se transformarem em satélites perfeitos como no caso das áreas periféricas não foi apenas em função da forma de trabalho ou da posição geográfica, mas, sobretudo, de uma “política estatal inteligente” adotadas em momentos de recessão ou estagnação geral da economia mundial. Vale ressaltar duas advertências levantadas pelo autor: “em primeiro lugar, a política estatal não é o primeiro motor mas um processo intermédio. Em segundo lugar, nem todos os aparelhos de Estado podem utilizar um determinado conjunto de políticas com a mesma esperança de obterem um resultado feliz”<sup>211</sup>.

Neste sentido, verificam-se duas tendências quanto às alterações dos Estados nas áreas semiperiféricas. A primeira é o movimento descendente, da região central à semiperiferia. É o caso de alguns Estados que, em outros tempos, pertenceram às regiões centrais tais como a

<sup>207</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 134.

<sup>208</sup> BRAUDEL, F. Op. cit., 1987. p. 76.

<sup>209</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. I, p. 110.

<sup>210</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. I, p. 107.

<sup>211</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 179.



Espanha, Portugal, Flandres, Alemanha do Oeste e do Sul, e a Itália do Norte. O segundo movimento é ascendente, de regiões periféricas à posição semiperiférica como Estados que lutavam para se converter em parte integrante do centro da economia-mundo como a Suécia, Brandeburgo-Prússia e as colônias da América do Norte britânica<sup>212</sup>.

O movimento descendente pode ainda ser subdividido em dois grupos: o primeiro entre os Estados com vasto domínio colonial e considerados como “gloriosos colonizadores”; e, o segundo grupo, os Estados sem possessões coloniais, mas que já foram grandes centros industriais nos séculos XV e XVI.

A exemplo do primeiro caso, encontram-se os Estados Ibéricos: Espanha e Portugal. A decadência espanhola foi o fenômeno mais “espetacular” do século XVII. As causas estão enraizadas na decadência econômica, tanto da involução da produção agrícola quanto da indústria têxtil, verificando, em função disso, um declínio na quantidade de exportações. A Espanha perdeu seus mercados de exportação e parte dos mercados interno e colonial para os ingleses, franceses e holandeses. A consequência disso foi dupla: de um lado, uma crescente polarização e aumento de conflitos regionais internos; por outro, a necessidade em recorrer ao patrimônio colonial que lhe restou para sobreviver<sup>213</sup>.

Portugal encontrava-se, mais ou menos, na mesma posição. Apesar do período da União Ibérica, entre 1580 a 1640, trazer as vantagens de acesso ao mercado espanhol e proteção da frota espanhola no tráfico transatlântico, isto não durou muito. Os portugueses reclamaram a sua independência e a partir de então se iniciou uma estreita relação com a Inglaterra, na segunda metade do século XVII. Esta ligação rendeu o infortúnio da decadência da indústria têxtil portuguesa em favor dos produtos ingleses. Os sucessivos acordos anglo-portugueses conduziram a uma maior intervenção da Inglaterra na colônia brasileira, sobretudo a partir do Tratado de Methuen em 1703, que será abordado no quarto capítulo.

O fato é que os Estados que descenderam às regiões semiperiféricas, tais como Espanha e Portugal, puderam escapar ao destino de fazerem parte de verdadeiros redutos periféricos na economia-mundo capitalista graças às suas possessões ultramarinas. Por outro lado, Wallerstein argumenta que Portugal teria se saído melhor se não tivesse o Brasil como colônia, pois o fato de ter o Brasil permitiu uma troca desigual com a Inglaterra, não só do comércio legal

<sup>212</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 179.

<sup>213</sup> Não se pretende aqui levantar minuciosamente as consequências da decadência espanhola. Para tanto ver: WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 181 e seq.

de ouro, mas também do contrabando de metais preciosos, lucrativos para certos grupos portugueses e sem maiores transtornos políticos internos. “Quem pagou a conta foi o produtor brasileiro, mas em contrapartida houve então em Portugal menos pressões internas no sentido de se procurarem mudanças estruturais”<sup>214</sup>.

Ao contrário dos Países Ibéricos e suas colônias, a espinha dorsal da Europa – o Norte da Itália, o Oeste e o Sul da Alemanha e os Países Baixos do Sul (espanhóis) –, exemplo também de descendência à semiperiferia, precisou contar com sua própria indústria e agricultura para sobreviver, e da longa experiência comercial e financeira. O motivo de sua sobrevivência foi o sistema de indústria doméstico, frequentemente identificado como indústria têxtil, difundido na indústria urbana do século XVI e caracterizados por produtores que trabalhavam no próprio domicílio e com suas próprias ferramentas. Mas, em muitos casos, como observa Wallerstein, o sistema doméstico estava nas mãos de mercadores-empresários estrangeiros, sobretudo, holandeses, ingleses e franceses.

O sistema doméstico marcou o início da proletarização. Segundo Wallerstein, “no sistema doméstico o produtor direto era formalmente o proprietário dos meios de produção, mas *de fato* tornou-se um empregado do mercador-empresário, que controlava o rendimento real do produtor e se apropriava da sua mais-valia, sem contudo estar ainda em condições de garantir a sua eficiência máxima mediante uma supervisão direta no local do trabalho”<sup>215</sup>. Neste sentido, o sistema doméstico era menos eficiente do que o sistema fabril, porém mais explorador do que este.

Talvez o caso de maior sucesso de ascensão de uma região periférica para semiperiférica, entre 1600 a 1750, seja o da Suécia. A Suécia manteve uma coesão social interna o que favoreceu a centralização e o fortalecimento do Estado, passando a ser em 1617, o único país com representação do campesinato, juridicamente muito forte. Além disso, fortaleceu o Estado com a criação de um exército temível, edificou uma indústria armamentista, tornando um país auto-suficiente a este respeito. O exército, como bem lembra Wallerstein, foi um instrumento essencial na ascensão do Estado à posição semiperiférica, mas a contrapartida havia de ser a industrialização.

---

<sup>214</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 192.

<sup>215</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 194. Itálico do original.

Neste sentido, a Suécia, sob o reinado de Gustavo Adolfo, em 1619, criou a Companhia de Comércio da Suécia para extrair, controlar e comercializar, primeiramente, o cobre e, mais tarde, o ferro. Apesar de disponibilizar muito mais do minério de cobre do que do ferro a nível mundial, pois as jazidas de ferro estavam disseminadas por toda a Europa, a Suécia possuía uma grande vantagem quanto a pureza do minério de ferro. A vantagem de garantia de qualidade do produto colocava a Suécia em posição extremamente forte.

Sob este aspecto argumenta Wallerstein que a Suécia “conseguiu concorrer, e muito eficazmente, tirando partido de uma questão de sorte e transformando-a numa vantagem sócio-econômica”<sup>216</sup>. A participação do Estado foi crucial para a ascensão da Suécia, segundo Wallerstein. Diz este autor,

A extração do ferro remontava na Suécia pelo menos ao século XII. Já então a fina qualidade do seu ferro maleável, o osmund, era conhecida em toda a Europa. Foi Gustavo Vasa o primeiro que, na primeira metade do século XVI, se irritou ao ver que o osmund de baixo preço era exportado para a Alemanha, para ser forjada em barras de alto preço. Para acabar com esta fuga de recursos, mandou vir técnicos alemães e criou forjas na Suécia. Apesar disso, continuou a produzir-se mais osmund que ferro em barra. O osmund representou dois terços da produção até ao período de 1600 a 1650, altura em que a proporção de ambos se equilibrou. Lançou-se uma indústria de aço. A passagem da extração de osmund para a forja de ferro em barra exigiu um investimento de capital considerável, em boa parte adiantado pelo rei<sup>217</sup>.

A política sueca era uma política consciente de imperialismo econômico. Além da expansão político-comercial, a Suécia concentrou esforços no comércio marítimo e na frota mercante. Contudo, os recursos eram insuficientes para manter sua posição ao longo prazo. “A Suécia tinha uma população muito escassa em termos europeus e, portanto, uma pequena base financeira para o seu aparelho de Estado”<sup>218</sup>. Isto se tornou claro principalmente nas sucessivas guerras do início do século XVIII quando o Estado sueco mostrou não comportar mais o financiamento de um Império.

Wallerstein identifica uma tendência peculiar nos exemplos de alterações do *status* dos Estados: a mobilidade do capital, ou seja, a forma pela qual os detentores do capital começam a mudar a localização dos seus investimentos em razão da decadência de uma área geográfica. Neste sentido, há duas formas de transferência de capital: a) a transferência para uma zona geográfica com melhores perspectivas econômicas, e b) a transferência na mesma zona para

<sup>216</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 207.

<sup>217</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 207.

<sup>218</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 215.

unidades de produção com maiores taxas de lucro, ou devido a taxas de exploração mais elevadas<sup>219</sup>.

Diante disso, verifica-se que o movimento ascendente ou descendente no sistema interestatal depende, sobretudo, da forma como o Estado controla e manipula o excedente do valor gerado tanto em território nacional como de suas possessões coloniais, ou como parte integrante da cadeia mercantil.

Neste sentido, o que se verifica é uma certa dependência e a manutenção desta dependência, uma vez que ela favorecia a posição dos Estados, principalmente dos Estados centrais e semiperiféricos. Concomitante a este aspecto, percebe-se uma característica marcante nos principais Estados levantados anteriormente: a questão do protecionismo econômico, sobretudo nos Estados fortes descrito por Wallerstein. Assim, parece notório que o Estado tenha se tornado a força propulsora do capitalismo.

Percebe-se também que as características levantadas sobre o Estado não se restringe a todos os Estados, mas, sobretudo aos europeus no curso do desenvolvimento da economia-mundo, fenômeno do século XVI. Estas características foram se expandindo na medida em que a lógica estrutural do sistema capitalista (acumulação de capital) se intensifica e surge a necessidade da reestruturação geográfica de uma nova divisão social do trabalho.

---

<sup>219</sup> WALLERSTEIN, I. Op. cit., 1974, vol. II, p. 200.

## **CAPÍTULO 4 – A TRANSFERÊNCIA DE OURO PELAS CADEIAS MERCANTIS DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: A RELAÇÃO ANGLO-PORTUGUESA E A CONTRIBUIÇÃO DO BRASIL**

### 4.1 Considerações Contextuais

Verifica-se que a descoberta de ouro e prata na periferia atlântica e o influxo de destes metais na Europa condicionou a uma crescente monetarização na economia-mundo capitalista. Supõe-se, por outro lado, que esta descoberta acelerou a “substituição” de uma diversidade de padrões de “commodities” ou moedas-mercadoria para um padrão com base em metais preciosos, principalmente o ouro, e sob a égide de um Estado hegemônico, o metal precioso tornou-se reconhecidamente como “moeda forte”.

Tais acontecimentos podem corresponder a algumas regras tendenciais de uma economia-mundo capitalista, a saber: certa polarização nas relações interestatais, em que prevalece uma divisão do trabalho e da produção mundial hierarquizadas, expressando as relações de forças desiguais entre os Estados da economia-mundo. Essas relações interestatais vêm sendo alternadas desde o século XVI com o florescimento do capitalismo histórico.

Ao longo do tempo, o capitalismo histórico avançou regularmente integrando novos territórios em cadeias mercantis, expandindo a divisão social do trabalho que se tornou cada vez mais funcional e polarizada. Sob este aspecto, pretende-se neste capítulo identificar as relações anglo-portuguesas, analisar em que medida estas relações expressaram este fenômeno e se há a participação da periferia atlântica, sobretudo o Brasil, nas cadeias mercantis.

### 4.2 A relação anglo-portuguesa e a participação da periferia atlântica sul

A expansão marítima dos países europeus, durante o século XV, originou-se de empresas comerciais com estreito vínculo com o Estado Absolutista<sup>220</sup>. O fenômeno de

---

<sup>220</sup> O fenômeno de formação de Estados Absolutistas espalha-se, a partir do século XV, para a Espanha, França e Inglaterra. ANDERSON, P. **Linhagens do estado absolutista**. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

centralização do poder do Estado, dando origem ao Estado Absolutista, espalhou-se por quase toda a Europa durante esse período. Com o surgimento dessa nova forma de governo, tornou-se necessário uma estrutura organizacional interna tanto para administrá-la como para financiá-la. Desenvolveram-se, a partir de então, relações internas entre a burguesia mercantil e o Estado fortalecido. A lógica dessa aliança residiu na idéia de que, com a expansão do comércio, o Estado acumularia mais riqueza e portanto mais poder; e os burgueses mercantilistas, por outro lado, com um Estado mais influente poderiam garantir segurança e rentabilidade às rotas marítimas, assegurando um monopólio comercial<sup>221</sup>.

Com o fortalecimento do Estado, ocorreu uma grande expansão européia marítima no Atlântico. A descoberta de novas rotas marítimas e do continente americano pelos países ibéricos fez acentuar as explorações, assim como as zonas de colonização e as feitorias comerciais entre os países europeus. Esse fenômeno deu origem ao comércio de mercadorias em escala mundial, uma vez que incorporou novas regiões aos domínios da Europa, expandindo, a partir de então, para uma verdadeira economia-mundo.

O período de descobrimento do atlântico continental corresponde à primeira fase do ciclo sistêmico de acumulação, o CSA genovês, descrita por Arrighi. Nesse período a priori, não havia muito interesse por parte dos países ibéricos em colonizar as novas terras. Presume-se que, grosso modo, colonizar essa região envolveria o estabelecimento de feitorias comerciais como praticavam os italianos no Mediterrâneo<sup>222</sup>. Desta forma, o que passou a interessar aos países colonizadores do novo mundo foi a extração do pau-brasil, uma planta nativa semelhante a outra conhecida no Oriente pelo material corante utilizado na tinturaria.

A partir da exploração predatória e irregular do pau-brasil, que concedia margem de lucro considerável na Europa<sup>223</sup>, surgiram os primeiros estabelecimentos coloniais, feitorias com armazéns para guardar a madeira, no litoral brasileiro; além da exploração portuguesa, autorizada pela Coroa, houve também a exploração ilegal francesa, ameaçando o monopólio português. O ciclo do pau-Brasil, como é conhecida, não se prolongou por muito tempo, mas continuava a ser procurada pelos centros têxteis europeus<sup>224</sup>.

---

<sup>221</sup> Segundo Arrighi a emergência e expansão do capitalismo dependiam do poder estatal. Tilly, citado por Arrighi confirma isso também: “o capitalismo e os Estados nacionais cresceram juntos, e é de se presumir que tenham dependido um do outro de algum modo (...)”. ARRIGHI, G. Op. cit., 1994. p. 32.

<sup>222</sup> PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 16.

<sup>223</sup> PRADO JR., C. Op. cit. p. 25.

<sup>224</sup> PINTO, V.N. Op. cit., p. 204.

O período de transição das feitorias litorais para as plantações açucareiras e daí para o nascimento dos primeiros povoados traduziu-se pelo aparecimento incipiente de uma economia monetária e nova relação de trabalho, a princípio com nativos e, em seguida, o tráfico negroiro.

A partir do século XVI a nova colônia portuguesa começou a ganhar importância em função das condições de clima e de solo favoráveis para o cultivo da cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar era produto de grande importância no comércio internacional e sua refinação e comercialização era monopólio veneziano<sup>225</sup>. Esse monopólio era abastecido pela produção das colônias venezianas em parte do Mediterrâneo e do Egito. O elevado preço mantido pelos refinadores venezianos estimulou outros produtores a entrarem no mercado açucareiro na medida em que novas regiões produtoras foram sendo descobertas<sup>226</sup>.

A descoberta pelos portugueses de novas regiões que apresentavam boas condições ao cultivo da cana-de-açúcar, tais como as Ilhas Madeira<sup>227</sup>, Açores, e mais tarde o Brasil, favoreceu o rompimento do monopólio veneziano<sup>228</sup>. As empresas colonizadoras portuguesas, levantando recursos tanto em Portugal como na Holanda<sup>229</sup>, iniciaram o cultivo da cana-de-açúcar no território brasileiro. Assim, o Brasil começa a fazer parte do processo de ampliação da economia-mundo capitalista quando ainda colônia de Portugal. A quebra do monopólio veneziano, fez com que os consumidores passassem a ter acesso mais barato ao produto, causando um aumento na demanda mundial.

O ciclo do açúcar<sup>230</sup> no Brasil correspondeu ao início do século XVI até meados do fim do século XVII. Durante este período, o Brasil foi o maior produtor mundial de açúcar<sup>231</sup>, favorecido pelas ótimas condições climáticas, e Portugal elevado à condição de maior exportador. O açúcar que chegava à Europa tinha várias procedências. Subsistia na Europa o açúcar

<sup>225</sup> Segundo Magalhães Filho, o açúcar chegou ao Mediterrâneo por meio dos comerciantes árabes, no século VII, havendo registros de importações de açúcar por Veneza em 996. Desde então, os comerciantes venezianos assumiram o controle do comércio de açúcar, aprimorando técnicas de produção, em suas colônias do Mediterrâneo, e de refinamento. Essas técnicas favoreceram o monopólio veneziano permitindo-lhes manter elevado o preço do açúcar na Europa. MAGALHÃES FILHO, F. de B. B. **História Econômica**. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 191. p.188.

<sup>226</sup> MAGALHÃES FILHO, F. de B. B. Op. cit., p. 189.

<sup>227</sup> A título de ilustração, na ilha da Madeira produzia-se inicialmente, em 1454, cerca de 6000 arrobas de açúcar, alcançando em 1520, 300.000 arrobas. (Obs. 1 arroba equivale a 12 Kg) GODINHO, V.M. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). Revista de História e Sociologia da FFLCH/USP, n. 15, jul.-set. 1953.

<sup>228</sup> FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000. Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro. p. 35. Ver também a nota de rodapé n.4, da mesma página.

<sup>229</sup> PRADO JR. C. Op. cit. p. 32.

<sup>230</sup> Em verdade, durante este período, o Brasil produzia e fornecia tabaco, além do pau-brasil, ao mercado mundial. Contudo, o açúcar desempenhava um papel em primeiro plano no conjunto econômico.

<sup>231</sup> Segundo Godinho, entre 1610 a 1620, as exportações de açúcar para Lisboa foi de 700 a 750.000 arrobas, e entre 1645 a 1670, a produção de açúcar no Brasil atinge 1.400.000 arrobas. Cf. GODINHO, V.M. Op. cit., 1953, p. 73.

produzido parte no próprio continente, na Ásia e em colônias africanas; sendo o Brasil o fornecedor da maior parte do açúcar mundial.

Contudo, a indústria europeia do açúcar se desenvolveu fora de Portugal. Os maiores beneficiados nessa cadeia mercantil foram os industriais flamengos e holandeses que começaram a refinar o açúcar, passando a financiar cada vez mais a expansão da capacidade produtiva portuguesa através de instalações de engenhos para a moagem da cana e das atividades comerciais de exportação<sup>232</sup>. De acordo com Mauro, em Amsterdam “a refinação constitui uma indústria importante: é ela que envolve maior quantidade de capitais, entre 1650 e 1660”<sup>233</sup>. A maior parte da renda gerada pela economia açucareira dirigia-se para a metrópole holandesa.

Neste sentido, percebe-se que a oligarquia capitalista holandesa não se eximiu da participação na parcela de poder que se formava. Tanto não se eximiu que teve grande participação na política europeia e mundial, com forte participação em redes comerciais e financeiras. As Províncias Unidas mantiveram um sistema de expansão por um longo tempo, fundado na expansão comercial ultramarina, com capacidade militar naval superior para sua época e com uma forte formação de redes de comércio e navegação, de capital acionário vinculadas ao Estado.

Embora não se possa eximir os fatores políticos desse período na Europa<sup>234</sup>, marcada por disputas monárquicas entre Espanha, Províncias Unidas e Portugal, que motivaram a transferência do cultivo da cana-de-açúcar para fora do território brasileiro, Portugal e suas colônias foram perdendo o posto de maior exportador na medida em que novos concorrentes foram surgindo na América Central e nas Antilhas. Os elevados preços alcançados pelo produto através da intermediação portuguesa, durante as constantes disputas monárquicas europeias<sup>235</sup>,

<sup>232</sup> MAGALHÃES FILHO, F. de B.B. Op. cit., p. 189.

<sup>233</sup> MAURO, F. **A economia europeia e o Atlântico Sul nos séculos XVII e XVIII** (Brasil e Portugal). In.: \_\_\_\_\_. Nova história e novo mundo. 3.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973. p. 109.

<sup>234</sup> Com o perecimento do rei de Portugal D. Sebastião, que não tinha descendente, em 1578, Felipe II da Espanha e dos Países Baixos, filho de Carlos V e Isabel de Portugal, e o mais próximo herdeiro da Coroa portuguesa, fez-se valer de seus direitos. Felipe II reinou Portugal até 1598, violentando o espírito nacional português. Após sua morte, sucedeu-lhe o trono, seu filho, Felipe III, de 1598 a 1621, e este sucedido por Felipe IV, neto de Felipe II, de 1621 a 1665. A Coroa portuguesa ficou sobre o domínio da Coroa espanhola por ligação dinástica por 60 anos, aproximadamente, até 1640, sendo sucedida por D. João IV, o Restaurador, após a revolução de 1640, dando origem à dinastia Bragança.

<sup>235</sup> A coroa dos Países Baixos (Flandres, Holanda, Brabante, Guéldria) esteve nas mãos do Imperador Carlos V até 1558. Carlos V também manteve sob seu Império a Áustria, a Alemanha, a Espanha e suas colônias, tornando-se rei desta última de 1516 a 1556, passando a Espanha e os Países Baixos sob a mesma autoridade. Durante o reinado de Carlos V a administração dos Países Baixos manteve sua autonomia, mesmo sob pressão dos interesses espanhóis. Com sua abdicação, parte de seus domínios passou para seu filho Felipe II, rei da Espanha, que defendeu mais os



estimularam novos produtores a investir na plantação de cana-de-açúcar em suas colônias nas Antilhas, cujo financiamento era realizado muitas vezes por capitalistas europeus de origem inglesa e francesa.

A avançada técnica de produção açucareira da nova região favoreceu ainda mais a baixa do preço do açúcar, marginalizando a posição brasileira no mercado europeu<sup>236</sup>. A produção e as exportações brasileiras começaram a cair, afastando ainda mais os financiadores estrangeiros. Tal situação relegou a economia da colônia à agricultura de subsistência, com baixo índice de produtividade. Lentamente, a colonização portuguesa precisou avançar rumo ao interior com o objetivo de procurar novas riquezas, dando origem ao fenômeno conhecido por bandeiras<sup>237</sup>.

Ao perder a cooperação comercial e financeira das Províncias Unidas<sup>238</sup> Portugal compreendeu que para sua sobrevivência como metrópole semiperiférica deveria se aliar a algum outro Estado que lhe oferecesse maiores vantagens; de preferência reforçar sua aliança com a Inglaterra com quem já estava ligada politicamente. A relação entre os dois países começa no

---

interesses espanhóis, prejudicando a burguesia flamenga e holandesa. Parte desse desconforto foi intensificado por questões religiosas, pois as camadas burguesas dos Países Baixos haviam aderido à reforma protestante enquanto que a Espanha permanecia católica. As lutas internas e contra as forças espanholas iniciaram em 1566 e duraram até aproximadamente o começo do século XVII. Entre 1609 a 1621, houve uma trégua entre a Espanha e a Holanda que tornou possível os capitalistas flamengos e holandeses fomentarem a expansão da produção açucareira no Brasil, uma vez que havia se esgotado nas ilhas portuguesas; e o domínio espanhol sob Portugal, em 1580, facilitou em parte a expansão. Em 1621 voltou o estado de guerra entre a Espanha e a Holanda, privando os refinadores holandeses ao acesso à fonte de matéria-prima. Os refinadores holandeses não querendo mais ter problemas e prejuízos por carência de matéria-prima deslocaram a produção de cana-de-açúcar para fora do controle português e do Brasil, dando início à produção nas Antilhas. Foi nesse período também, aproximadamente entre 1624 a 1654, os holandeses invadem e ocupam temporariamente o Nordeste brasileiro, para assegurar o suprimento da matéria-prima para suas indústrias. A Espanha reconhece a independência das Províncias Unidas com o Tratado de Vestfália em 1648. Fonte: MAGALHÃES FILHO, F. B. B. Op. cit.; ALENCAR, F. et al; **História da sociedade brasileira**. 17.ed. Rio de Janeiro: ao Livro Técnico, 1996.; AQUINO, R. S. L. et al. **História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais**. 36.ed. Rio de Janeiro: ao Livro Técnico, 1997.

<sup>236</sup> Para se ter uma idéia do preço que o açúcar alcançou, Godinho demonstra que: em 1650 a arroba era vendida, em Lisboa, por 3.800 réis; em 1659, atingiu 3.600 réis; em 1668, 2.400 réis, com baixa de 33% em 9 anos. 20 anos mais tarde, em 1688, a arroba valia 1.300 a 1.400 réis, com baixa de 41%. O fenômeno se agrava uma vez que o custo da produção aumenta no Brasil com a alta do preço dos escravos, em função da concorrência dos compradores antilhanos no mercado negreiro. GODINHO, V.M. Op. cit., 1953, p. 74.

<sup>237</sup> As bandeiras eram expedições privadas e armadas que tinham como objetivo principal a escravização de índios e a procura de metais preciosos. Os bandeirantes também foram responsáveis pela expansão dos limites do Brasil além do território português, na parte espanhola.

<sup>238</sup> Este não foi o único motivo que levou Portugal a se aliar à Inglaterra. Portugal, entre os séculos XVII-XVIII, viu-se pressionado pelas principais potências européias, a Espanha, a Holanda, a Inglaterra e a França, em função de disputas monárquicas. Não se pretende fazer uma abordagem histórica minuciosa sobre este assunto, mas apenas situar o leitor sobre o fato, para maiores detalhes ver: PINTO, V.N. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.; e outros autores citados no presente trabalho no que se refere a história das relações anglo-portuguesas.

século XIV, quando João I, rei de Portugal, recebeu auxílio da Inglaterra contra invasores castelhanos, aproximadamente em 1373, estabelecendo aliança através do Tratado de Windsor<sup>239</sup>.

Ocorre que as relações anglo-portuguesas foram reforçadas entre 1580 a 1640, período marcado pelo domínio espanhol em Portugal, e durante a Guerra da Restauração, entre 1641 a 1668<sup>240</sup>. Ainda durante este período, a Inglaterra conseguiu do reino de Portugal compensações comerciais em troca do apoio dado ao restabelecimento do trono português. O apoio político inglês e o reconhecimento de Portugal como independente foi contrabalançada por concessões econômicas que se tornariam onerosas a Portugal, reduzindo substancialmente sua capacidade econômica.

De acordo com Manchester, os tratados de 1642, 1654 e 1661, concederam privilégios de navegação e comércio aos ingleses, com permissão para manter comerciantes residentes em Goa, Cochim e Diu, no Oriente; no Brasil, na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro; além de todas as Índias Ocidentais portuguesas<sup>241</sup>. Em troca, a Inglaterra prometia fornecer tropas e navios, garantindo auxílio e assistência caso Lisboa ou Porto fossem sitiados. Uma cláusula secreta garantia ainda defender as possessões ultramar portuguesas contra todos os inimigos.

Pelo Tratado de 1642, sob reinado de Carlos I, os portos de Portugal e das possessões coloniais da África e do Oriente eram abertos aos navios ingleses, concedendo privilégios especiais aos comerciantes ingleses residentes em Portugal, além de estipular a obrigatoriedade para Portugal adquirir os navios ingleses<sup>242</sup>. O Tratado de 1654, de regime preferencial<sup>243</sup>, foi igualmente vantajoso aos ingleses, tornando-se a Magna Carta dos comerciantes ingleses

---

<sup>239</sup> Para detalhes ver: MANCHESTER, A.K. **Preeminência inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973. Original em inglês é de 1933.

<sup>240</sup> A Guerra da Restauração, também conhecida como revolta anti-espanhola, durou aproximadamente 28 anos. Portugal teve de sustentar a guerra contra os espanhóis, com a ajuda dos franceses, holandeses (enquanto estes travavam guerra com a Espanha) e suecos, mas sobretudo dos ingleses, para restabelecer a independência do seu território e parte de suas colônias, inclusive o Brasil. Essa guerra foi resultado da coroação, em 1580, de Felipe II. Cf. SODRÉ, N.W. **O Tratado de Methuen**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957. SIDERI, S. **Comércio e poder**. Lisboa: Edições Cosmos, 1978.; MANCHESTER, A.K. Op. cit., 1973.

<sup>241</sup> MANCHESTER, A.K. Op. cit., 1973, p. 30. SODRE, N.W. Op. cit., 1957. SIDERI, S. Op. cit., 1978.

<sup>242</sup> Para detalhes sobre os tratados anglo-portugueses ver: MANCHESTER, A.K. Op. cit., 1973.

<sup>243</sup> Os produtos ingleses não poderiam ultrapassar 23% de impostos cobrados, destes seriam: 10% de dízima, 10% para a sisa, 3% para o consulado, um direito alfandegário criado em 1592 para custear as despesas com os navios afundados ou capturados.

residentes em Portugal, permitindo a eles o comércio com as colônias, inclusive o Brasil; além de já permanecer os acordos do Tratado anterior<sup>244</sup>.

O Tratado de 1661 foi celebrado em ocasião do casamento de Catarina de Bragança, filha de D. João IV (o restaurador do trono português), com Carlos II, da Inglaterra. Além de reafirmarem os acordos celebrados nos tratados anteriores, incluiu-se uma cláusula no qual a Inglaterra garantia à Portugal o apoio contra qualquer ataque espanhol e a sua ajuda na defesa das colônias portuguesas no Oriente, tais como Bombaim e Tanger, cedidas como dote de casamento; e a autorização de quatro famílias inglesas em cada uma das capitânicas do Brasil<sup>245</sup>. Estes três Tratados possibilitaram aos comerciantes ingleses o acesso às possessões portuguesas e o acesso ao comércio com o Oriente.

Mesmo com estes Acordos a importância de Portugal e do Brasil no comércio inglês não era tão promissora até o final do século XVII. De acordo com Fisher, nos anos de 1662-63 e 1668-69, as exportações de Londres para Portugal atingiam uma média de £156.000, enquanto as importações de Londres atingiam cerca de £77.000. O comércio anglo-português consistia na troca de lanifícios, especialmente sarjas e baetas, por açúcar do Brasil e por azeite, vinho e frutas portuguesas<sup>246</sup>. Entre as décadas de 1670-80 as exportações inglesas ao Brasil e à Portugal acusam níveis inferiores ao período anterior, em função do aumento da produção de açúcar em outras regiões e da grande concorrência deste produto.

Contudo, apesar do Brasil estar enfrentando uma crise na produção açucareira, o quadro comercial das relações anglo-portuguesas mudaria com a nova fase da economia colonial, em meados de 1690: a descoberta de metais preciosos, principalmente o ouro.

A descoberta de minas de ouro determinou grandes transformações não só para a periferia atlântica mas para toda a economia-mundo capitalista, interessando inclusive a vários estudiosos da economia daquela época. Uma dessas grandes transformações é que a descoberta de ouro financiou a expansão demográfica para o interior do Brasil. Mas, a maior dessas transformações ocorreu na Inglaterra que foi amplamente beneficiada com o ciclo do ouro brasileiro. Como resultado dos tratados celebrados anteriormente e dessa nova fase econômica pôde impulsionar o desenvolvimento manufatureiro interno, possibilitando grande flexibilidade

<sup>244</sup> SODRE, N.W. Op. cit., 1957, p. 17.; Ver também: MANCHESTER, A.K. Op. cit., 1973.; PINTO, V.N. Op. cit., 1979.

<sup>245</sup> MANCHESTER, A.K. Op. cit., 1973.; SODRE, N.W. Op. cit., 1957.; SIDERI, S. Op. cit., 1978.

<sup>246</sup> FISHER, H.E.S **De Methuen a Pombal**: o comércio anglo-português de 1700 a 1770. Portugal: Gradiva, 1984. p. 23.

na capacidade exportadora e na concentração de capitais. Desta forma, pôde promover os sistema financeiro inglês na Europa<sup>247</sup> e transferir o centro financeiro de Amsterdam para Londres.

O principal instrumento que permitiu a grande expansão da economia inglesa através do ouro descoberto em terras brasileiras foi o Tratado de Methuen, de 1703. Este Tratado permitiu a intensificação e maior internalização do comércio anglo-português nas cadeias mercantis, beneficiando a transferência desse metal para a Inglaterra.

O Tratado de Methuen era sucinto e lacônico. Na íntegra resume-se a três artigos:

Artigo 1º – Sua Sagrada Majestade El-Rei de Portugal promete, tanto em seu próprio Nome, como no dos Seus Sucessores, admitir para sempre de aqui em diante, no Reino de Portugal os panos de lã e mais fabricas de lanifícios de Inglaterra, como era costume até o tempo em que foram proibidos pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário.

Artigo 2º – É estipulado que Sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em Seu Próprio Nome, e no de Seus Sucessores, será obrigada para sempre, de aqui em diante, de admitir na Grã-Bretanha os vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja paz ou guerra entre os Reinos de Inglaterra e de França) não se poderá exigir direitos de Alfândega nestes vinhos, ou debaixo de qualquer outro titulo direta ou indiretamente, ou sejam transportados para Inglaterra em pipas, tonéis ou qualquer outra vasilha que seja, mais que o que se costuma pedir para igual quantidade ou medida de vinho de França, diminuindo ou abatendo uma terça parte do direito do costume.

Porém, se em qualquer tempo esta dedução ou abatimento de direitos, que será feito, como acima é declarado, for por algum modo infringido e prejudicado, Sua Sagrada Majestade Portuguesa poderá justa e legitimamente proibir os panos de lã e todas as mais fabricas de lanifícios de Inglaterra.

Artigo 3º – Os Exmos. Senhores Plenipotenciários prometem e tomam sobre si, que Seus Amos acima mencionados ratificarão este tratado, e que dentro do termo de dois meses se passarão as ratificações<sup>248</sup>.

Este Acordo não deixou de causar polêmica desde a sua celebração, tanto do lado português como do lado inglês<sup>249</sup>. Mas, segundo Sodré, a grande corrente adversa ao Acordo de Methuen, e a responsável pela discussão levantada ainda hoje, é a da corrente francesa. Não é de

<sup>247</sup> FURTADO, C. Op. cit. p. 31.

<sup>248</sup> SODRÉ, N.W. Op. cit., 1957. p. 9-10.

<sup>249</sup> Foram levantadas suspeitas de suborno a portugueses que incluíam desde padres a secretário de Estado. Estas acusações foram confirmadas por John Methuen em prestações de contas ao Parlamento inglês. Cf. SODRE, N.W. Op. cit., 1957, p. 10-11. Adam Smith também criticou este acordo, considerando-o desvantajoso à Inglaterra. Diz este autor que: “por força desse tratado, a Coroa de Portugal se obriga a admitir a importação das lãs inglesas na mesma base que antes da proibição, isto é, não aumentar as taxas que tinham sido pagas antes desse período. Entretanto, não é obrigado a admitir tais produtos em termos mais favoráveis do que os de qualquer outra nação, por exemplo, da França ou da Holanda. Ao contrário, a Coroa da Grã-Bretanha se obriga a admitir os vinhos de Portugal, recolhendo apenas 2/3 das taxas alfandegárias que recolhe pelos vinhos da França, que com maior probabilidade concorrerão com os portugueses. Sob esse aspecto, portanto, esse tratado é evidentemente vantajoso para Portugal e desvantajoso para a Grã-Bretanha. Não obstante isso, o referido tratado tem sido enaltecido como uma obra-prima da política comercial da Inglaterra”. SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Coleção os economistas. Vol.II., p. 49.

se admirar que seja a França a maior responsável por tal discussão, uma vez que este acordo prolongou a animosidade anglo-francesa<sup>250</sup>.

Com o Tratado a Inglaterra conseguiu de Portugal a revogação de algumas medidas protecionistas. O vinho português<sup>251</sup>, por exemplo, pagaria baixo imposto alfandegário para entrar na Inglaterra, assim como os tecidos e os produtos manufaturados ingleses teriam idênticos privilégios nas alfândegas portuguesas. Os principais produtos de exportação nacional português concentravam-se em vinho, sal, frutos, azeite, e também a reexportação de gêneros coloniais.

Segundo Furtado, a Inglaterra se aliou a grupos dominantes de Portugal, na maioria produtores e exportadores de vinhos, com o objetivo de derrogar a política protecionista portuguesa<sup>252</sup>. Para Godinho é o início do “ciclo dos proprietários das vinhas”, pois os ministros mais influentes em 1703 eram o duque de Cadaval, presidente do Conselho da Justiça e o ministro mais importante, o marquês de Alegrete, presidente do Conselho de Finanças, ambos grandes proprietários agrícolas de vinha<sup>253</sup>. Talvez, um outro interesse também estivesse no fato de que alguns ingleses eram proprietários de vinhas em Portugal e, muitas vezes, financiavam outros produtores e o próprio comércio de vinhos neste país; embora não haja registros deste período, apenas do período subsequente, mas há afirmações de alguns autores<sup>254</sup>.

---

<sup>250</sup> SODRE, N.W. Op. cit., 1957, p. 10-12.

<sup>251</sup> A título de ilustração, o preço de um tonel de vinho importado na Inglaterra por um comerciante britânico num navio britânico, em 1685, não variava muito para a França, Portugal e Espanha, sendo respectivamente £18. 6s., £18. 11s. e £19. 7s. Em 1697, a taxa aplicada aos vinhos franceses aumentara para £53. 1s. por tonel, enquanto os vinhos portugueses e espanhóis pagavam £22. 12s. e £23. 8s., respectivamente. Já com a assinatura do Acordo de Methuen, em 1703, os vinhos portugueses se beneficiaram em mais de 50% de preferência aduaneira. Esta taxa durou entre 1703-04 quando ocorreram novos aumentos das taxas aduaneiras e os vinhos alcançaram £57. 6s., £26. 13s. e £27. 9s. o tonel para os vinhos franceses, portugueses e espanhóis, respectivamente. Cf. FISHER, H.E.S. Op. cit., 1984, p. 49-50.

<sup>252</sup> FURTADO, C. Op. cit. p. 86.

<sup>253</sup> GODINHO, V.M. Op. cit., 1953, p. 80.

<sup>254</sup> Cf. VILAR, P. Op. cit., p. 279. A colônia inglesa em Portugal era bastante numerosa e bem organizada, até já havia fundado, no Porto, um sindicato inglês, designado por feitoria e destinado a realizar a exportação de vinhos. A lista de súditos britânicos residentes em Lisboa abrangia “cento e dois à testa de escritórios de comércio, tendo na maior parte associados e caixeiros (...); quatro médicos e cirurgiões e um boticário; quantidades de outros, pequenos lojistas, alfaiates, sapateiros, cabeleireiros. (...) Não era só no comércio que a preponderância dos ingleses se fazia sentir; eles abundavam também nas profissões mecânicas: tanoeiros, sapateiros, alfaiates, cabeleireiros e até engomadeiras”. SODRE, N.W. Op. cit., 1957. Sob este aspecto ressalta Fisher que “houve também um pequeno mas crescente volume de investimentos de capital em Portugal, nomeadamente na indústria vinícola do Douro. A primeira prova data de 1735 e refere-se a uma vinha, parte da propriedade de Birkhead Pratt, comerciante inglês falecido, enquanto, em 1744, Bartholomew, Bearsley and Company possuía algumas adegas para armazenamento de vinhos na aldeia de Salgueiral, perto da Régua. Em 1758 afirmou-se que “os ingleses possuem [...] vinhas próprias compradas [no Alto Douro]” e em 1764 que haviam construído “casas de alambiques na região dos vinhos, adquirindo algumas terras”. FISHER, H.E.S. Op. cit., p. 192.

Ademais, os ingleses mantinham o monopólio sobre o comércio internacional, e todo o transporte comercial entre a Inglaterra e Portugal era realizada por companhias de navegação inglesas; assim como os serviços especiais de transação de ouro e prata oferecidos por casas inglesas situadas em Lisboa<sup>255</sup>. Conforme Sodré, os “ingleses da Inglaterra mandavam fazendas inglesas, por navios ingleses, aos ingleses de Portugal; e de cá mandavam estes, nos mesmos navios, o vinho que compravam e o ouro que recebiam”<sup>256</sup>.

Neste sentido, o Acordo de Methuen estimulou os investimentos britânicos em Portugal. Segundo Sodré,

os capitais aplicados no comércio de vinhos se desenvolveram e, com isso, extremaram-se as relações entre os comissários ingleses do Porto e os lavradores lusos. A forma mais comum de controle do mercado interno, que aqueles exerciam, fixando os preços, estava no sistema de financiamento, no crédito em suma, a grande arma capitalista que, manejada por quem dela dispunha, em relação à que não dispunham senão da terra ou do trabalho, seu e de outrem, produzia excelentes resultados em moeda (...) <sup>257</sup>.

Por outro lado, argumenta-se que o Acordo de Methuen debilitou a incipiente indústria portuguesa, tornando-a dependente dos produtos manufaturados ingleses. O mercado garantido de vinho fez com que produtores portugueses se dedicassem apenas ao vinho e abandonassem o cultivo de outras culturas alimentícias e de pesca; obrigado-os a importar bacalhau e cereais, principalmente trigo, provenientes da Terra Nova<sup>258</sup> sob domínio inglês. Para Furtado, o Acordo de Methuen debilitou o desenvolvimento manufatureiro português e também o desenvolvimento no Brasil. Diz o autor: “houvesse Portugal acumulado alguma técnica manufatureira, e a mesma ter-se-ia transferido ao Brasil, malgrado disposições legislativas em contrário, como ocorreu nos EUA”<sup>259</sup>.

Sodré, por sua vez, vê com cautela a questão do desenvolvimento da indústria portuguesa, pois para este autor não havia em Portugal, no período referente ao Acordo, ambiente propício ao desenvolvimento da indústria. Diz este autor que “essa indústria vinha se mantendo sempre em nível baixo. Sua antiguidade não lhe fornecia outros méritos. Atravessava fases tarifárias diversas, da franquia à proibição, e tais alternativas não tinham encontrado nela

<sup>255</sup> FISHER, H.E.S. Op. cit., 1984, p. 42.

<sup>256</sup> SODRE, N.W. Op. cit., 1957, p. 19.

<sup>257</sup> SODRE, N.W. Op. cit., 1957, p. 25.

<sup>258</sup> Região que hoje compreende o Canadá.

<sup>259</sup> FURTADO, C. Op. cit., p. 85.

correspondência. Nem se desenvolvera com a franquia nem se extinguiu de todo com a proibição<sup>260</sup>.

A posição de Sodré não é compartilhada por Pedreira. Este autor argumenta que em Portugal havia esforço em modelar a indústria nacional portuguesa e que isto de certa forma ocorreu. No período que antecede à celebração do Tratado de Methuen, na década de 1670, foram concebidos alguns projetos para a fundação de unidades industriais em Lisboa com a criação de manufaturas de vidros venezianos, com isenção fiscal e instalação concedida pelo Estado, assim como fomento à produção manufatureira de lanifícios<sup>261</sup>.

Contudo, conforme Pedreira, esse projeto enfrentou obstáculos de vários tipos: de um lado, a pressão da concorrência internacional; por outro, a resistência de grupos da aristocracia quanto às proibições internas de usos de panos estrangeiros, principalmente no que concerne a produtos de luxo; além da resistência do Santo Ofício e de pequenos produtores domésticos que não viam com bons olhos a política de fomento financiada principalmente por capitalistas tidos como cristãos-novos, judeus em sua maioria convertidos<sup>262</sup>. A resistência se fundamentava por interesses próprios de instituições e grupos portugueses, destes principalmente proprietários agrícolas, que de certa forma se atenuou com a celebração do Acordo de Methuen.

Ocorre que esse Acordo foi celebrado em um período de debilidade política e euforia econômica portuguesa, pois, ao mesmo tempo em que enfrentava um período de crise em função do fim do ciclo da cana-de-açúcar, presenciavam uma nova fase da descoberta aurífera que pôs fim às dificuldades monetárias internas. O Acordo, neste sentido, criava condições para que as relações se tornassem estáveis e duradouras entre os dois países. Mas, apesar disso, o fato é que a Inglaterra encontrou na economia luso-brasileira uma oportunidade de grande dimensão uma vez que o saldo de suas exportações poderia ser quitado em ouro o que permitiria à Inglaterra maior flexibilidade em operações nos demais mercados, europeu e oriental, e a concentração no desenvolvimento do seu setor manufatureiro.

Nesse período, a Inglaterra tornou-se um dos maiores parceiros comerciais de Portugal, essa importância foi destacada por Sideri ao citar um jornal da época, *The British Merchant*: “desde nosso tratado [de Methuen] com Portugal, temos alcançado volumes de

<sup>260</sup> SODRE, N.W. Op. cit., 1957, p. 30.

<sup>261</sup> PEDREIRA, J.M.V. **Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)**. Portugal: Difel, 1994. cap. I.

<sup>262</sup> PEDREIRA, J.M.V. Op. cit., cap. I.

exportação, no que respeita às manufaturas de lã, verdadeiramente espantosos para esse país, volumes nunca dantes atingidos, podendo considerá-los bem superiores aos que até agora realizamos com a própria França”<sup>263</sup>. No final do século XVII e começo do XVIII o comércio entre os dois países aumentou consideravelmente, sendo que só de exportações de produtos manufaturados ingleses para Portugal e Brasil aumentaram em mais de 120%, enquanto que as importações para a Inglaterra destes países não alcançaram nem 40%.

Quadro I – O comércio entre a Inglaterra e Portugal: 1698-1775  
(Médias anuais em milhares de libras)

Anos	Exportações para Portugal	Importações de Portugal	Saldo das exportações
1698-1702	355	200	155
1700-04	514	254	260
1701-05	610	242	368
1706-10	652	240	413
1711-15	638	252	385
1716-20	695	349	346
1721-25	811	387	424
1726-30	914	359	555
1731-35	1024	326	698
1736-40	1164	301	864
1741-45	1115	429	687
1746-50	1114	324	790
1751-55	1098	272	826
1756-60	1301	257	1044
1761-65	965	314	650
1766-70	595	356	239
1771-75	613	365	248

Fonte: FISHER, H.E.S. Op. cit., p. 34.

O comércio sempre teve peso considerável no desenvolvimento econômico inglês, sobretudo, na primeira metade do século XVIII, aproximadamente. Entre 1700 e 1770, o comércio anglo-português evoluiu surpreendentemente como se pode perceber no quadro acima levantado por Fisher. Durante as primeiras décadas do século XVIII verifica-se uma duplicação do valor das exportações da Inglaterra; entrando, em seguida, em uma fase de estabilidade, mas

<sup>263</sup> SIDERI, S. Op. cit., p. 75. Os valores das exportações da França, da Holanda e de Hamburgo para Portugal eram muito abaixo das da Inglaterra. Para se ter uma idéia, em 1729, as exportações francesas eram estimadas em cerca de 160.000 libras anuais, as holandesas e hamburguesas, respectivamente, em 82.500 e 55.000 libras, enquanto que no mesmo período as exportações inglesas para Portugal alcançavam 640.000 libras. Ver: FISHER, H.E.S. Op. cit.



com valor elevado, atingindo o máximo de £1.301.000 anuais de exportações entre 1756 a 1760. A partir da década de 1760, as exportações inglesas variaram consideravelmente.

Entre as exportações de produtos ingleses para Portugal, os têxteis eram os produtos mais importantes, alcançando cerca de 70% do total de exportações, ver quadro II. Os principais têxteis exportados eram os panos compridos, curtos e espanhóis, baetas simples, duplas e minikin, perpetuanas e sarjas, tecidos estambrados, meias de lã e estambrado, chapéus de feltro, de castor e de pele de castor, sedas e algodões. No caso das baetas, meias estambradas e chapéus, o aumento das exportações para Portugal aumentou cerca de 85%, 70% e 60%, respectivamente, entre 1706-10 e 1736-40.

Quadro II – Os principais têxteis ingleses exportados para Portugal: 1700-70  
(médias anuais)

Anos	Valor (milhares de libras)	Valor dos principais têxteis exportados em percentagem do total das exportações inglesas para Portugal
1700-04	358	70
1701-05	430	71
1706-10	463	71
1711-15	488	77
1716-20	555	80
1721-25	620	76
1726-30	729	80
1731-35	744	73
1736-40	871	75
1741-45	882	79
1746-50	848	76
1751-55	799	73
1756-60	1086	84
1761-65	709	74
1766-70	459	77

Fonte: FISHER, H.E.S. Op. cit., p. 209. Apêndice III.

Eram igualmente exportados vários tipos de comestíveis, entre os cereais predominavam o trigo, a cevada, a aveia, o malte e a farinha em quantidade significativa, que correspondiam cerca de 12% do total das exportações entre 1731-35. Os produtos como bacalhau, milho, farinha ou trigo, eram exportados para Portugal da Terra Nova e das colônias inglesa da

América do Norte, mas estas estatísticas, segundo Fisher, são muito omissas<sup>264</sup>. A atividade pesqueira na Terra Nova e o comércio dela também estavam concentrados nas mãos de comerciantes ingleses. Também se exportavam objetos de ferro forjado, pequenas quantidades de chumbo, de carvão, artigos de latão e cobre, entre outros produtos em menor quantidade.

Por outro lado, as importações oficiais inglesas de produtos portugueses seguiram um caminho bem diferente no mesmo período. Houve até aproximadamente 1715 um crescimento limitado nos valores das importações, mas durante todo o período entre 1700 a 1760, as importações de açúcar haviam diminuído e os vinhos passaram a predominar nas importações feitas pela Inglaterra. Do total das importações, o vinho representava, entre 1698-1710, acima de 69% e ultrapassando e mantendo a média de 80% a partir de 1715; o restante das importações era constituído de produtos primários, tais como frutas, azeite, sal e cortiça. Importava-se também das colônias portuguesas alguns produtos como o pau-brasil, marfim da África e peles de animais<sup>265</sup>.

Quadro III – Vinhos portugueses importados por Inglaterra: 1698-1770  
(médias anuais)

Anos	Milhares de tonéis	Valor (milhares de libras)	Valor das importações de vinhos em percentagem do total das importações de Portugal
1698-1702	6,6	142	71
1700-04	7,8	176	69
1701-05	8,0	173	71
1706-10	8,0	170	71
1711-15	7,7	217	86
1716-20	11,2	288	83
1721-25	13,1	326	84
1726-30	11,9	302	84
1731-35	11,5	287	88
1736-40	10,5	263	87
1741-45	13,1	367	86
1746-50	11,0	275	85
1751-55	9,2	230	85
1756-60	8,8	220	86
1761-65	10,5	257	82
1766-70	11,7	293	82

Fonte: FISHER, H.E.S. Op. cit., p. 209. Apêndice V.

<sup>264</sup> FISHER, H.E.S. Op. cit., p. 29 e seq. Ver sobretudo quadro XIV, p. 189, sobre o comércio entre a América do Norte inglesa e Portugal, no ano de 1770.

<sup>265</sup> FISHER, H.E.S. Op. cit., p. 29 e seq. Ver também: MAURO, F. O “Livro Razão” de Coelho Guerreiro. In. \_\_\_\_\_. Op. cit., 1973.

Entre os anos de 1700 a 1760, a Inglaterra, segundo estatísticas oficiais levantadas por Fisher, obteve saldo positivo em todas as suas transações comerciais com Portugal (verificar quadro I). Em nenhum momento, exceto antes de 1702, o saldo foi abaixo de £250.000 anuais, chegando a alcançar no final da década de 1750 uma média anual superior a £1 milhão. Além disso, de acordo com Fisher,

A Inglaterra beneficiava ainda todos os anos de somas consideráveis provenientes das suas trocas “invisíveis” com Portugal, principalmente o emprego de um capital cada vez maior de comerciantes ingleses no crédito concedido aos importadores portugueses de têxteis, a venda de bacalhau da Terra Nova por pescadores da costa ocidental da Inglaterra, a utilização de navios no comércio colonial e externo de Portugal e os variados interesses dos comerciantes ingleses que prevaleciam noutros setores do comércio e da vida econômica portuguesa<sup>266</sup>.

Estas formas de ganhos teriam contribuído amplamente para anular em certa medida os superávits oficiais ingleses até 1750. Estes superávits poderiam ser liquidados de três formas: primeiro através de investimentos ingleses; segundo, mediante pagamentos efetuados através de um terceiro país; e ainda com remessas de ouro e prata, ou as letras de câmbio feitas por Portugal<sup>267</sup>.

Como já se apontou anteriormente, alguns ingleses investiam em vinhas e em navios em Portugal, mas não em proporção significativa. Segundo Fisher, o mais “importante seria o plausível emprego, todos os anos, de parte dos rendimentos dos comerciantes ingleses no alargamento do crédito comercial concedido a cidadãos portugueses e no financiamento dos interesses ingleses noutros setores do comércio português”<sup>268</sup>.

Este processo verificava-se no comércio de vinhos e, principalmente, no comércio têxtil com Portugal, e este com o Brasil. O capital inglês anualmente investido no comércio têxtil com Portugal, incluindo o capital aplicado na atividade das firmas inglesas em Portugal, era bastante significativo. Segundo Fisher, existem duas estimativas das somas envolvidas, provavelmente muito abaixo do verdadeiro montante: a primeira, em 1729, no qual um comerciante inglês de Lisboa considerava que os ingleses tinham em Portugal um investimento de aproximadamente £675.000; um segundo dado, de 1758, diz que alguns comerciantes

---

<sup>266</sup> FISHER, H.E.S. Op. cit., p. 39.

<sup>267</sup> FISHER, H.E.S. Op. cit., p. 39.

<sup>268</sup> FISHER, H.E.S. Op. cit., p. 40.

londrinos achavam que o montante a ser saldado pelos portugueses correspondia a uma soma próxima a £2.500.000<sup>269</sup>.

No que concerne aos pagamentos efetuados através de um terceiro país, não há registros de que tenham sido realizados pagamentos via outro país europeu, levando a crer que Portugal mantinha uma balança comercial deficitária com todas as principais nações européias. Isto também é apontado por Mauro. Diz este autor que

Com os outros países europeus, as relações de Portugal parecem, mais ou menos, guardadas todas as proporções, idênticas àquelas com a Inglaterra. Isto é verdadeiro no referente à França, da qual conhecemos a balança comercial favorável com Portugal por volta de 1750, graças aos seus produtos têxteis. Isso é verdadeiro no referente à Holanda, onde a cotação do cruzado português baixou, na Bolsa de Amsterdã, nos fins do século XVII e até 1708, mantendo-se, em seguida, estável, indício da abundância de ouro português e, em consequência, de uma balança favorável com Portugal. Isto é verdadeiro, enfim, no referente à Espanha, onde a modificação da relação ouro-prata e a paralisação da queda dos preços indicam uma penetração, como em outras partes, do ouro português<sup>270</sup>.

A mais provável forma de liquidar o superávit comercial inglês era através de remessas regulares de ouro ou prata e compensações com letras de câmbio. Estes metais exerciam maior atração entre os comerciantes, uma vez que eram altamente standardizados e indestrutíveis, possuíam também elevado valor em relação ao volume que ocupavam e eram imediatamente renegociáveis. Neste sentido, o intercâmbio desigual acentuou o déficit comercial português e o escoamento de ouro aos países superavitários, principalmente a Inglaterra.

Normalmente, as negociações eram realizadas através dos acordos de crédito com os comerciantes portugueses e o tempo de pagamento destas negociações não ultrapassavam oito meses, sendo o mais comum o pagamento de um quarto ou um terço do total pagos a vista, e o remanescente pago em até 12 meses. De acordo com Fisher, os pagamentos eram feitos a consignadores na Inglaterra, em letras de câmbio sacadas sobre o agente da firma em Londres, sendo as letras sacadas a diferentes intervalos de tempo, segundo os termos do acordo com o comprador português, sendo as remessas em ouro ou em prata limitadas a um ou dois consignadores mais importantes<sup>271</sup>.

Segundo Fisher,

O principal fator da aquisição de letras de câmbio ou do envio de ouro ou prata era, como seria de esperar, o nível da taxa de câmbio entre o mil-réis e o esterlino. Quando a taxa se encontrava acima do

<sup>269</sup> FISHER, H.E.S. Op. cit., p. 92.

<sup>270</sup> MAURO, F. Op.cit., 1973, p. 115.

<sup>271</sup> FISHER, H.E.S. Op. cit., p. 114.

ponto de exportação do ouro de Portugal, certamente todas as remessas eram feitas em letras e, reciprocamente, quando o câmbio estava muito baixo, - quando as letras de câmbio sobre a Inglaterra eram muito caras -, todas as remessas eram feitas em ouro ou prata (...) Mas, quando a taxa de câmbio estava ao nível ou não muito abaixo do ponto de exportação do ouro de Portugal, como acontecia quase sempre, a prática dos comerciantes diferia radicalmente, fazendo algumas remessas em letras de câmbio e outras em ouro ou prata<sup>272</sup>.

Para a Inglaterra, o comércio com outra Nação além de Portugal significava saída de metais preciosos de seu território nacional. Neste sentido, para a Inglaterra interessava muito mais negociar com Portugal do que com outro estado, uma vez que o saldo comercial anglo-português era efetivado na sua maioria com metais preciosos, sobretudo o ouro, como se verá no item seguinte.

#### 4.3 A relação anglo-portuguesa e a transferência de ouro da periferia atlântica sul

Existem duas possibilidades reais de pesquisa para identificar a transferência de ouro brasileiro à Inglaterra, ou o caminho percorrido para tal transferência: a primeira é realizar o levantamento através do comércio luso-brasileiro; isto implicaria identificar a produção aurífera em território brasileiro. Este percurso permitiria reconstituir a segunda possibilidade que é através do comércio anglo-português. Mas, em verdade, há certa dificuldade em quantificar o ouro extraído em território brasileiro, do que se transportou à Portugal e do que foi desembarcado neste país, pois os números nem sempre revelam a parte sonogada ou contrabandeada<sup>273</sup> deste metal.

Sob o primeiro aspecto, o cálculo apresentado por diferentes autores geralmente é com base em duas fontes: o primeiro, através dos valores registrados pela cobrança de impostos<sup>274</sup>, principalmente o Quinto, feitos pela Coroa Portuguesa; mas, mesmo nesta forma

<sup>272</sup> FISHER, H.E.S. Op. cit., p. 140.

<sup>273</sup> GODINHO, V.M. Op. cit., 1953, p. 83 e seq. Simonsen afirma que o total dos contrabandos apreendidos igualava ao total dos impostos arrecadados. SIMONSEN, R.C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. 8.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978. p. 283.

<sup>274</sup> Além dos impostos já cobrados, 23% sobre direitos de importação (segundo o tratado de 1654), 10% de dízimos, 10% de sisa, 4% direitos para a reedificação de Lisboa, após o terremoto de 1755, e também eram cobrados 20% do ouro descoberto, o quinto do ouro. SIMONSEN, R.C. Op. cit., 1978, p. 265. Os quintos sobre os metais preciosos foram estabelecidos no Brasil, em 1603. Qualquer pessoa poderia lavar minas desde que, do total extraído fosse paga a quinta parte como tributo à Coroa portuguesa. Para tal controle foram instituídos funcionários especiais como provedores de minas e também a criação de Casas de Fundição. Para maiores detalhes sobre os tributos ver: CALÓGERAS, P. **As minas do Brasil e sua legislação**. São Paulo: Editora Nacional, 1938.; PINTO, V.N. Op. cit., 1979.

esbarra em dificuldades, de um lado a declaração ficava sujeito à consciência dos declarantes e, por outro, a Coroa portuguesa com o intuito de controlar o excedente contrabandeado alternava as formas de arrecadação do direito.

Assim, é bastante provável que os dados existentes não condizem com a realidade daquele período uma vez que a sonegação destes impostos fugia ao controle da Coroa. De acordo com Noya Pinto, a dificuldade em quantificar a produção brasileira de ouro prossegue pela má conservação destes documentos em que deveriam estar registrados os dados, uma vez que o sistema burocrático era deficiente e os núcleos administrativos cambiavam com frequência no período colonial<sup>275</sup>.

A segunda tentativa em quantificar a produção aurífera talvez seja através dos registros existentes na organização do transporte nas rotas entre o Brasil e Portugal e, possivelmente, através de registros do conteúdo da carga das frotas ou a composição das cargas desembarcadas em Portugal. Porém, não se pode olvidar que os dados de produção diferem dos dados transportados e dos desembarcados em Portugal, pois, muito provavelmente, uma parte do ouro produzido em território brasileiro ficava retida em circulação como moeda na própria colônia.

Noya Pinto tem como base os registros disponíveis da produção aurífera no país, no século XVIII. Destes registros destacaram-se as produções auríferas de Goiás, de Mato Grosso e principalmente de Minas Gerais. A produção desta última acentua-se a partir da década de 1720. Por falta de documentos que pudessem quantificar o volume da produção aurífera em São Paulo, Paranaguá, Curitiba e na Bahia, o autor não inseriu estas informações no quadro elaborado sobre a produção de ouro no Brasil, no século XVIII. O cálculo deste autor é distribuído por regiões, mas que reflete um valor aproximado da produção aurífera brasileira, um total superior a 850.000 kg, excetuando os valores contrabandeados, ver quadro IV abaixo.

Além dos dados levantados por Noya Pinto, tem-se o de Simonsen, de Humboldt, Soetbeer, Calógeras e Von Eschwege. Mas estes últimos carecem de rigor quanto à metodologia empregada e a fonte pesquisada. Apesar disso, entre as avaliações mais exemplificadas da produção aurífera brasileira, entre o período colonial, séculos XVI-XIX, e a mais conhecida é a estimada por Simonsen em aproximadamente £160.000.000. Este autor consegue esta cifra a partir da média entre os valores apresentados por: Soetbeer de £124.000.000 ou 980,100

---

<sup>275</sup> PINTO, V.N. Op. cit., 1979, p. 113.

toneladas (entre 1691 e 1850); de Von Eschwege de £130.000.000 ou 951,255 toneladas (entre 1600 e 1820); de Calógeras entre £135.000.000 a £140.000.000 ou 983 toneladas (de 1700 a 1801); Alexandre Del Mar em £181.000.000 ou 1.331,792 toneladas (entre 1680 a 1820); e Humboldt no valor de £199.000.000 (de 1500 a 1803)<sup>276</sup>.

Quadro IV – Cálculo da produção de ouro do Brasil no século XVIII:  
Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso  
(em quilogramas)

Quinquênios	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso	Média Anual
1700-1705	1.470	--	--	1.470
1706-1710	4.410	--	--	4.410
1711-1715	6.500	--	--	6.500
1716-1720	6.500	--	--	6.500
1721-1725	7.000	--	600	7.600
1726-1729	7.500	--	1.000	8.500
1730-1734	7.500	1.000	500	9.000
1735-1739	10.637	2.000	1.500	14.134
1740-1744	10.047	3.000	1.100	14.147
1745-1749	9.712	4.000	1.100	14.812
1750-1754	8.780	5.880	1.100	15.760
1755-1759	8.016	3.500	1.100	12.616
1760-1764	7.399	2.500	600	10.499
1765-1769	6.659	2.500	600	9.759
1770-1774	6.179	2.000	600	8.779
1775-1779	5.518	2.000	600	8.118
1780-1784	4.884	1.000	400	6.284
1785-1789	3.511	1.000	400	4.911
1790-1794	3.360	750	400	4.510
1795-1799	3.249	750	400	4.399

Fonte: PINTO, V.N. Op. cit., 1979, p. 114.

Pode-se dizer que quase todo o ouro produzido na periferia atlântica era transferido à metrópole portuguesa como resultado do comércio luso-brasileiro, pois a maior parte dos produtos consumidos na periferia era mercadorias importadas da Europa. Os mineiros pagavam em ouro as mercadorias adquiridas, este ouro era remetido pelo comércio local nas próprias áreas de mineração, ou praças como eram conhecidas, onde se localizava a burguesia comercial portuária, como pagamento das compras efetuadas, concentrada normalmente no Rio de Janeiro,

<sup>276</sup> SIMONSEN, R.C. Op. cit., 1978. p. 284 e 298.

Salvador, Recife, São Luis e Belém; daí o ouro seguia para Lisboa para o pagamento das dívidas com comerciantes portugueses, e de Lisboa o ouro brasileiro se distribuía pela Europa, sobretudo Londres<sup>277</sup>, como se pôde verificar anteriormente.

O transporte de ouro era realizado por navios de guerra que escoltavam juntamente as frotas compostas por navios mercantes, estas embarcavam mercadorias tais como o couro, o tabaco, o açúcar, o pau-brasil, entre outras mercadorias, para a metrópole. De acordo com Godinho, a frota do Brasil, entre 1680-1690, compunha de 70 a 90 navios que aportavam em Lisboa vindos de vários portos brasileiros. A partir do século XVIII, as frotas do Brasil vão se tornando cada vez mais especializadas como, por exemplo, as do Rio de Janeiro que levavam ouro, piastras de Buenos Aires e couros das colônias espanholas do sul; as frotas da Bahia levavam açúcar, tabaco e pau-brasil; as de Pernambuco, madeira para a construção naval e o mobiliário, e de açúcar também; já as frotas do norte, do Grão-Pará e do Maranhão levavam cacau, e mais tarde algodão<sup>278</sup>.

As “frotas de ouro”, como eram conhecidas as frotas que transportavam o ouro do Brasil para Portugal, eram dirigidas pela Companhia Geral do Comércio, de sociedade de capitais, de responsabilidade privada, instituída em 1649. A princípio, a Companhia Geral mantinha o monopólio sobre quatro produtos exportados para a colônia, o vinho, o azeite, o bacalhau e a farinha. Para o transporte destes produtos era cobrado um tributo, ou avarias de comboio, de 10%, incidentes nas mercadorias importadas e nos fretes. Mais tarde com a descoberta do ouro e o seu transporte pela Companhia Geral seria determinado por D. João V, em 1720, que todo o ouro em moeda, em pó, folheta ou em barra transportado do Brasil para a Coroa estariam sujeitos ao pagamento de tributo de 1%<sup>279</sup>.

Contudo, o transporte do ouro pelo sistema de comboio, sob escolta de navios bem artilhados, e o pagamento da avaria, que tinha característica de um seguro, não impediam o contrabando deste metal. Noya Pinto faz uma distinção entre os contrabandos da época. Segundo este autor, a primeira forma era do comércio direto com o Brasil no qual, apesar das medidas tomadas pela Coroa portuguesa, não se podia combatê-la uma vez que contava com cúmplices

<sup>277</sup> PINTO, V.N. Op. cit., 1979, p. 228.

<sup>278</sup> GODINHO, V.M. Op. cit., 1953, p. 82-83.

<sup>279</sup> Para maiores detalhes sobre a cobrança do 1%, ver: COSTA, L.F.; ROCHA, M.M.; SOUZA, R.M. **A circulação do ouro do Brasil: o direito do 1%**. Working paper n. 21, Gabinete de História Econômica e Social (GHES), Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa (UTL), 2002.



entre as autoridades portuguesas. O comércio direto entre o Brasil e a Inglaterra transferiu para os cofres ingleses incalculável volume de ouro<sup>280</sup>.

A segunda forma de comércio ilegal levantada por Noya Pinto diz respeito ao contrabando realizado nos portos portugueses. Os navios da Coroa inglesa gozavam de isenção de vistoria e serviam de correio entre as duas Cortes. O contrabando muitas vezes era realizado com a cumplicidade dos próprios capitães. Sob este aspecto, ilustra Godinho que

Em 1699 foram registadas 35 arrobas contra mais de 20 introduzidas clandestinamente. Os navios do Rei da Inglaterra chegam a Lisboa geralmente ao mesmo tempo que as frotas do Brasil, e isto, não há dúvida, absolutamente por acaso: precisam de se reabastecer, trazem água aberta, etc... com freqüência lançam âncora no meio dos navios vindos do outro lado do Atlântico; de noite uma boa parte do ouro não declarado passa para os navios ingleses. Muitas vezes outros navios ingleses ou franceses da rota das índias reabastecem-se nos portos brasileiros e, apesar de toda vigilância, facilmente conseguem alguns quilos de ouro; o comércio que dos países do Norte se dirigia ao Brasil, conseguiu mesmo algumas vezes operar, tolerado por governadores logo demitidos<sup>281</sup>.

Apesar disso, os registros de entrada de metal precioso, distinto dos dados da produção no Brasil, foram resgatadas por Godinho, com base nos registros da Casa da Moeda de Lisboa. Tratam-se de uma extensa série de registros oficiais de embarques de ouro, os Livros de Manifesto, no qual se anotavam as remessas de particulares aos seus correspondentes no reino, e todo o ouro destinado aos cofres da Coroa. Estes dados proporcionam a fonte mais segura para o conhecimento das chegadas de ouro<sup>282</sup>.

Estes Livros viajavam nas fragatas de guerra de escolta às frotas, cujos cofres seguiam o metal precioso expedido por agentes do rei ou dos particulares, radicados no Brasil. Como toda mercadoria transportada, para o ouro também era realizado o “manifesto de carga” no qual eram indicados a quantidade e o valor, o nome do emissor, do receptor ou seu procurador<sup>283</sup>. A partir de 1720, este registro passa a ser executado sistematicamente, mudando o rumo das pesquisas neste caráter. Os dados abaixo foram noticiados pela primeira vez por Godinho.

<sup>280</sup> PINTO, V.N. Op. cit., p. 299-300.

<sup>281</sup> GODINHO, V.M. Op. cit., 1953, p. 84.

<sup>282</sup> Ver: MAURO, F. Op. cit.; SIDERI, S. Op. cit.; PINTO, V.N. Op. cit.; COSTA, L.F.; ROCHA, M.M.; SOUZA, R.M. Op. cit.

<sup>283</sup> COSTA, L.F.; ROCHA, M.M.; SOUZA, R.M. **O ouro do Brasil: transporte e fiscalidade (1720-1764)**. Gabinete de História Econômica e Social (GHES), Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa (UTL). Disponível em: <www.iseg.utl.pt> Acesso em: março, 2006. Costa, Rocha e Souza realizam uma análise da quantidade de ouro produzida no Brasil, a partir dos dados quanto ao transporte e a fiscalidade do metal.

Quadro V – Chegada do ouro em Portugal proveniente do Brasil: 1699-1755<sup>284</sup>

Ano	Chegada de ouro em Portugal proveniente do Brasil (em Kg)	Ano	Chegada de ouro em Portugal proveniente do Brasil (em Kg)
1699	725	1721	11.000
1701	1.785	1722	11.000
1703 *	4.350	1723	6.000
1712 **	14.500	1724	4.000
1713	7.250	1725	20.000
1714	9.000	1726-31 (a)	6.000~8.000
1715	12.400	1731~ (b)	>11.000
1716	3.000	1732 (c)	<11.000
1717	1.000	1736 (d)	<11.000
1718	7.500	1740~1755 (e)	14.000~16.000
1719	8.000	1744 (f)	6.000
1720	25.000	1754 (g)	10.500

Fonte: Arquivos da Casa da Moeda em Lisboa. GODINHO, V.M. Op.cit., 1953, p. 83-84.

\* Há uma controvérsia quanto ao dado de 1703 segundo Noya Pinto (1979, p. 228)

\*\* As frotas entre 1704 a 1711 são suspensas em função da Guerra da Sucessão da Espanha.

(a) Entre os anos de 1726 a 1731 os números registrados variam entre 6 a 8.000 kg;

(b) A partir de 1931 não se verifica queda abaixo de 11.000 kg., exceto nos anos 1732 (c) e 1736 (d).

(e) Entre 1740 a meados de 1755 são desembarcados em Portugal valores entre 14.000, por ano, a 16.000 kg.; com duas exceções: as de 1744 (f) , com 6.000 kg, e de 1754 (g), com 10.500 kg.

A composição do montante acima era dividida em duas categorias distintas de destinatários: a Coroa e os agentes privados. Deste total transportado predominava o ouro em forma de moedas, e uma parcela menor de ouro em barra ou em pó, de domínio dos agentes particular; e da composição emitida pela Coroa predominava mais ouro em barra e em pó. Este fenômeno tem uma explicação plausível levantada por Costa, Rocha e Souza. Estas autoras argumentam que

Ouro em pó e em barra são dominantes nos fluxos controlados pelo poder régio, o que remete para a estrutura fiscal incidente sobre a produção de ouro. O pagamento do tributo à Coroa quer incidisse na mineração quer representasse uma capitação era sempre efetuado em ouro bruto. A moeda que representa apenas 7% do total dos fluxos resulta de outro tipo de pagamentos fiscais realizados no Brasil. Direitos alfandegários, receitas de senhoriagem procedentes das Casas da Moeda, direitos pagos por Companhias, como é o caso da Companhia do Cachéu, são alguns dos rendimentos auferidos pela Coroa sob a forma de moeda. O transporte de ouro em bruto implicava a utilização da oficina da capital do Reino na passagem do ouro bruto a moeda<sup>285</sup>.

<sup>284</sup> Cf. GODINHO, V.M. Op. cit. 1953. Noya Pinto também faz uma análise a partir desses dados, ver: PINTO, V.N. Op. cit., 1979, p. 228-229.

<sup>285</sup> COSTA, L.F.; ROCHA, M.M.; SOUZA, R.M. **O ouro do Brasil: transporte e fiscalidade (1720-1764)**.

Além da questão da tributação que, em parte, justifica a composição do ouro transportado e desembarcado em Portugal, os agentes particulares preferiam o embarque de ouro-moeda uma vez que a Casa da Moeda de Lisboa, a única que consta nos registros, não tinha capacidade produtiva que garantisse emissões em um curto espaço de tempo. Segundo as autoras,

Ao optarem pelo transporte de ouro amoadado, os agentes econômicos privados reduziam o tempo de espera da amoedação em Lisboa. A duração de viagem das frotas, a espera para entrega das remessas na Casa de Moeda de Lisboa, e o tempo necessário para as emissões, traduziam-se numa morosidade que dificultava certamente os seus negócios, tanto mais que muitos deles nem sequer viviam na capital do Reino<sup>286</sup>.

Possivelmente, uma terceira forma que contribuiria na identificação do valor aproximado do ouro de origem das minas brasileiras é através da cunhagem de moedas de ouro neste período. Mas, este cálculo esbarraria na questão da disponibilidade de dados e também de tempo hábil para pesquisa. No entanto, pode-se encontrar alguns dados sobre a emissão de moedas de ouro em Portugal ou na Inglaterra que auxiliaria neste sentido.

Quadro VI – Cunhagem de moedas de ouro em Londres e em Lisboa

Cunhagem de ouro					
Em Londres (£)			Em Lisboa (mil-réis)		
Período	Total	Média anual	Período	Total	Média anual
1727-60	11.662.216	353.400	1752-60	11.551.711	1.155.171
1761-70	7.226.438	722.643	1761-70	9.484.110	948.411
1771-80	23.123.034	2.312.303	1771-80	4.739.161	473.916
1781-90	16.924.027	1.692.402	1781-90	2.210.509	221.050

Fonte: PINTO, V.N. Op. cit., 1979, p. 311.

Neste sentido, Noya Pinto faz o levantamento das estatísticas referentes à cunhagem de moedas em Londres e em Lisboa. Verifica-se no quadro acima que na Inglaterra a cunhagem de moedas de ouro, no período entre 1727 a 1790, foi crescente; resultado distinto ao de Portugal, onde se verifica um declínio da cunhagem de moedas. O valor excepcional na Inglaterra entre 1771-80 foi em função da recunhagem do moedário inglês determinada pela lei de maio de 1774<sup>287</sup>. De acordo com este quadro, o valor total de moedas de ouro cunhadas em Londres, com

<sup>286</sup> COSTA, L.F.; ROCHA, M.M.; SOUZA, R.M. **O ouro do Brasil**: transporte e fiscalidade (1720-1764).

<sup>287</sup> PINTO, V.N. Op. cit., 1979, p. 307 e seq.

exceção do período entre 1771-80, se comparados com o saldo das exportações do comércio anglo-português, quadro I, reforça a idéia da transferência do ouro brasileiro de Portugal para a Inglaterra.

A emissão de moedas de ouro em Portugal sofreu baixa considerável a partir da década de 1770, pois foi influenciada pelo declínio da produção aurífera brasileira: de um valor anual médio, entre 1752 e 1761, de 1.155.171 mil-réis, baixou em 1761-70 para 948.411 mil-réis e em 1771-80 para 473.916 mil-réis. O índice levantado por Vilar, quanto à emissão de moedas de ouro na Inglaterra diz que, entre 1558 e 1694, em 136 anos, a Inglaterra cunhou aproximadamente quinze milhões de libras esterlinas em ouro e, entre 1694 a 1727, em apenas 33 anos, no auge da produção aurífera brasileira e no período de ascensão do comércio anglo-português, a Inglaterra pôde cunhar aproximadamente a mesma quantidade, uns quatorze milhões de libras esterlinas<sup>288</sup>.

As expedições de ouro para a Inglaterra poderiam ser em grande parte realizadas em barras de ouro ou em moedas de ouro portuguesas. Estas eram largamente de circulação livre na Inglaterra e de aceitação geral. Segundo Fisher, a moeda portuguesa

era sobretudo comum na parte ocidental da Inglaterra, como seria de esperar: em 1713, um homem de Exeter escreveu que “quase não temos outro dinheiro corrente entre nós, a não ser ouro português”, enquanto em 1737 se afirmou que “desde há muitos anos pouco dinheiro de outra origem” circulava na Cornualha. No entanto, a circulação do dinheiro português era mais vasta. Em 1742, as moedas simples, dobradas e quádruplas eram consideradas “em grande medida a moeda corrente do Reino”; por volta de 1750 circulava uma “imensa quantidade” de moedas de ouro portuguesas; e em 1757 declarou-se haver abundância como nunca<sup>289</sup>.

O dinheiro português chegava na Inglaterra através da Irlanda e das Índias Ocidentais, mas a maior parte provinha de Portugal, de comerciantes que negociavam diretamente com este país. A maior parte de ouro importada de Portugal pela Inglaterra entrava diretamente em circulação como moedas portuguesas ou recunhadas em guinéus. Conforme Fisher, “entre 1700 e 1760, as importações de ouro de Portugal por conta inglesa atingiram aproximadamente £25 milhões, enquanto a circulação de ouro na Inglaterra aumentou também aproximadamente de £9,5 milhões em 1701, incluindo numerário estrangeiro, para uma circulação exclusiva de guinéus no valor de £ 22,5 milhões em 1773”<sup>290</sup>.

<sup>288</sup> VILAR, P. Op. cit., p. 284.

<sup>289</sup> FISHER, H.E.S. Op. cit., 1984, p. 153.

<sup>290</sup> FISHER, H.E.S. Op. cit., p. 198.

O comércio com Portugal foi um elemento importante no desenvolvido comercial e industrial inglês. Enquanto a Inglaterra caminhava para a industrialização e evoluiu para novas orientações na política colonial, Portugal permaneceu no sistema colonial tradicional. Os ingleses, ao que tudo indica, souberam aproveitar as imperfeições existentes na organização comercial e industrial de Portugal da época, pois este estava desprovido da preparação que a “nova tendência” capitalista exigia. Para Sodré,

O fundamental residia no contraste entre uma economia em pleno e ascensional desenvolvimento capitalista e outra que havia deixado em suas primeiras etapas o caminho desse desenvolvimento. A subordinação da segunda à primeira era, portanto, inevitável. No quadro dessa subordinação, situava-se, como peça, o Tratado de Methuen. Não acarretava o retardo econômico do país subordinado, inclusive o de sua indústria. Era parte do amplo quadro em que aquela subordinação se vinha processando, – o amplo quadro da Revolução Industrial<sup>291</sup>.

O ouro transferido, resultado do comércio triangular, semelhante aos moldes de Williams<sup>292</sup>, mas que neste caso se reporta ao comércio entre Inglaterra-Portugal-Brasil, serviu de instrumento importante no estabelecimento do padrão ouro na Inglaterra. Percebe-se também neste primeiro momento que a função da periferia, como fornecedora de matérias-primas, facilitou o crescimento industrial inglês, como bem argumentou Marini.

O resultado mais concreto disso foi uma reserva crescente de metal monetário – o influxo de ouro – que forneceu a base para a expansão da emissão de notas e adiantamentos do Banco da Inglaterra, assim como os bancos privados situados em Londres. Com a emergência da Inglaterra à condição de potência financeira e comercial na economia-mundo capitalista, as práticas monetárias britânicas foram se tornando a opção mais plausível para os países que objetivavam manter relações comerciais e financeiras com ela.

O fim do ciclo do ouro no Brasil corresponde, grosso modo, à consolidação da hegemonia britânica na terceira fase do CSA de Arrighi. O ouro escoado para a Inglaterra ajudou a financiar parte das guerras que a consolidou como potência hegemônica européia, fortalecendo-na com capacidade bélica superior à de qualquer outro Estado europeu. Segundo Arrighi, “seu [do Reino Unido] aparelho coercitivo – primordialmente, sua armada e seus exércitos continentais – e sua situação insular dotaram-no, sem dúvida, de uma decisiva vantagem

<sup>291</sup> SODRE, N.W. Op. cit., 1957, p. 34-5.

<sup>292</sup> O “comércio triangular” termo utilizado por Eric Williams diz respeito ao comércio entre a Inglaterra, suas colônias na América e a África. Segundo este autor, no “comércio triangular, a Inglaterra – da mesma maneira que a França e a América colonial – fornecia as exportações e os navios; a África, a mercadoria humana; as plantações, a matéria-prima colonial”. WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1975. p. 57.

comparativa em relação a todos os seus rivais na luta europeia e global pelo poder<sup>293</sup>. Motivo que levou a corte portuguesa a recorrer à escolta inglesa ao Brasil, no início do século XIX, sob ameaça francesa. Mais do que nunca, a metrópole estava subordinada às vicissitudes do poderio britânico<sup>294</sup>.

---

<sup>293</sup> ARRIGHI, G. Op. cit., 1994. p. 56.

<sup>294</sup> De acordo com a Convenção Secreta, acordo assinado em Londres entre Portugal e Inglaterra, em 1807, foi acertado que: “a) a sede da monarquia seria transferida para o Brasil, garantindo-se apoio britânico à casa de Bragança; b) a esquadra portuguesa seria entregue à Inglaterra; c) a ilha da Madeira, ocupada pelos ingleses, serviria como ponto de combate após a ocupação total da Península Ibérica pelas tropas francesa; d) a Inglaterra teria direito a um porto livre, de preferência na Ilha de Santa Catarina; e) seriam assinados novos tratados comerciais assim que o Estado português se estabelecesse aqui”. ALENCAR, F. Op. cit. p. 96.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentou-se mostrar no primeiro capítulo não só os problemas de caráter teórico-metodológico que comprometem a apreensão da realidade social, ora limitado pelo racionalismo positivista ora condicionado pela articulação relativista teórica, como também a insuficiência de apenas um conhecimento para apreender dada realidade social. Procurou-se, por outro lado, identificar a necessidade de intermediar através de um conhecimento reflexivo, portanto, de natureza crítica, a fragilidade dos paradigmas estabelecidos. Desta forma, tentou-se abordar em que medida a teoria do Moderno Sistema Mundial, a partir do método dialético marxista, poderia suprimir, e não negar simplesmente, interpretações eivadas de proposições (insuficientes) para compreender a estrutura de uma realidade dinâmica e conflitiva.

Neste sentido, os principais temas envolvidos no primeiro capítulo iluminam dois pontos que norteiam o presente trabalho através da teoria do Moderno Sistema Mundial.

O primeiro ponto refere-se à supressão de questões como a inter-relação a postura “partidária” na investigação do conhecimento. Trata-se neste sentido de resgatar, segundo a concepção de Löwy, “um momento dialético na construção de um modelo de objetividade específica”, um processo de transformação crítica.

O segundo ponto reporta-se à questão da abrangência totalizante. Não se trata aqui de adotar todos os fatos, mas, como bem argumenta Kosik, da “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”.

Neste sentido, a análise a que se propõe Wallerstein a partir dos sistemas-mundo “não é uma teoria sobre o mundo social ou sobre uma parte dele, é mais uma crítica contra as formas que se construiu a investigação científica social”. A unidade de análise neste aspecto para Wallerstein ocorre a partir da divisão internacional do trabalho. É através dela que se pode ver uma unidade dentro da diversidade dos múltiplos sistemas políticos, portanto, compreender a totalidade.

Desta forma, verifica-se que a metodologia que pode atender as condições de compreensão do Moderno Sistema Mundial e que a “válida” encontra-se na dialética materialista. A dialética marxista como método mais adequado para apreender de forma crítica a totalidade do

sistema social. A dialética não explica por si mesma o capitalismo, auxilia na observação e na investigação das relações capitalistas e dos processos que constituem a transformação de uma realidade concreta capitalista assim como a construção de uma teoria.

Isso passa a ser possível na medida em que o processo de conhecimento tem como ponto de partida um fenômeno concreto, mas ao contrário do que propõe os positivistas, esse concreto imediato é um concreto enganador; para compreender a totalidade concreta é preciso realizar um *détour*, ou seja, passar pela abstração, pelo conhecimento teórico racional, e retornar ao concreto pensado, para dentro de uma perspectiva histórica, compreender como a realidade imediata é materializada.

Sob este aspecto, a colocação de Wallerstein sobre Marx, de que “ele [Karl Marx] sabia – e muitos dos seus autoproclamados discípulos freqüentemente não sabem – que era um homem do século XIX e que sua visão estava inevitavelmente circunscrita pela realidade social de sua época...”, não se aplica visto que uma análise mais minuciosa demonstra que, pelo menos, toda a argumentação teórica de Wallerstein – a análise crítica – está com base em Marx.

Um segundo ponto a ser abordado diz respeito à concepção teórica do Moderno Sistema Mundial. Algumas das hipóteses levantadas na introdução desta dissertação remetem à questão da possibilidade da explicação da consolidação do padrão-ouro internacional através desta teoria e os fatores determinantes que contribuíram na formação deste padrão. Os principais itens a serem levantados que respondem a estas hipóteses são:

Primeiro, o padrão-ouro internacional, sob a égide da Inglaterra, pôde ser consolidado graças ao modelo de divisão internacional do trabalho que implica em forças internas e relações de produção que condicionaram em um movimento polarizador regional (centro, semiperiferia e periferia) na economia-mundo capitalista que favoreceu, sobretudo, o fortalecimento do Estado britânico, no período entre os séculos XVII e XVIII, como Estado hegemônico.

Em segundo lugar, a consolidação do padrão-ouro internacional, por um lado, pôde se concretizar em função da abundância e da transferência de ouro brasileiro, conseqüência de um déficit comercial que, por sua vez, resultou do intercâmbio desigual anglo-português. Inglaterra, Portugal e Brasil encontravam-se dispostos e inseridos em processos produtivos com diferentes formas de controle de trabalho denominados cadeias mercantis.

Sob este aspecto, foi possível identificar o principal instrumento de interferência da Inglaterra que possibilitou posteriormente a consolidação, sob sua liderança, do padrão-ouro, no



final do século XIX, qual seja, os tratados comerciais anglo-portugueses, de 1642, 1654, 1661 e 1703. Estes tratados estabeleceram e legitimaram uma divisão internacional do trabalho na economia-mundo, criando condições favoráveis à industrialização na Inglaterra. Este país, através dos tratados, interferiu diretamente na cadeia mercantil no sentido de absorver a maior parcela do excedente da produção aurífera do atlântico sul. Ainda resta a dúvida se a celebração dos primeiros tratados foi propositadamente premeditada com o objetivo de escoar uma produção aurífera futura do Brasil.

Um terceiro item importante que contribuiu à consolidação do padrão-ouro foi a participação do Estado na economia-mundo capitalista. Embora, Wallerstein faça uma definição precisa sobre as características apenas dos Estados europeus nos dois primeiros volumes dos três tomos “O Moderno Sistema Mundial” (item apresentado no capítulo 3) algumas características foram essenciais para a expansão e o acúmulo do capital nos Estados centrais: como a formação de um corpo burocrático, a legitimidade do uso da força através da criação do exército, a homogeneização da população, mas, sobretudo, do protecionismo do Estado aos proprietários-produtores.

Enfim, pôde-se verificar que o comportamento das relações comerciais e políticas anglo-portuguesas favoreceu à acumulação de capital na Inglaterra. Claro está que este acontecimento não teria sido possível sem a transferência de ouro proveniente do Brasil. Embora não se possa calcular com rigor o montante do ouro brasileiro transferido à Inglaterra, há fortes razões para pensar que grande parte do ouro produzido na periferia atlântica era levada para a Inglaterra. O ouro desembarcado na Inglaterra serviu como força propulsora desta economia, financiou a expansão da economia e do capital, resultando na consolidação do padrão-ouro internacional, em 1870.

## REFERÊNCIAS

- AGUIRRE ROJAS, C. A. **Construir la historia: entre materialismo historico y annales**. 1v. México: Facultad de economia UNAM, 1993.
- ALENCAR, F. et al; **História da sociedade brasileira**. 17.ed. Rio de Janeiro: ao Livro Técnico, 1996.
- ANDERSON, P. **Linhagens do estado absolutista**. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- AQUINO, R. S. L. et al. **História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais**. 36.ed. Rio de Janeiro: ao Livro Técnico, 1997.
- ARRIGHI, G. **O longo século XXI: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A ilusão do desenvolvimento**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B.J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.
- BEAUD, M. **História do capitalismo de 1500 até nossos dias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BLAUG, M. **A metodologia da Economia, ou, como os economistas explicam**. 2.ed.rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Escritos sobre a história**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Civilização material, economia e capitalismo: as estruturas do cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 1 v.
- \_\_\_\_\_. **Civilização material, economia e capitalismo: o jogo das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 2 v.
- \_\_\_\_\_. **Civilização material, economia e capitalismo: o tempo do mundo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 3 v.
- CALÓGERAS, P. **As minas do Brasil e sua legislação**. São Paulo: Editora Nacional, 1938.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cutrix, 1982.
- CHIROT, D.; HALL, T.D. **World-system theory**. Annual review of sociology, 8, 1982.

COOPER, R.N. **The international monetary system: essays in world economics.** Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1987.

COSTA, L.F.; ROCHA, M.M.; SOUZA, R.M. **A circulação do ouro do Brasil: o direito do 1%.** Working paper n. 21, Gabinete de História Econômica e Social (GHES), Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa (UTL), 2002.

\_\_\_\_\_. **O ouro do Brasil: transporte e fiscalidade (1720-1764).** Gabinete de História Econômica e Social (GHES), Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa (UTL). Disponível em: <www.iseg.utl.pt> Acesso em: março, 2006.

DESCARTES, R. **Discurso do Método.** 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção os Pensadores.

\_\_\_\_\_. **Regras para a direção do espírito.** São Paulo: Martin Claret, 2000.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo.** 7.ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987

EICHENGREEN, B.J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional.** São Paulo: Editora 34., 2000.

EMMANUEL, A. **El intercambio desigual: ensayo sobre los antagonismos en las relaciones económicas internacionales.** 5.ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

\_\_\_\_\_. **A troca desigual.** In: EMMANUEL, A. et. al. Imperialismo e comércio internacional (a troca desigual). São Paulo: Global Editora, 1981.

ENGELS, F. **Dialética da natureza.** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FAUSTO, R. **Dialética marxista, historicismo, anti-historicismo.** In: FAUSTO, R. Marx: lógica e política. São Paulo: Ed. 34, 2002.

FERNANDES, F. (Org.). **Karl Marx e Friedrich Engels.** São Paulo: Ática, 2003.

FISHER, H.E.S. **De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770.** Portugal: Gradiva, 1984. (versão em inglês: 1971.)

FRANK, A. G. **Acumulação mundial: 1492-1789.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000. Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro.

GERMER, C.M. **Dinheiro, capital e dinheiro de crédito – o dinheiro segundo Marx.** 1995. Tese de doutorado. UNICAMP Campinas.

\_\_\_\_\_. **Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo.** Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 1, n. 1, 1997.

\_\_\_\_\_. **Elementos para uma crítica marxista do conceito de padrão-ouro.** Estudos econômicos, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 575-600, out.-dez. 1999.

\_\_\_\_\_. **Dinheiro e dinheiro de crédito no capitalismo avançado.** Ensaio FEE, 22 (1), 2001.

\_\_\_\_\_. **O caráter de mercadoria do dinheiro segundo Marx – uma polêmica.** Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 11, dezembro, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos teóricos da análise marxista do sistema monetário internacional.** Revista Análise Econômica, UFRGS, Porto Alegre, n. 38, 2002b.

\_\_\_\_\_. **A relação abstrato/concreto no método da economia política.** In: CORAZZA, G. (org.) **Métodos da ciência econômica.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GILPIN, R. **A economia política das relações internacionais.** Brasília: Ed. UnB, 2002.

GODINHO, V.M. **Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770).** Revista de História e Sociologia da FFLCH/USP, n. 15, jul.-set. 1953.

\_\_\_\_\_. V.M. **Os descobrimentos e a economia mundial.** 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1982. vol II e III.

GOLDFRANK, W.L. **Paradigm regained? The rules of Wallerstein's world-system method.** Journal of world-systems research, VI, 2, summer/fall 2000.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do espírito.** São Paulo: Abril Cultural, 1980. Coleção os Pensadores.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas.** 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LOURENÇO, A.L.C. **Semiperiferia: uma hipótese em discussão.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 14, n. 1 (24), p. 177-186, jan./jun. 2005.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen.** 8.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

MAGALHÃES FILHO, F. de B. B. **História econômica.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

MANCHESTER, A.K. **Preeminência inglesa no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1973. (Original em inglês de 1933).

MANNEHIM, K. **A sociologia do conhecimento**. In. GARDINER, P. (Org.) **Teorias da história**. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MARINI, R.M. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2.ed. 3.tir. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K. **Concepção materialista da história**. In.: GARDINER, P. (Org.) **Teorias da história**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. 13.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. vol. I.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAURO, F. **A economia europeia e o Atlântico Sul nos séculos XVII e XVIII** (Brasil e Portugal). In.: \_\_\_\_\_. **Nova história e novo mundo**. 3.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973a.

\_\_\_\_\_. **O “Livro Razão” de Coelho Guerreiro**. In.: \_\_\_\_\_. **Nova história e novo mundo**. 3.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973b.

NAGEL, E. **La estructura de la ciencia**. Buenos Aires: Paidós, 1974.

OURIQUES, N.D. **La teoria marxista de la dependencia: una historia crítica**. México: UNAM. Tese de doutorado. Mimeo. 1995.

PEDREIRA, J.M.V. **Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)**. Portugal: Difel, 1994.

PINTO, V.N. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

PRADO, E.F.S. **Stuart Mill e o homem econômico ir-racional**. In.: BIANCHI, A.M. (org.). **Questões de método na ciência econômica**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

\_\_\_\_\_. **Economia como ciência**. São Paulo: IPE/USP, 1991.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. In.: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Vol. I. Rio de Janeiro: Record, 2000.

- ROLL, E. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- SKOCPOL, T. **Wallerstein's world capitalism system: a theoretical and historical critique**. American Journal of Sociology, vol. 82, 1977.
- SIDERI, S. **Comércio e poder**. Lisboa: Edições Cosmos, 1978.
- SIMONSEN, R.C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. 8.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Coleção os economistas.
- SODRÉ, N.W. **O Tratado de Methuen**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.
- TILLY, C. **Coerção, capital e Estados europeus: 990-1992**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- TOCQUEVILLE, A. **O antigo regime e a revolução**. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- TORRES, J.C.B. **Figuras do Estado moderno: representações políticas no Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- TRIFFIN, R. **O sistema monetário internacional**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.
- VILAR, P. **Ouro e moeda na história: 1450-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WALLERSTEIN, I. **O moderno sistema mundial: agricultura capitalista e as origens da economia**. Porto: Edições Afrontamento, 1974. 1 v.
- \_\_\_\_\_. **O moderno sistema mundial: mercantilismo e a consolidação da economia mundo**. Porto: Edições Afrontamento, 1974. 2 v.
- \_\_\_\_\_. **Periphery**. In.: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (ed.). **The new Palgrave: the world of economics**. London: Macmillan Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Ecology and capitalist costs of production: no exit**. FERNAND BRAUDEL CENTER for the Study of Economies, Historical Systems, and Civilizations, Binghamton University, State University of New York, 1997. Disponível em: <<http://fbc.binghamton.edu/iwecol.htm>>. Acesso em: março de 2006.
- \_\_\_\_\_. **Sistemas históricos como sistemas complejos**. In.: \_\_\_\_\_. **Impensar las ciencias sociales**. México D.F: Siglo Veintiuno, 1998.
- \_\_\_\_\_. The rise and future demise of world capitalism system: concepts for comparative analysis. In: \_\_\_\_\_. **The essential Wallerstein**. New York: The New York Press, 2000.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I.; HOPKINS, T.K. **Commodity chains in the World-economy prior to 1800**. In.: WALLERSTEIN, I. *The essencial Wallerstein*. New York: The New York Press, 2000.

WEBER, M. **História geral da economia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1975.